

maia

CÂMARA MUNICIPAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO**

The background of the entire page is a grayscale aerial photograph of the city of Maia, showing its urban layout, roads, and buildings.

CÂMARA MUNICIPAL



PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos Silva Tiago

VEREADOR
Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

VEREADORA
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR
Jorge Luís Ferreira Catarino

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA
Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADORA
Ana Virgínia da Costa Pereira

VEREADOR
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro



maia
CÂMARA MUNICIPAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
ANÁLISE ORÇAMENTAL	17
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.....	19
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO	21
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	23
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	28
Evolução dos Fluxos Monetários	28
Poupança Corrente.....	29
Equilíbrio Orçamental em sentido substancial	31
Fontes de Financiamento do Investimento	31
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	33
Fluxos de Caixa.....	34
Contas de Ordem	37
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	39
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA	41
RECEITAS PRÓPRIAS	43
Impostos Diretos	44
Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades	46
Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes	48
RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS	49
TRANSFERÊNCIAS	52
Fundos Municipais	57
Resumo das Transferências de Contratos Programa e Projetos Co-financiados	58
PASSIVOS FINANCEIROS	64
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	65
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA.....	67
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	70
Despesas com Pessoal	72
Limitações às despesas com pessoal	77
Estrutura Orgânica.....	82
Aquisição de Serviços a Particulares.....	83
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços.....	83
Aquisição de Bens	85
Aquisição de Serviços por Económica	86
Aquisição de Serviços por Orgânica	88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	89
INVESTIMENTO GLOBAL	93
Investimento Direto.....	94
Transferências de Capital.....	106
Ativos Financeiros	109

GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	109
Funções Gerais	113
Funções Sociais	115
Funções Económicas	119
Outras Funções	121
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	123
ENQUADRAMENTO	125
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU	126
DÍVIDA TOTAL	126
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	127
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	132
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA	136
DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....	138
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU.....	141
LIMITE DA DIVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL.....	142
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	143
APURAMENTO DA DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	148
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	155
BALANÇO.....	157
ATIVO.....	160
Imobilizado.....	160
Circulante.....	164
Acréscimos e Diferimentos Ativos.....	166
PASSIVO.....	167
Dívidas a Terceiros	168
Acréscimos e Diferimentos Passivos	170
FUNDOS PRÓPRIOS.....	171
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	173
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS.....	181
INDICADORES DE GESTÃO.....	185
INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	187
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS	191
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	193
INTRODUÇÃO	195
8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	195
8.1.1. Identificação	195
8.1.2. Legislação	196
8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva	196
8.1.4. Descrição Sumária das Atividades.....	196

8.1.5. Recursos Humanos.....	196
8.1.6. Organização Contabilística	197
8.1.7. Outras informações relevantes	198
NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	199
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	201
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL	201
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	201
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	201
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento».....	202
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões	202
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	202
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.....	202
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões	202
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	203
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras».....	204
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.....	205
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo	205
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas	206
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial.....	208
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	209
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros.....	210
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários	211
Nota 8.2.33 – Outra Informação Relevante.....	211
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	213
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO.....	215
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento	215
Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos.....	215
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	217



INTRODUÇÃO

Avaliar para melhor gerir a “coisa” pública.

Como é sabido, durante os últimos anos Portugal viveu um dos períodos mais difíceis da sua história recente, em consequência do agravamento da crise financeira internacional, que causou uma recessão na generalidade dos países desenvolvidos no final de 2008 e durante 2009.

Desde logo porque a crise da dívida soberana nos países da periferia da zona euro que lhe está associada, forçou Portugal a executar o Programa de Assistência Económica e Financeira (de maio de 2011 a 2014), impondo fortes restrições orçamentais a toda a administração pública e afetando de forma significativa a gestão financeira dos municípios portugueses.

Mas, uma vez finalizada a operação de resgate não significa que tenham terminado as exigências de rigor a que Portugal está sujeito, pelo que permaneceram em 2015 grande parte das restrições impostas à administração pública e particularmente à administração local, em prol da tão ambicionada sustentabilidade das finanças públicas.

Vivemos assim um tempo de mudança e mudança rápida. Atualmente as organizações que queiram assegurar a sua continuidade e uma adequada rentabilidade dos seus recursos têm, cada vez mais, de garantir uma permanente adaptação a um mundo de mudança. Esta capacidade de adaptação é algo fundamental para a sobrevivência das organizações, particularmente da administração pública face à manifesta escassez de recursos disponíveis para desempenhar convenientemente as suas atribuições.

Por isso cada vez mais se torna crucial que os municípios consigam ganhos de eficiência para que a sua sustentabilidade económica não seja ameaçada. Contudo, as questões de desempenho financeiro e de eficácia de serviços públicos não são suficientes, por si só, para avaliar a atividade de um município. Para que se estabeleça um clima de confiança entre os cidadãos e os executivos e funcionários municipais é ainda necessário que os municípios melhorem os níveis de transparéncia, de responsabilização e de participação pública nas decisões com impacto na comunidade.

Tal significa que os municípios adotem boas práticas de governança, sendo para esse efeito fundamental conhecer, avaliar e divulgar o desempenho organizacional das instituições, a vários níveis. Neste contexto, e independentemente da área que se pretenda avaliar, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros bem como proceder à sua divulgação com imprescindível transparéncia.

Só assim, com o devido conhecimento do desempenho organizacional da instituição, é possível avaliar para melhor gerir a “coisa” pública.

A obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administraram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, e a sua ampla divulgação, assumem por isso acrescida importância e especial enfoque no âmbito desta nova dinâmica organizacional no seio da administração pública.

Na prossecução deste fim, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico dita que o relato das contas individuais seja estruturado em cinco capítulos.

No primeiro desses capítulos é apresentada a análise de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, finalizando com a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

No segundo capítulo analisa-se detalhadamente o endividamento autárquico, questão de crucial importância no contexto global da administração pública.

As demonstrações financeiras e a correspondente análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, apresentam-se no terceiro capítulo.

O quarto capítulo é dedicado a um conjunto de indicadores de gestão, de natureza orçamental e patrimonial.

Do quinto capítulo, como suporte fundamental desta análise, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Ultima-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas individuais.

Como anotação final, reiteram-se as considerações produzidas noutros relatos em relação ao caminho percorrido ao longo dos últimos anos pelo município da Maia em matéria de consolidação das finanças públicas.

No caso, e a exemplo de texto similar introduzido no relato de gestão do ano transato, faz-se uma breve referência ao Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2014, designadamente ao posicionamento do Município da Maia em 4.º lugar do *ranking* global dos 10 melhores municípios de maior dimensão em termos de eficiência financeira.

De salientar que na edição de 2013 do mesmo documento a Maia posicionava-se na 9.ª posição.

Para o efeito foram considerados os resultados obtidos nas gerências dos últimos quatro anos, período compreendido entre 2011 e 2014, no que toca a um conjunto de 10 indicadores que medem a eficiência na utilização dos recursos financeiros, designadamente os que melhor permitem avaliar a gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios.

Mas se a análise se circunscrever somente ao exercício de 2014, o *ranking* global da eficiência financeira do exercício dos 10 melhores municípios de grande dimensão apresenta a Maia no 2.º lugar.

Quanto ao *ranking* dos Municípios com maior diminuição de passivo exigível (em valor absoluto), a Maia ocupa o 6.º lugar, sendo que a taxa de redução foi de 24,7%.

Estes são alguns indicadores que através de uma análise fria e descomprometida dos números têm a virtude de elaborar e estabelecer comparação entre aquilo que é comparável permitindo perceber o posicionamento do Município no seio dos seus pares.

Mantém-se assim o reconhecimento externo dos resultados obtidos, vertido num documento técnico produzido por uma entidade independente de reconhecida competência.

Na gerência de 2015 permanece igual tendência de redução do endividamento municipal no que à dívida total do grupo municipal respeita – “*lato sensu*”, que em relação a 2014 se vê diminuída em (-) 6.808.700 €, isto é, (-) 7,4%, pese embora o agravamento da dívida do município “*stricto sensu*” que se vê aumentada em (+) 7.039.206 €, por influência da sua componente de médio e longo prazo, devido a duas operações de relevante interesse municipal cuja explicação detalhada consta em capítulo próprio, designadamente a contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para a aquisição ao TECMAIA dos lotes de terrenos números 1 e 4, e a obrigatoriedade de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97 €.

Senão vejamos. Apesar da profunda mudança legislativa preconizada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que no domínio da dívida total do grupo municipal, para além de não excecionar qualquer natureza de dívida veio alargar de forma significativa o número de entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, no exercício de 2015 o Município da Maia não só reduz substancialmente o total da sua dívida ao posicioná-la em 85.258.261 €, que em período homólogo se situava em 92.066.962 €, como reforça o seu posicionamento abaixo do limite legal imposto em cerca de (-) 18,5 M€, perante um limite da dívida inferior ao vigente no exercício transato na ordem de 1,6 M€.

Tal só foi possível com um rigoroso controlo do endividamento municipal por parte da entidade mãe e o esforço convergente das entidades do grupo sobre as quais o município exerce uma influência dominante.

Já na alçada do município “*stricto sensu*”, no domínio da dívida de curto prazo continua em 2015 a orientação decrescente deste agregado, que ao totalizar 3.760.504 € aponta para (-) 300.188 € que no ano anterior, a par da prática de um excelente prazo médio de pagamento, que no final da gerência se fixou em apenas 4 dias. Deste modo o Município da Maia mantém-se fora das entidades com pagamentos em atraso, situação que remonta a maio de 2012.

Importa também assinalar que uma vez isoladas as dívidas de “Outros Credores” que se encontram a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo no final da gerência de 2015 somaria cerca de 590.000 €, montante com uma ordem de grandeza muito inferior à cadênciaria mensal de faturação do município.

Numa análise circunscrita à evolução desta rubrica na componente fornecedores, no fecho do exercício releva-se ainda a pouca materialidade dos débitos a “Fornecedores c/c” que só totalizam 372.752 € e a dívida a “Fornecedores de imobilizado” a somar apenas 16.196 €.

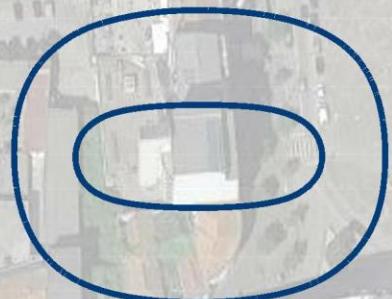
Trata-se de mais uma área que bem testemunha a ação profícua do município ao nível da consolidação dos seus níveis de endividamento.

É sem dúvida o resultado de um longo caminho percorrido em matéria económica financeira, que se iniciou há cerca de uma década com esforços convergentes de toda a organização, sem que nunca se tivesse descurado a melhoria da qualidade de vida e dos serviços prestados aos seus munícipes, para o que foi determinante a qualidade da gestão financeira.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Para aferir a capacidade de concretização dos projetos planeados, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia face às múltiplas necessidades existentes num cenário macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos, promove-se de seguida uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado que será apreciado com maior detalhe ao longo do presente documento.

O orçamento é constituído por receitas correntes e de capital, que sustentam despesas de igual natureza e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Como em anteriores gerências, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2015						
ANO DE 2015						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	56.165.730	56.165.730	0	59.429.555	3.263.825	105,8%
Receitas de Capital	12.996.070	21.871.179	8.875.109	15.779.810	-6.091.369	72,1%
Outras Receitas	100	100	0	1.527	1.427	1527,1%
Saldo da gerência anterior	0	3.234.891	3.234.891	3.234.891	0	100,0%
Total	69.161.900	81.271.900	12.110.000	78.445.783	-2.826.117	96,5%
Despesas Correntes	45.182.483	45.480.983	298.500	40.932.490	-4.548.493	90,0%
Despesas de Capital	23.979.417	35.790.917	11.811.500	26.202.792	-9.588.126	73,2%
Total	69.161.900	81.271.900	12.110.000	67.135.282	-14.136.618	82,6%

Un: Euros

O orçamento inicial do município para o exercício de 2015 foi aprovado pelo valor de 69.161.900 €, tendo-se estimado para as receitas correntes 56.165.730 € e para as despesas correntes a dotação inicial de 45.182.483 €.

Para as rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 23.979.417 € e o da receita em 12.996.070 €, o que evidencia que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se concretizou, como comprovam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

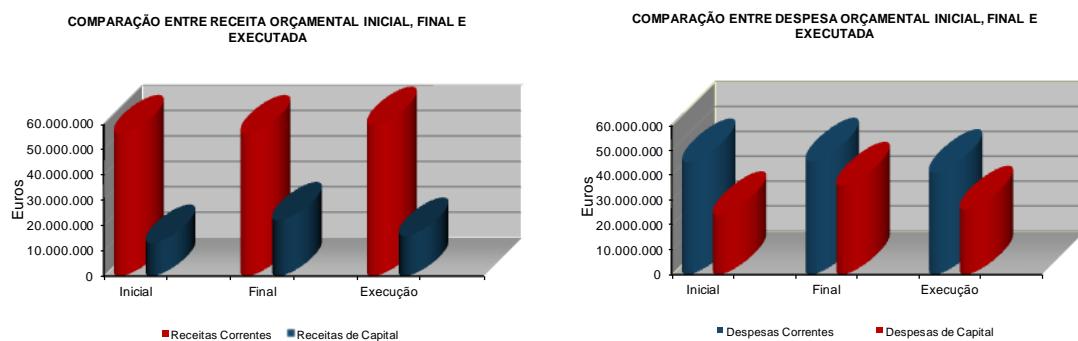
Aprovado o orçamento inicial nestes termos, na sequência das 23 modificações realizadas ao orçamento, vertidas em vinte e duas Alterações e uma Revisão, que no seu conjunto determinaram um acréscimo de (+) 12.110.000 € no orçamento inicial, a dotação final do orçamento municipal fixou-se em 81.271.900 €.

Subacente a este aumento da dotação global do Orçamento Municipal em (+) 12.110.000 €, está a concretização de duas operações de relevante interesse municipal:

- A contratação de um empréstimo a médio e longo prazo, no montante de 9.200.000 €, tendo por finalidade a celebração do processo aquisitivo dos lotes 1 e 4 que integram o Parque de Ciências e Tecnologia da Maia (TECMIA), cuja autorização foi aprovada por deliberação do Executivo Municipal tomada na reunião realizada no dia 12 de dezembro de 2013, tendo sido homologada pela Assembleia Municipal em 26 do mesmo mês.
- A formalização do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, de subscrição particular, denominada “*Praça Maior*”, na importância de 2.910.000,00 €.

Por conta desta dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 67.135.282 € e o total da receita cobrada a 78.445.783 €, o que reflete taxas de execução na ordem dos 83% e 97%, respetivamente.

Gráfico 1



No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refira-se, desde logo, por um lado, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Por outro lado, que o controlo e a demonstração do cumprimento da referida regra não decorre, atendendo aos seus pressupostos, diretamente dos documentos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ao nível da contabilidade orçamental, como acontecia outrora.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Assim, atendendo às fases subjacentes a cada ciclo orçamental, para efeitos de demonstração do cumprimento desta regra remete-se para o capítulo seguinte.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES E REVISÕES

Como é sabido, faz parte integrante do normal processo de execução orçamental reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Interessa, por isso, proceder à apreciação detalhada dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o ciclo em apreço por via das 22 Alterações e uma Revisão ao Orçamento, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere.

Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
ANO 2015		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	22	1
Plano Plurianual de Investimentos	22	1
Plano de Atividades Mais Relevantes	22	
Orçamento da Receita	1	1

Un: Número

Canalizando a nossa análise na forma como se desenvolveram as modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto as inscrições/reforços como as diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita Autárquica avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2015, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então efetivadas.

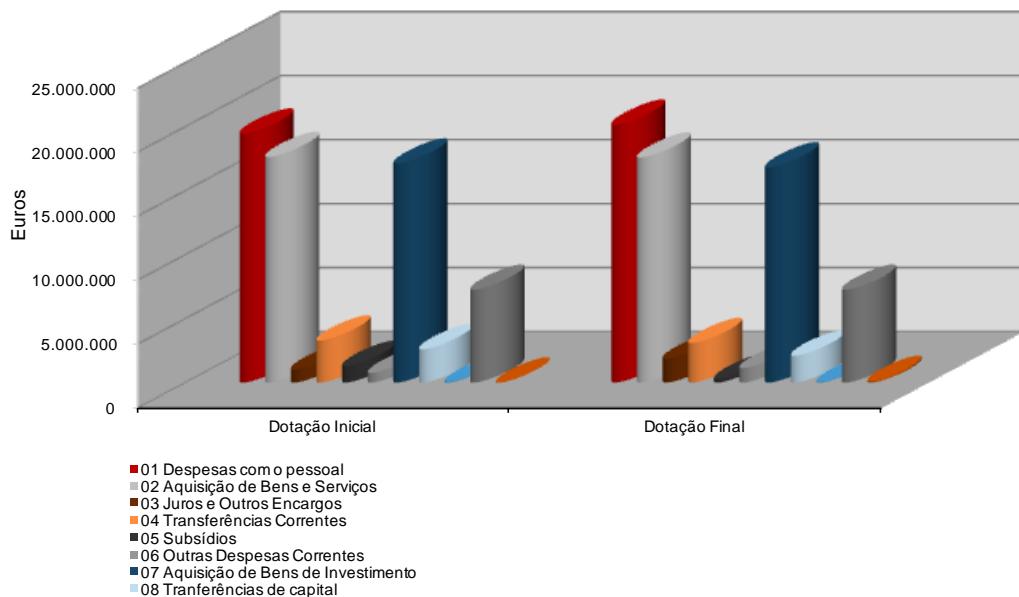
Quadro 3

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2015								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	45.182.483	65,3%	4.469.028	4.170.528	45.480.983	56,0%	298.500	0,7%
01 Despesas com o pessoal	19.668.320	28,4%	861.050	951.653	19.577.716	24,1%	-90.604	-0,5%
02 Aquisição de Bens e Serviços	18.054.721	26,1%	2.703.789	1.750.058	19.008.452	23,4%	953.731	5,3%
03 Juros e Outros Encargos	873.500	1,3%	0	503.920	369.580	0,5%	-503.920	-57,7%
04 Transferências Correntes	3.598.192	5,2%	271.943	549.397	3.320.738	4,1%	-277.454	-7,7%
05 Subsídios	2.000.000	2,9%	182.847	242.000	1.940.847	2,4%	-59.153	-3,0%
06 Outras Despesas Correntes	987.750	1,4%	449.400	173.500	1.263.650	1,6%	275.900	27,9%
Despesas Capital	23.979.417	34,7%	15.185.800	3.374.300	35.790.917	44,0%	11.811.500	49,3%
07 Aquisição de Bens de Investimento	16.242.450	23,5%	14.699.800	2.811.300	28.130.950	34,6%	11.888.500	73,2%
08 Transferências de capital	1.724.500	2,5%	385.500	73.500	2.036.500	2,5%	312.000	18,1%
09 Ativo Financeiro	477.186	0,7%	100.000	0	577.186	0,7%	100.000	21,0%
10 Passivos Financeiros	5.534.250	8,0%	0	489.500	5.044.750	6,2%	-489.500	-8,8%
11 Outras Despesas de Capital	1.031	0,0%	500	0	1.531	0,0%	500	48,5%
TOTAL	69.161.900	100,0%	19.654.828	7.544.828	81.271.900	100,0%	12.110.000	17,5%

Un:Euros

Gráfico 2

Modificações Orçamentais à Despesa



Sobressai da apreciação geral do quadro supra reforços no valor global de 19.654.828 €, fruto das vinte e duas alterações realizadas ao orçamento da despesa, traduzidos da seguinte forma:

- 12.110.000 € que determinaram um aumento nas dotações iniciais que tiveram como contrapartida o aumento nas dotações iniciais no orçamento da receita.
- 7.544.828 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

A modificação positiva com maior expressão ocorreu no grupo das “Despesas de Capital”, na rubrica “Aquisição de Bens de Investimento”, com uma variação de 11.888.500 €, que teve por finalidade dotar os seguintes projetos inscritos no objetivo 3.5.4 – Ativos Financeiros, cujo enquadramento orçamental para o exercício se classificou oportunamente como “*Não Definido*”:

- Programa/Ação N.º 28/2014 – “Aquisição de ativos imobilizados do “Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A, E.M.”, com o valor de 9.200.000 €;
- Programa/Ação Nº. 29/2014 - “Reversão de Fundos Imobiliários”, com o valor de 2.910.000 €

O reforço nos referidos projetos no total de 12.110.000 € foi balanceado com uma diminuição 221.500 € que teve origem na própria rubrica de “Aquisição de Bens de Investimento” em projetos que se encontravam excessivamente dotados.

Logo a seguir prevalece o reforço assinalado no capítulo das “Despesas Correntes” no grupo das “Aquisições de Bens e Serviços”, com um aumento de (+) 953.731 €, resultado da necessidade de aumentar a dotação, na sua grande maioria, das seguintes rubricas:

-
- “Iluminação Pública”
 - “Encargos de Instalação”
 - “Encargos de Cobrança de Receita”

No que respeita à Iluminação Pública e aos Encargos de Instalação, a origem advém do aumento da tarifa bem como do aumento do consumo de eletricidade e gás em resultado da abertura de novas instalações, nomeadamente de Centros Escolares.

O acréscimo dos Encargos de Cobrança de Receita decorreu do aumento na arrecadação de receita que no momento da elaboração do orçamento é inviável antecipar.

As demais variações positivas não assumem a materialidade das anteriores e ocorrem com maior relevância no capítulo de capital, uma vez que em matéria de despesa corrente, à exceção da rubrica de “Outras Despesas Correntes” com (+) 275.900 €, necessidade sobretudo do reforço das rubricas, “Restituições - Outras” e “Encargos de Sentença de Tribunal”, todas as outras apresentam variações negativas. Tais ajustamentos foram determinados na sua maioria por imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial.

Sobre as outras componentes de “Despesas de Capital”, destaca-se a variação positiva de (+) 312.000 € nas “Transferências de Capital”, fruto da necessidade de reforçar alguns projetos no PAM, a fim de garantir a atribuição de subsídios para investimento sobretudo, à Junta de Freguesia da Cidade da Maia e à Associação Empresarial da Maia, a que se sucede o acréscimo de (+) 100.000 € na rubrica de “Ativos Financeiros”, tendo em vista concretizar a participação da Câmara Municipal na realização do capital social da “Fundação do Desporto”. Residualmente acresce ainda o aumento de 500 € na dotação das “Outras Despesas de Capital”.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa remete para as Despesas Correntes onde ressalta a anulação da rubrica de “Juros e Outros Encargos”, no montante de (-) 503.920 €, que se deveu principalmente ao facto da recalculização do serviço de dívida do empréstimo de Médio e Longo Prazo, contratado com o BPI, para aquisição dos lotes 1 e 4 que integram o Parque de Ciências e Tecnologia da Maia (TECMIAIA), que por força da obtenção do visto tácito do tribunal de contas em 20 de fevereiro do corrente ano, implicou que no presente exercício económico se proceda ao pagamento de apenas uma semestralidade de juros e não de duas como inicialmente havia sido previsto orçamentalmente.

Sucede-se a modificação negativa que ocorreu nas Despesas de Capital na rubrica de “Passivos Financeiras - Outras” com a anulação de (-) 489.500 €, resultado do período de carência de um ano, relativamente à amortização do empréstimo contraído acima mencionado no valor de 9.200.000 €, que teve por finalidade o reforço de outras rubricas insuficientemente dotadas. Regista-se ainda a variação negativa de (-) 277.454 € na dotação das “Transferências Correntes”.

Com menor materialidade são perceptíveis anulações nas rubricas “Despesas com Pessoal” e “Subsídios”, com pouca expressividade no orçamento global, atingindo apenas variações de (-) 90.604 € e (-) 59.153 €, respetivamente.

Para além das possíveis implicações que as diferentes inscrições/ reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, importa assinalar que as despesas de capital têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

No domínio do Plano Plurianual de Investimentos concretizaram-se vinte e duas alterações e uma revisão, as quais provocaram um impacto nas dotações globais, no montante de (+) 12.110.000,00 €, em consequência das razões anteriormente expostas. Quanto às vinte e duas alterações efetuadas ao Plano das Atividades Mais Relevantes, tiveram como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos, não interferindo com o valor global do orçamento.

No que respeita à revisão efetuada ao Plano Plurianual de Investimentos, interessa mencionar que provocou um impacto nas dotações globais do orçamento, tendo por objetivo dotar orçamentalmente o Projeto n.º 29 de 2014, denominado “Reversão de Fundos Imobiliários”, com o valor de 2.910.000,00 €, inscrito no “Objetivo/Programa 3.5.4”, cujo enquadramento orçamental para o referido exercício de classificou oportunamente como “Não definido”.

A revisão em referência tornou-se necessária para efeitos de formalização do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário fechado, de subscrição particular, denominada “Praça Maior”.

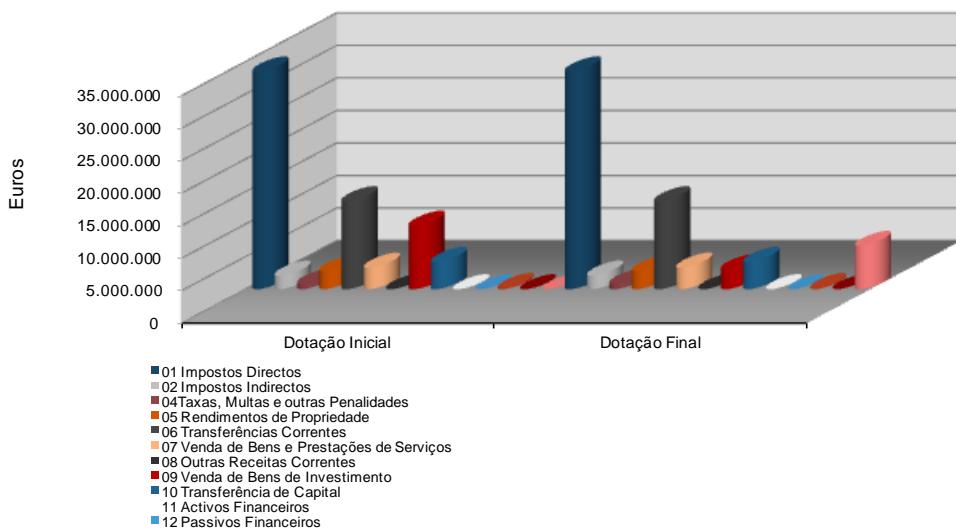
Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	56.165.730	81,2%	0	0	56.165.730	69,1%	0	0,0%
01 Impostos Diretos	33.167.300	48,0%	0	0	33.167.300	40,8%	0	0,0%
02 Impostos Indiretos	2.045.000	3,0%	0	0	2.045.000	2,5%	0	0,0%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	690.600	1,0%	0	0	690.600	0,8%	0	0,0%
05 Rendimentos de Propriedade	2.575.300	3,7%	0	0	2.575.300	3,2%	0	0,0%
06 Transferências Correntes	14.293.630	20,7%	0	0	14.293.630	17,6%	0	0,0%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.284.600	4,7%	0	0	3.284.600	4,0%	0	0,0%
08 Outras Receitas Correntes	109.300	0,2%	0	0	109.300	0,1%	0	0,0%
Receitas Capital	12.996.070	18,8%	9.200.000	324.891	21.871.179	26,9%	8.875.109	68,3%
09 Venda de Bens de Investimento	9.939.775	14,4%	0	324.891	9.614.884	11,8%	-324.891	-3,3%
10 Transferência de Capital	2.868.195	4,1%	0	0	2.868.195	3,5%	0	0,0%
11 Ativos Financeiros	5.400	0,0%	0	0	5.400	0,0%	0	0,0%
12 Passivos Financeiros	0	0,0%	9.200.000	0	9.200.000	11,3%	9.200.000	-
13 Outras Receitas de Capital	182.700	0,3%	0	0	182.700	0,2%	0	0,0%
Outras Receitas	100	0,0%	3.234.891	0	3.234.991	4,0%	3.234.891	3234890,7%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,0%	0	0	100	0,0%	0	0,0%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,0%	3.234.891	0	3.234.891	4,0%	3.234.891	-
TOTAL	69.161.900	100,0%	12.434.891	324.891	81.271.900	100,0%	12.110.000	17,5%

Un:Euros

Gráfico 3

Modificações Orçamentais à Receita



Em matéria de Orçamento da Receita foram formalizados duas modificações consolidadas numa alteração e numa revisão, que conjuntamente implicaram um aumento da dotação global do orçamento de 12.110.000 €.

A alteração no montante de 9.200.000 € teve como objetivo a inscrição da rubrica de classificação económica 12.06.02 - “Empréstimos a médio e longo prazo – Sociedades financeiras”, fruto da contratação do já mencionado empréstimo, em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido.

Recorde-se que face ao disposto nas regras previsionais do POCAL, a importância relativa aos empréstimos, só pode ser considerada no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato, que teve como contrapartida o aumento no orçamento da despesa.

Com a revisão procedeu-se à integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 3.234.891 €, que implicou a utilização do valor de 2.910.000 €, para o aumento global do orçamento da receita, como contrapartida do aumento global do orçamento da despesa, em igual montante, pelos motivos já invocados. A utilização do diferencial, no valor de 324.891 € teve como contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento” que se encontrava excessivamente dotada, não provocando aumento na dotação global do orçamento.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS

Neste capítulo, e por forma a avaliar as fontes de financiamento, desenvolve-se uma análise numa ótica orçamental à evolução da variação de ativos com reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS									
	2013			2014			2015		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença
Saldo da gerência anterior	6.788.773		6.788.773	6.676.825		6.676.825	3.234.891		3.234.891
Corrente	54.380.650	39.900.136	14.480.514	53.843.637	39.706.547	14.137.090	59.429.555	40.932.490	18.497.065
Capital	1.764.133	16.366.347	-14.602.214	2.142.253	19.755.884	-17.613.631	15.779.810	26.202.792	-10.422.981
Outras	9.752		9.752	34.607		34.607	1.527		1.527
TOTAL	62.943.307	56.266.483	6.676.825	62.697.322	59.462.432	3.234.891	78.445.783	67.135.282	11.310.502

Un:Euros

A Evolução dos Fluxos Monetários do último triénio evidencia significativas poupanças correntes brutas que variam entre 14,1 M€ e 18,4 M€ e que resultam de anos seguidos com receitas correntes cobradas acima das despesas correntes pagas, destacando-se no presente exercício económico o expressivo acréscimo registado nesta componente.

Com efeito, em 2015, a receita corrente cobrada ascendeu a 59.429.555 € e a despesa corrente paga situou-se nos 40.932.490 €, registando-se uma considerável poupança corrente bruta de 18.497.065 €, que sustentou não só *deficit* alcançado na componente de capital, uma vez que a receita cobrada é inferior à despesa paga, mas também libertou fluxos monetários para a gerência seguinte, apresentando-se uma vez mais como principal fonte de financiamento do investimento.

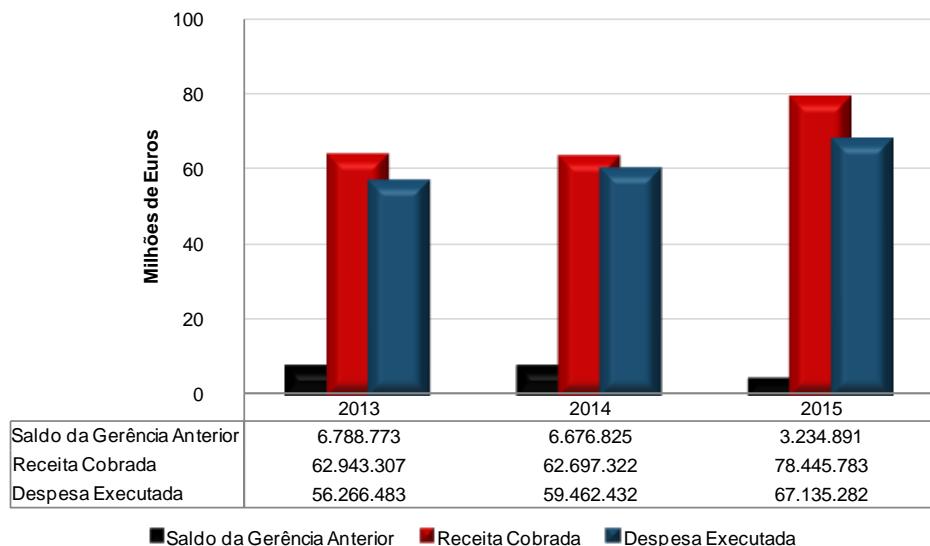
Relativamente à componente de capital, observa-se que a receita cobrada tem sido inferior à despesa paga, motivando sucessivos saldos negativos de capital, sustentados pela poupança corrente bruta e pelo saldo da gerência anterior. No exercício de 2015, importa realçar que o saldo negativo de capital foi totalmente absorvido pela poupança corrente.

O total da receita cobrada bruta atingiu 78.445.783 € e a despesa total paga 67.135.282 € gerando um saldo para a gerência seguinte de 11.310.502 €, bastante superior ao transitado da gerência de 2014.

O Gráfico 4 reflete da evolução dos fluxos monetários nos últimos três anos.

Gráfico 4

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS



POUPANÇA CORRENTE

O Princípio do Equilíbrio Orçamental, na redação prevista no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Tais condições devem pois ser observadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, insere-se o quadro seguinte:

Quadro 6

PRINCÍPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
Ano 2015				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	56.165.730	56.165.730	59.429.555
(2)	Despesa Corrente	45.182.483	45.480.983	40.932.490
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	10.983.247	10.684.747	18.497.065
(4)	Amortizações empréstimos de MLP	6.729.031	6.729.031	6.729.031
(5)=(3)-(4)		4.254.216	3.955.716	11.768.034

Un:Euros

Conclui-se da análise do Quadro 6 que nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 11.768.034 € para financiamento de investimento.

Todavia, o conceito de poupança corrente não pode ser descontextualizado nem das dívidas correntes transitadas, nem das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, pelo que importa avaliar simultaneamente a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que compreende estas duas variáveis.

Quadro 7

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO				
	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente Executada	57 254 287	54 380 650	53 843 637	59 429 555
Despesa Corrente Executada	40 477 164	39 900 136	39 706 547	40 932 490
Poupança Corrente Bruta (1)	16 777 124	14 480 514	14 137 090	18 497 065
Variação	22,75%	-13,69%	-2,37%	30,84%
Dívida Corrente Transitada (2)	-715 359	92 223	-44 130	-100 051
Da Gerência Anterior	1 190 131	474 772	566 994	522 864
Para a Gerência Seguinte	474 772	566 994	522 864	422 813
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)	-649 525	-379 239	727 431	-450 021
Da Gerência Anterior	5 011 410	4 361 885	3 982 646	4 710 078
Para a Gerência Seguinte	4 361 885	3 982 646	4 710 078	4 260 057
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	16 842 957	14 009 053	14 908 652	18 147 095
Variação	7,20%	-16,83%	6,42%	21,72%

Un:Euros

Neste considerando, quando se incorpora na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, observam-se recorrentes poupanças correntes líquidas, atingindo-se em 2015, 18.147.095 €, valor substancialmente superior ao verificado em anos anteriores, mas que acompanha evolução da Poupança Corrente Bruta.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL

O Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser aferido numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser aferido numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

O quadro seguinte permite aferir o grau de execução do princípio supracitado.

Quadro 8

CONTROLO DO EQUILÍBRIOS ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2012	2013	2014	2015
Receita Cobrada	61.526.092	56.154.535	56.020.498	75.210.893
Corrente	57.254.287	54.380.650	53.843.637	59.429.555
Capital	4.268.392	1.764.133	2.142.253	15.779.810
Outras Receitas	3.413	9.752	34.607	1.527
Despesa Paga	56.388.539	56.266.483	59.462.432	67.135.282
Corrente	40.477.164	39.900.136	39.706.547	40.932.490
Capital	15.911.375	16.366.347	19.755.884	26.202.792
Saldo Final de Operações Orçamentais	6.788.773	6.676.825	3.234.891	11.310.502
Dívida Transitada				
Da Gerência Anterior	4.181.021	533.995	688.981	574.546
Para a Gerência Seguinte	533.995	688.981	574.546	422.813
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	119,79 %	111,56 %	105,64 %	117,11%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	110,99 %	110,51 %	104,43 %	116,12 %

Un:Euros

No exercício de 2015, o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi uma vez mais cumprido na íntegra, quer no que toca à execução autónoma do ano (117,11%) quer no que toca à execução global do ano (116,12%), orientação que se tem mantido ao longo do quadriénio representado no Quadro 8.

A evolução positiva destes rácios encontra-se amplamente influenciada quer pelo comportamento decrescente da dívida transitada que culminou numa redução de (-) 3.758.208 € face a 2012, quer pelos bons níveis de execução orçamental da receita.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A análise às fontes de financiamento do investimento do ano 2015, pretende avaliar em que medida as diversas receitas municipais arrecadadas no exercício contribuem para financiar o investimento realizado pela autarquia, não deixando de salvaguardar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a participação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado.

Assim, agregaram-se as receitas municipais em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja

das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 9

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		Valor	FF / DI
2015			
Receitas Capital (1)		15.779.810	72,8%
Venda de Bens de Investimento		57.310	0,3%
FEF Capital		309.795	1,4%
Fundos comunitários		5.870.867	27,1%
Outras Trans Capital		333.360	1,5%
Passivos Financeiros		9.200.000	42,4%
Ativos Financeiros		5.587	0,0%
Outras receitas de Capital		2.891	0,0%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)		13.984.622	64,5%
Poupança Corrente (3)		18.497.065	85,3%
Amortizações de Capital (4)		4.512.444	20,8%
Outras Despesas Capital (5)		0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos (6)		1.527	0,0%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)		29.765.959	137,2%
Saldo gerência anterior (8)		3.234.891	14,9%
TOTAL (9) = (7)+(8)		33.000.850	152,1%
 Despesas de Investimento pagas (10)		 21.690.348	
 Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)		 65,73%	
 Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)		 11.310.502	

Un:Euros

Notas:
 FF - Fonte de Financiamento
 DI - Despesas de Investimento

Da apreciação dos elementos constantes no Quadro 9, retira-se que durante a gerência de 2015 o total da receita gerada no exercício disponível para financiar despesas de investimento ascendeu a 29.765.959 €, contribuindo para suportar a totalidade de investimento pago ou seja, 21.690.348 €, assim como gerar, adicionado que seja o saldo da gerência anterior, um significativo saldo para a gerência seguinte de 11.310.502 €.

No exercício de 2015, as receitas de capital assumem a maior preponderância ao concorrerem com 72,8% para o investimento pago. Tal comportamento deve-se maioritariamente ao contributo dos passivos financeiros (42,4%) em resultado da celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, para aquisição dos lotes de terrenos números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), no valor 9.200.000 €, seguidos das participações provenientes de fundos comunitários com 5.870.867 €, das outras transferências de capital com 333.360 €, do FEF capital com 309.795 € e as vendas de investimento a comportar com 57.310 €. Com

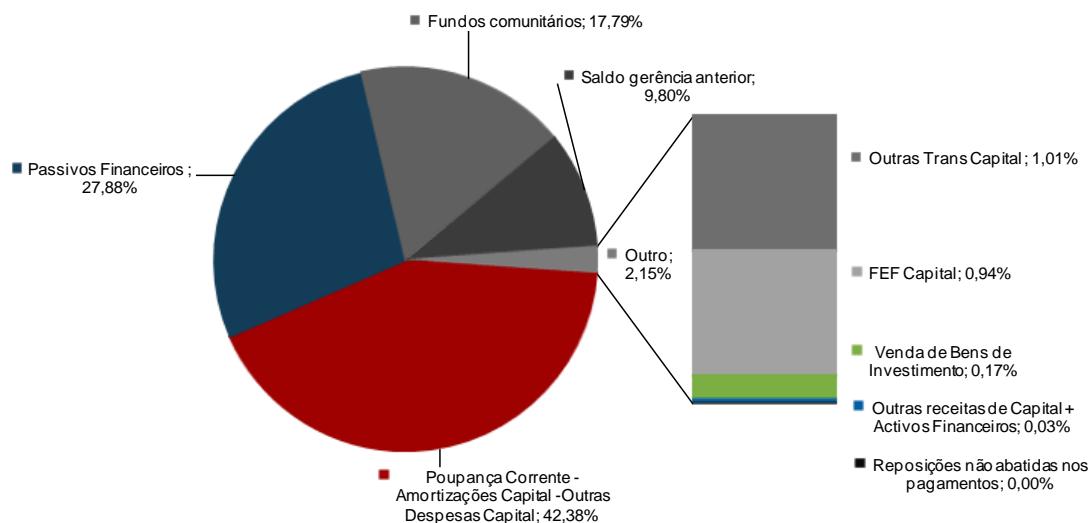
menor representatividade apresentam-se os ativos financeiros e outras receitas de capital que no seu conjunto compreendem 8.478 €.

Importa também relevar que a poupança corrente, deduzidas que sejam as amortizações de capital e outras despesas de capital não reproduutivo, contribuem por si só para financiar 64,5%, ou seja, 13.984.622 € do investimento pago, constituindo claramente uma das principais fontes de financiamento do investimento.

O Gráfico 5 pretende refletir a importância das diversas fontes de financiamento já enunciadas.

Gráfico 5

FONTES FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Na sequência de uma recomendação do Tribunal de Contas e, apesar do que está instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro, está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa”, por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atento o exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa retrata os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços municipais realizam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 10 apresenta os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2015.

Quadro 10

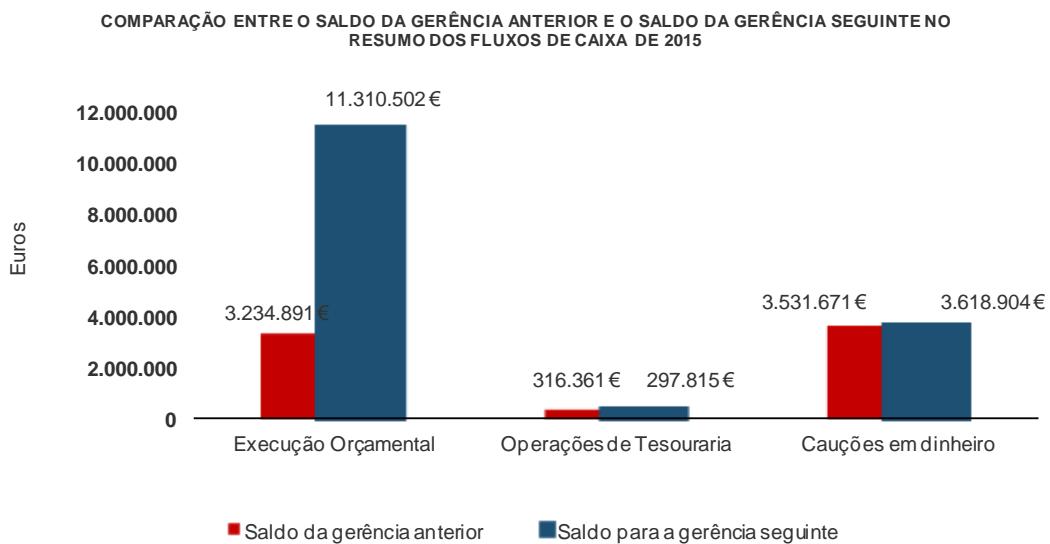
RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
ANO 2015				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		7.082.923	Despesas Orçamentais	67.135.282
Execução Orçamental	3.234.891		Correntes	40.932.490
Operações de Tesouraria	316.361		Capital	26.202.792
Cauções em dinheiro	3.531.671			
Receitas Orçamentais		75.210.893	Dotações não Orçamentais	3.821.194
Correntes	59.429.555		Operações de Tesouraria	3.572.191
Capital	15.779.810		Cauções em dinheiro	249.003
Outras	1.527			
Dotações não orçamentais		3.889.881	Saldo para a gerência seguinte	15.227.220
Operações de Tesouraria	3.553.645		Execução Orçamental	11.310.502
Cauções em dinheiro	336.236		Operações de Tesouraria	297.815
			Cauções em dinheiro	3.618.904
	Total	86.183.696		Total
				86.183.696

Un: Euros

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2015 evidencia que:

- As entradas de fundos ascenderam a 79.100.774 €, sendo 75.210.893 € provenientes de receitas orçamentais e 3.889.881 € de dotações não orçamentais, dos quais 3.553.645 € respeitam a operações de tesouraria, e 336.236 € a cauções em dinheiro.
- As saídas de fundos somaram 70.956.476 €, dos quais 67.135.282 € resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente, no valor de 3.821.194 €, de despesas não orçamentais. Deste valor 3.572.191 € provém de operações de tesouraria e 249.003 € de cauções em dinheiro.
- Do balanceamento entre entradas e saídas de fundos resulta um saldo a transitar para 2016 de 15.227.220 €, sendo 11.310.502 € decorrentes da execução orçamental, 297.815 € de operações de tesouraria e 3.618.904 € de cauções em dinheiro, refletindo um aumento de 8.144.297 € face ao transitado da gerência anterior.

Gráfico 6



No que respeita às Operações Não Orçamentais, importa clarificar que as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Maia realizaram para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

O Quadro 11 pretende demonstrar a repartição destes encargos segundo a sua natureza.

Quadro 11

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)						
ANO 2015						
	Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual	Saldo para a gerência seguinte	
		Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor
21	CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES	0	1.861.879	40.233	78.470	0
21.7	Clientes e Utentes com Cauções					
	217.1 De Execução de Obras (Loteamentos,...)	0	1747.675	36.723	65.160	0
	217.3 Clientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	0	16.829	0	0	0
	217.9 Outras	0	97.375	3.510	13.310	0
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	247.866	3.293.909	3.274.271	0
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos					
	24.2.1 Trabalho dependente	0	117.907	13.139.91	1296.449	0
	24.2.2 Trabalho independente	0	9.083	107.623	113.476	0
	24.2.4 Prediais	0	0	1700	1700	0
	24.2.5 Pensões	0	250	889	639	0
	24.2.6 Sobretaxa extraordinária s/ rendimentos sujeitos a IRS	0	7.492	91293	90.812	0
	24.2.7 Trabalho dependente - acertos	0	0	0	0	0
24.4	Restantes impostos					
	24.4.1 Imposto de selo	0	0	9	12	0
	24.4.2 Imposto Selo outros	0	0	215	215	0
24.5	Contribuições para a Segurança Social					
	24.5.1 Caixa Geral de Aposentações	0	82.268	1.004.554	998.886	0
	24.5.2 ADSE	0	2	408.138	408.154	0
	24.5.3 Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0	30.858	363.964	362.367	0
24.9	Outras Contribuições					0
	24.9.2 Multas e coimas	0	7	1107	1135	35
	24.9.3 Direção Geral de Contribuições e Impostos	0	0	426	426	0
26	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	0	1.738.287	487.052	537.139	1.788.374
26.1	Fornecedores de Imobilizado					
	26.12.1 Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	0	799.330	207.373	257.765	0
26.2	Pessoal					
	26.2.9 Outras operações com o pessoal	0	884	9.581	8.973	0
26.3	Sindicatos					
	26.3.1 Sindicatos Trabalhadores Administração Local	0	372	4.213	4.191	0
	26.3.2 Sindicato Trabalhadores Administração Pública	0	703	8.071	8.036	0
	26.3.3 Sindicato Engenheiros do Norte	0	12	145	145	0
	26.3.4 Sindicato Técnicos Adm. Auxiliares Educação	0	0	0	0	0
	26.3.5 Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	0	63	787	799	0
	26.3.7 Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	0	100	1178	1160	0
26.8	Devedores e credores diversos					
	26.8.8 Credores diversos de cauções até 31/12/2001	0	870.462	1397	0	869.065
	26.8.9 Credores diversos - outros	0	66.361	254.308	256.071	0
Totais		0	3.848.032	3.821.194	3.889.881	0
Un. Euros						

Da observação do exposto, verifica-se que no exercício de 2015 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades fixaram-se em 3.889.881 €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 3.821.194 €. O maior volume de movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, nomeadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

No final do exercício, as cauções em dinheiro assumem grande relevância no total das operações não orçamentais existentes em cofre absorvendo cerca de 92%, consequência dos saldos transitados de gerências anteriores.

CONTAS DE ORDEM

Os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia são contabilizados através das contas de ordem, representando possibilidades de futuras alterações ao mesmo. Importa contudo anotar que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Atenta a sua particularidade, a informação foi representada em três quadros distintos, o Quadro 12 para “Garantias e Cauções Rececionadas”, o Quadro 13 para “Garantias a Favor de Terceiros”, e por último, o Quadro 14 para “Recibos para Cobrança”.

Quadro 12

GARANTIAS E CAUÇÕES RECECIONADAS							
Excluindo Cauções em Dinheiro							
	Designação das contas	(A)	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
				Prestadas	Devolvidas	Accionadas	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.2	Garantias						
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	4.304.279		403.263	289.011	0	4.418.530
09.2.2	Para execução de obras	14.425.508		152.088	819.598		13.757.997
09.2.3	Outras Garantias	8.928			0		8.928
09.2.4	Garantias até 31.12.2001	0					0
09.2.5	Hipotecas	5.065.749		156.789	6.876		5.215.663
09.2.6.01	Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	112.756		32.987	3.826		141.917
09.2.6.02	Seguros-Caução - execução de obras	608.416					608.416
	Total	24.525.637		745.127	1.119.311	0	24.151.452

Un.: Euros

Em 2015, a favor da autarquia foram prestadas garantias no valor de 745.127 €, enquanto as garantias devolvidas ascenderam a 1.119.311 €, o que resulta para a gerência seguinte, acrescido que seja o saldo transitado, um saldo de 24.151.452 € valor ligeiramente inferior ao da gerência anterior.

Em matéria de garantias e cauções rececionadas destaca-se no final da gerência, a componente “*Para Execução de obras*” ao assumir o valor de 13.757.997 €, registando simultaneamente nos movimentos do período, o maior volume de devoluções no valor de 819.598 €. No que se refere ao movimento anual das garantias prestadas é nas “*De empreitadas e fornecimentos*” que se observa a maior importância que ascende a 403.263 €.

Quadro 13

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS							
	Designação das contas	(A)	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
				Prestadas	Devolvidas	Accionadas	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.4	Cauções a favor de terceiros		0				0
09.4.1	Vasilhames						0
09.5	Garantias a favor de terceiros	22.419.162					
09.5.1	Empreitadas e fornecimentos	262.141			159.641		102.500
09.5.2	Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787					5.175.787
09.5.3	Outras garantias a favor de terceiros	16.981.234					16.981.234
	Total	22.419.162		0	159.641	0	22.259.521

Un.: Euros

No exercício de 2015 as garantias e cauções a favor de terceiros apenas contemplaram a devolução de uma garantia prestada em 2007 no valor de 159.641 € a favor do IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura, encontrando-se no final da gerência tituladas responsabilidades no total de 5.278.287 € respeitantes a:

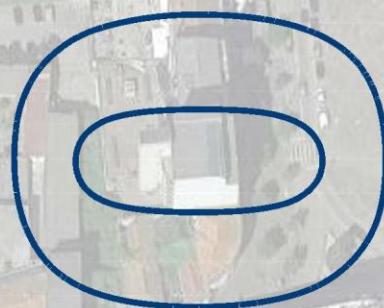
- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros;
- Três garantias, prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €.
- Duas garantias, no valor unitário de 8.490.617 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal. Pese embora a sua não referência em anteriores relatos, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intervém contudo como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, razão por que se entendeu prudente a sua inclusão a partir do exercício económico em análise, apesar de, desde 2004 e até à presente data, nunca terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Quadro 14

RECIBOS PARA COBRANÇA						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior (A)	Movimento anual			Saldo para a gerência seguinte (D)=(A)-(B)+(C)
		1.568.217	Cobrança (B)	Anulação (C)	Emissão (C)	
09.3	Receita Virtual					
09.3.1	Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.217				1.568.217
09.3.2	Receita Virtual do Próprio Ano					0
	Total	1.568.217			Total	1.568.217

Un.: Euros

Relativamente aos recibos para cobranças, uma vez que no ano de 2015 não existiu qualquer anulação, cobrança e emissão de documentos debitados ao tesoureiro, mantém-se, desta forma, inalterado o saldo para a gerência seguinte que é exatamente igual ao saldo da gerência anterior.



maia

CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

Quadro 15

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA									
	2013	2014			2015				
	Execução	Variação 2012/2013	Execução	Variação 2013/2014	Previsão	Execução	Peso	Variação 2014/2015	Taxa de Execução
Receitas Correntes	54.380.650	-5,0%	53.843.637	-1,0%	56.165.730	59.429.555	79,0%	10,4%	105,8%
Impostos Diretos	31.522.714	-7,8%	31.136.938	-1,2%	33.167.300	35.813.674	47,6%	15,0%	108,0%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out. Penalidades	3.019.869	-27,5%	2.605.635	-13,7%	2.735.600	3.078.008	4,1%	18,1%	112,5%
Rendimentos de Propriedade	2.655.955	7,4%	2.528.863	-4,8%	2.575.300	2.694.869	3,6%	6,6%	104,6%
Transferências Correntes	13.917.346	5,3%	14.186.076	1,9%	14.293.630	14.300.170	19,0%	0,8%	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.149.081	3,5%	3.207.266	1,8%	3.284.600	3.391.360	4,5%	5,7%	103,3%
Outras Receitas Correntes	115.685	-27,9%	178.858	54,6%	109.300	151.475	0,2%	-15,3%	138,6%
Receitas de Capital	1.764.133	-58,7%	2.142.253	21,4%	21.871.179	15.779.810	21,0%	636,6%	72,1%
Venda de Bens de Investimento	103.838	426,3%	6.680	-93,6%	9.614.884	57.310	0,1%	757,9%	0,6%
Transferências de Capital	1.649.545	-57,0%	2.127.882	29,0%	2.868.195	6.514.022	8,7%	206,1%	227,1%
Ativos Financeiros	10.750	15,8%	7.691	-28,5%	5.400	5.587	0,0%	-27,4%	103,5%
Passivos Financeiros	0		0		9.200.000	9.200.000	12,2%		100,0%
Outras Receitas de Capital	0	-100,0%	0		182.700	2.891	0,0%		1,6%
Outras Receitas	9.752	185,8%	34.607	254,9%	100	1.527	0,0%	-95,6%	1527,1%
Total das Receitas	56.154.535	-8,7%	56.020.498	-0,2%	78.037.009	75.210.893	100,0%	34,3%	96,4%
Integração do saldo da gerência	6.788.773		6.676.825			3.234.891			
Total	62.943.307		62.697.322			78.445.783			

Un:Euros

A evolução da receita do último triénio retratada no Quadro 15 evidencia que no ano em apreço a receita cobrada bruta, excluído que seja o saldo da gerência anterior, ao totalizar 75.210.893 € apresenta um acréscimo de cerca de (+) 34% face a 2014, (+) 19.190.395 €, invertendo a tendência de crescimento negativo do triénio imediatamente anterior, 2012-2014, sobretudo devido à dinâmica das receitas de capital que “per si” são responsáveis pelo aumento de (+) 13.637.557 €, embora continuem a ser as receitas correntes a assumir a maior preponderância no cômputo global cobrado com o valor de 59.429.555 €.

Sendo certo que, tanto a componente corrente da receita, como a de capital contribuíram para o excelente desempenho positivo do total arrecadado, a contrario de anteriores gerências, são pois as receitas de capital que ao totalizarem 15.779.810 € concorrem largamente para o desempenho positivo do total da receita bruta arrecadada, não sendo de desvalorizar, contudo, o incremento de (+) 5.585.918 € ocorrido nas receitas correntes, dado que o seu peso no global da receita é de 79%.

No conjunto das receitas correntes que aumentam (+) 10,4%, com exceção da componente de natureza residual *Outras Receitas Correntes*, todas as demais rubricas observam acréscimos. Mais uma vez permanece com maior significado o agregado dos “impostos” ao somar 38.891.682 €, perto de 52% do total cobrado, o que completa (+) 5.149.109 € que no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital assume particular relevo a componente de passivos financeiros em resultado da operação de financiamento bancário de médio e longo prazo no valor de 9.200.000 €, celebrada com o Banco Português de Investimento (BPI), para a aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMIAIA), embora as *Transferências de capital* também tenham crescido de forma expressiva ao anuciarem (+) 4.386.140 € que no ano transato, muito influenciadas pela *Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados*, que isoladamente soma

5.870.867 €, proporcionando assim, uma ponderação deste tipo de receita, na receita total, manifestamente superior ao verificado no mesmo período do ano transato, 7,8% contra 2,6%.

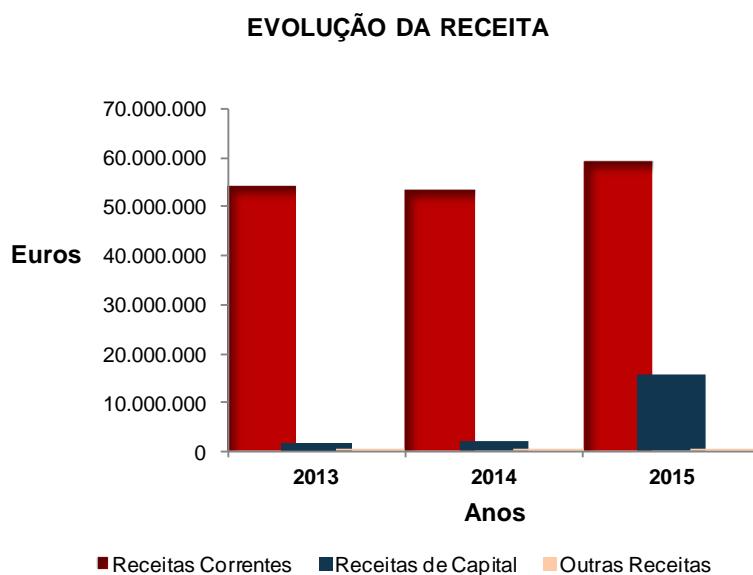
Pese embora aquela operação de crédito, mesmo que excluído o montante de *Passivos Financeiros* observar-se-ia, ainda assim, uma variação positiva do total receita cobrada bruta de (+) 9.990.395 €.

No domínio das taxas de execução, em termos globais 96% da receita estimada foi cobrada tendo a receita corrente ultrapassado a fasquia dos 100% e a receita de capital dos 72%, sendo despiciente o comportamento das *Outras Receitas*, uma vez que a sua representatividade no total da receita é nula.

Em síntese, verifica-se, a exemplo de relatos anteriores que, pese embora o hiato entre receitas de capital (72,1%) e receitas correntes (105,8%) tenha diminuído substancialmente, continuam a ser as receitas correntes e particularmente os “*impostos*” que mais contribuem para o desempenho positivo da receita cobrada bruta.

O Gráfico 7 espelha a evolução da receita ao longo do triénio 2013-2015.

Gráfico 7



Analisa-se com maior detalhe, os seguintes agregados de receita:

- Receitas Próprias
- Receita liquidada e não cobrada
- Transferências

RECEITAS PRÓPRIAS

A análise a este tipo de receita permite aferir qual o grau de autonomia financeira do município, ou seja, a aptidão de que município dispõe para criar os seus próprios recursos financeiros, com vista a prossecução das suas atribuições, sem ajuda de receita alheia. O quadro que se segue espelha a distribuição, neste âmbito, das componentes receitas correntes e receitas de capital.

Quadro 16

RECEITAS PRÓPRIAS										
	2013	2014	2015							
	Valor	Varição 2012/2013	Valor	Varição 2013/2014	Previsão	Execução	Variação 2014/2015	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
Receitas Correntes										
Impostos Diretos	31.522.714	-7,8%	31.136.938	-1,2%	33.167.300	35.813.674	15,0%	79,2%	60,3%	47,6%
Impostos Indiretos,Tx Multas e Out	3.019.869	-27,5%	2.605.635	-13,7%	2.735.600	3.078.008	18,1%	6,8%	5,2%	4,1%
Penalidades										
Rendimentos de Propriedade	2.655.955	7,4%	2.528.863	-4,8%	2.575.300	2.694.869	6,6%	6,0%	4,5%	3,6%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.149.081	3,5%	3.207.266	1,8%	3.284.600	3.391.360	5,7%	7,5%	5,7%	4,5%
Outras Receitas Correntes	115.685	-27,9%	178.858	54,6%	109.300	151.475	-15,3%	0,3%	0,3%	0,2%
Sub Total	40.463.304	-8,1%	39.657.561	-2,0%	41.872.100	45.129.385	13,8%	99,9%	75,9%	60,0%
Receitas Capital										
Venda de Bens de Investimento	103.838	426,3%	6.680	-93,6%	9.614.884	57.310	757,9%	0,1%	0,1%	0,1%
Ativos Financeiros	10.750	15,8%	7.691	-28,5%	5.400	5.587	-27,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	0	-100,0%	0	-100,0%	182.700	2.891		0,0%	0,0%	0,0%
Sub Total	114.588	294,9%	14.371	-87,5%	9.802.984	65.788	357,8%	0,1%	0,1%	0,1%
Total das Receitas Próprias	40.577.892	-7,9%	39.671.932	-2,2%	51.675.084	45.195.174	13,9%	100,0%	76,0%	60,1%
Total das Receitas Correntes	54.380.650	-5,0%	53.843.637	-1,0%	56.165.730	59.429.555	10,4%		100,0%	79,0%
Total das Receitas	56.154.535	-8,7%	56.020.498	-0,2%	78.037.009	75.210.893	34,3%			100,0%

Un.Euros

Da observação do Quadro 16 ressalta como principal conclusão que em 2015 há um aumento significativo dos níveis de cobrança de receita própria que com o total de (+) 45.195.174 €, avoca mais (+) 5.523.242 € que no ano transato, (+) 13,9%, sendo inequívoca a preponderância da componente corrente sobre a de capital, ao absorver quase que a totalidade da receita cobrada (99,9%).

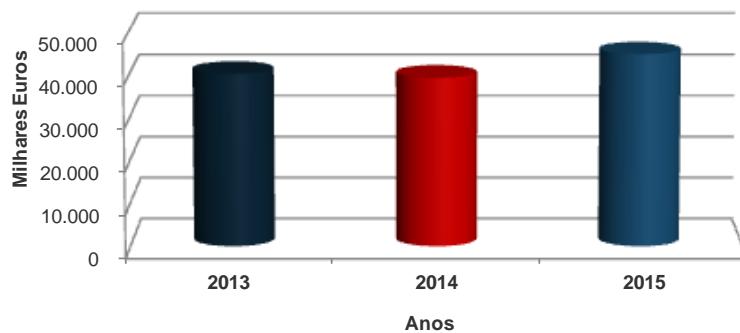
Assiste-se assim, a contrariar a tendência observada em reportes anteriores, a uma recuperação da capacidade de formação de recursos próprios muito significativa, com especial enfoque nas receitas próprias correntes, que ao totalizarem 45.129.385 € apresentam um aumento de (+) 13,8% face a 2014. Esta prestação foi claramente influenciada pelos *Impostos Diretos*, cujo incremento atingiu (+) 4.676.736 €, mas também pelo excelente desempenho ocorrido nas remanescentes rubricas correntes designadamente pelos *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades*, com (+) 472.373 €, pelas *Vendas de Bens e Prestação de serviços*, com (+) 184.094 € e pelos *Rendimentos de Propriedade* (+) 166.006 €. Em sentido inverso, as outras receitas correntes concorrem negativamente com (-) 27.383 €, não influenciando a inclinação positiva global, atenta a sua pouca representatividade (0,3%).

Quanto às receitas próprias de capital, pese embora a taxa de variação de (+) 358%, comporta apenas uma execução orçamental de 65.788 €, pouco material no cômputo total das receitas próprias arrecadadas, espelhando um peso irrelevante de 0,1%.

De forma a visualizar melhor o anteriormente exposto, apresenta-se de seguida um gráfico que melhor caracteriza a evolução da receita própria.

Gráfico 8

Evolução da Receita Própria



Em jeito de conclusão, salienta-se que a receita própria contribui sobremaneira para o total da receita, ao representar 76% das receitas correntes e 60% das receitas totais, o que traduz uma boa autonomia financeira por parte do município e continua a ser uma base sólida para a prossecução das suas atribuições.

Dada a sua relevância, justifica-se uma apreciação pormenorizada das principais componentes de receita.

IMPOSTOS DIRETOS

Quadro 17

IMPOSTOS DIRETOS						
	2013	2014	2015	Variação 2014/2015		
				Peso	Valor	%
Impostos diretos	31.292.715	31.095.198	35.809.719			
Imposto Municipal s/ Imóveis	19.056.421	21.046.465	21.448.778	59,9%	402.313	1,9%
Imposto Único de Circulação	3.382.433	3.194.594	3.071.142	8,6%	-123.452	-3,9%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	3.538.766	3.101.727	4.924.479	13,8%	1.822.752	58,8%
Derrama	5.315.095	3.752.412	6.365.321	17,8%	2.612.909	69,6%
Impostos abolidos	227.598	38.427	3.954	0,0%	-34.473	-89,7%
Contribuição Especial	2.402	3.313	0	0,0%	-3.313	-100,0%
Total	31.522.714	31.136.938	35.813.674	100,0%	4.676.736	15,0%

Un:Euros

Por conta dos *Impostos Diretos* arrecadou-se em 2015 um total de 35.813.674 €, refletindo um acréscimo de (+) 15% face a 2014, (+) 4.676.736 €, o que posiciona este agrupamento de receita como uma das principais fontes de receita municipal, representando no ano em análise cerca de 48% do total da receita e 79% da receita própria.

Esta orientação positiva foi incutida pelas variações ocorridas nas suas três principais componentes, nomeadamente pelo aumento da *Derrama*, (+) 2.612.909 €, do *Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)*, (+) 1.822.752 €, e do *Imposto Municipal de Imóveis (IMI)*, (+) 402.313 €, tendo sido atenuada pelo decréscimo do *Imposto Único de Circulação*, (-) 123.452 €, e residualmente pelos *Impostos Abolidos*, e *Contribuição Especial* (-) 37.786 €.

A apresentação dos números aqui retratados demonstra que o *IMI - Imposto Municipal de Imóveis* é de forma recorrente a maior fonte geradora desta receita ao apresentar valores muito superiores ao das restantes componentes, destacando-se sobremaneira pela sua importância no total de impostos diretos cobrados, razão pela qual qualquer impacto positivo ou negativo neste agregado exerce influência direta quer nas receitas próprias quer nas receitas totais.

No exercício de 2015 o *IMI* contribuiu isoladamente com 21.448.778 €, e, em relação ao ano transato, subiu ligeiramente embora com menor expressão quando equiparado ao período 2013-2014. A *Derrama* reverteu completamente a tendência negativa das últimas gerências e expressa uma variação claramente positiva ao totalizar 6.365.321 €, tornando-se na 2.^a componente mais significativa no âmbito das receitas correntes. Logo a seguir aparece o *IMT* com o valor de 4.924.479 € que de igual modo espelha uma inflexão de tendência, seguido da cobrança de *Imposto Único de Circulação* a totalizar 3.071.142 €.

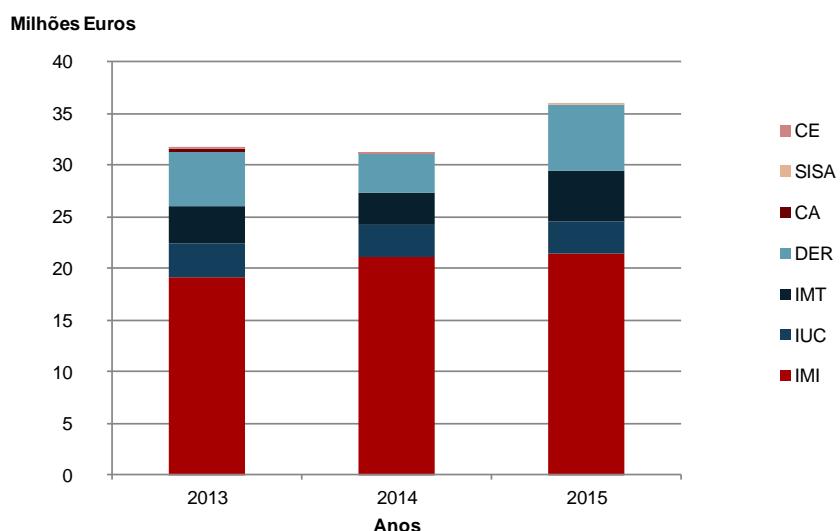
No que concerne à *Derrama*, o expressivo aumento anotado (+ 69,6%) justifica-se essencialmente pelo facto de em 2014 terem sido efetuados reembolsos pela administração fiscal a favor das empresas abrangidas pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades que em anos anteriores a 2012 haviam sido sujeitas a pagamento indevido de derrama.

A título informativo, alude-se que, para o ano em análise, o município aprovou em 14 de novembro de 2014 o lançamento da taxa de derrama de 1,5% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior ultrapassasse os 150.000 € e uma taxa reduzida de 0,9% para sujeitos passivos com volume de negócios, que no ano anterior não ultrapassasse os 150.000 €, de acordo com o artigo 14.^º da Lei das Finanças Locais.

Resta referir que, a receita fiscal é por excelência a fonte de financiamento mais importante do município, qualquer variação neste âmbito tem implicação direta, como já se mencionou, na receita própria e mesmo na receita total.

Gráfico 9

IMPOSTOS DIRETOS



IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro 18

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES									
	2013	Variação 2012/2013	2014	Variação 2013/2014	2015		Peso	Variação 2014/2015	Taxa de Execução
	Execução		Execução		Previsão	Execução			
Mercados e Feiras	25.832	-11,3%	25.070	-3,0%	26.400	24.580	0,8%	-2,0%	93,1%
Loteamentos e Obras	1.339.511	5,7%	943.516	-29,6%	1.044.200	1.219.835	39,6%	29,3%	116,8%
Particulares	332.684	-21,2%	235.785	-29,1%	318.600	343.078	11,1%	45,5%	107,7%
Empresas	1.006.828	19,3%	707.730	-29,7%	725.600	876.757	28,5%	23,9%	120,8%
Ocupação da Via Pública	1.002.098	-47,1%	919.239	-8,3%	1.021.100	1.075.591	34,9%	17,0%	105,3%
Publicidade	150.660	-52,0%	121.073	-19,6%	142.300	114.157	3,7%	-5,7%	80,2%
Outros	219.895	-14,0%	215.712	-1,9%	224.600	248.832	8,1%	15,4%	110,8%
Caça, uso e porte de arma	8	148,8%	0	-100,0%	100	3	0,0%		3,3%
Multas e Outras Penalidades	281.865	-30,2%	381.026	35,2%	276.900	395.009	12,8%	3,7%	142,7%
Total	3.019.869	-27,5%	2.605.635	-13,7%	2.735.600	3.078.008	100,0%	18,1%	112,5%

Un. Euros

Em matéria de *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades*, é de realçar que a tendência decrescente do triénio anterior reverteu-se, uma vez que na gerência em apreço, este agregado de receita contribuiu com 3.078.008 € o que refletiu uma variação positiva de (+) 472.373 €, impulsionada

sobretudo pela nova orientação das rubricas de *Loteamentos e Obras*, (+) 29% €, e *Ocupação da Via Pública*, (+) 17%.

A económica de *Loteamentos e Obras*, responsável por cerca de 40% do total arrecadado no agregado em análise, alcançou 1.219.835 €, contrariando a inclinação negativa dos anos anteriores. Deste montante 343.078 € reportam-se a utentes particulares e 876.757 € a utentes coletivos o que reflete variações de (+) 45,5% e (+) 23,9% respetivamente.

No que toca à *Ocupação da Via Pública*, cujo montante cobrado ascendeu a 1.075.591 €, regista-se um aumento de (+) 156.352 €, destacando-se os contributos prestimosos das empresas Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no total de 561.670 € e dos Serviços Municipalizados, Água e Saneamento do Município da Maia, no valor de 481.503 €.

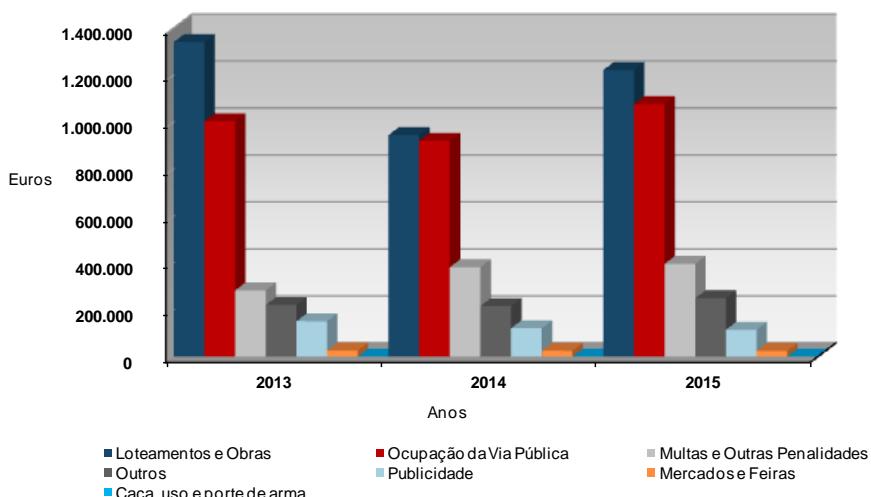
Quanto às *Multas e Outras Penalidades*, apresenta um aumento de cerca de (+) 4%, ou seja, (+) 13.983 € derivado das sub-rubricas *Juros Compensatórios* e *Multas e Penalidades Diversas*, advinentes essencialmente da cobrança de impostos pela Administração Fiscal e pelas cobranças em sede de execução fiscal.

O conjunto de receita *Outros*, a representar 8,1% totalizou a importância de 248.832 €, dos quais 78.763 € são provenientes da *Taxa Municipal de Direitos de Passagem* e o remanescente de taxas diversas de caráter residual designadamente taxas pela inspeção de elevadores, metrologia e entradas de requerimento.

Por sua vez, em contra ciclo, a *Publicidade* e os *Mercados e Feiras* que no seu conjunto totalizam 138.737 €, apresentam variações negativas, (-) 5,7% e (-) 2% respetivamente, resultado pouco relevante no cômputo global, uma vez que se materializa em apenas (-) 7.406 €.

Gráfico 10

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES



VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES

Quadro 19

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES										
	2013		2014		2015			Variação 2014/2015	Taxa de Execução	
	Execução	Variação 2012/2013	Execução	Variação 2013/2014	Previsão	Execução	Peso			
Venda de Bens	19.186	58,9%	33.790	76,1%	16.800	6.323	0,2%	-81,3%	37,6%	
Prestação Serviços Diversos										
S. Sociais, Recr., Cult. Desportivos	2.854.099	8,3%	2.926.115	2,5%	2.820.100	3.088.527	91,1%	5,6%	109,5%	
Serv. Específicos Autarq. Locais	178.154	-39,4%	148.059	-16,9%	348.500	152.856	4,5%	3,2%	43,9%	
Aluguer Espaços e Equip.	39.757	3,6%	38.966	-2,0%	39.200	43.820	1,3%	12,5%	111,8%	
Vistorias e Ensaios	9.904	-18,5%	13.006	31,3%	11.900	10.195	0,3%	-21,6%	85,7%	
Outros	8	-44,0%	91	1098,8%	100	1.235	0,0%	1262,6%	1234,9%	
Sub Total	3.101.107	3,7%	3.160.026	1,9%	3.236.600	3.302.956	97,4%	4,5%	102,1%	
Rendas e Alugueres										
Habitação e Edifícios	47.975	-2,8%	47.240	-1,5%	47.900	88.405	2,6%	87,1%	184,6%	
Outros- Rendas e Alugueres	0		0		100	0	0,0%		0,0%	
Sub Total	47.975	-2,8%	47.240	-1,5%	48.000	88.405	2,6%	87,1%	184,2%	
Total	3.149.081	3,5%	3.207.266	1,8%	3.284.600	3.391.360	100,0%	5,7%	103,3%	

Un:Euros

A execução orçamental da receita da *Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes em 2015* totalizou 3.391.360 €, o que implicou um acréscimo de (+) 5,7% de receita cobrada em relação ao ano transato, suportado pelo aumento da generalidade das rubricas, à exceção da *Venda de Bens e da Prestação de Serviços em Vistorias e Ensaios*, subsistindo assim a orientação crescente de períodos anteriores.

Em consonância com as gerências anteriores, é na prestação de serviços diversos que se encontra a maior fatia de receita arrecadada, ou seja, 97,4% do total do agrupamento, destacando-se, pela sua preponderância os *Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos* que, por si só, são responsáveis por 3.088.527 €, abrangendo 91% daquele total. É nesta tipologia de receita que se encontram vertidas duas áreas de grande investimento municipal, a área desportiva e a área da educação, onde se inclui os SAF - serviços de apoio à família, CAF – componente de apoio à família e as senhas de refeições escolares.

Compreendem-se aqui tendências distintas, por um lado nos *Serviços Desportivos*, arrecadaram-se 1.552.838 €, o que reflete um decréscimo de (-) 14.753 € face a 2014, e por sua vez, os *Serviços Sociais*, contribuíram com 1.472.122 €, o que traduziu um aumento de (+) 118.240 €. Com muito menor expressividade, neste exercício também a sub-rubrica *Serviços Culturais* contribuiu de forma positiva com a importância de 63.567 €, o que representa uma variação de (+) 58.925. Esta variação encontra-se justificada pela dinâmica introduzida nas atividades da Cultura, quer no Fórum da Maia na apresentação dos diversos ciclos culturais e respetiva implementação da “Bilheteira On-line”, quer no *Maia Welcome Center* através da realização de Workshops e promoção das Férias Culturais para crianças e jovens.

Por conta dos *Serviços Específicos das Autarquias*, o município cobrou 152.856 €, valor ligeiramente acima de 2014 em (+) 4.797 €.

O montante arrecadado pelo *Aluguer de Espaços e Equipamentos* que contempla a receita proveniente da cedência de equipamentos pertencentes ao património do município tais como o aeródromo, as feiras e mercados, complexo municipal da quinta da gruta e os stands da feira de artesanato, atingiu no ano em apreço a importância de 43.820 €, verificando-se uma ligeira subida de (+) 4.854 €.

No que concerne às *Vistorias e Ensaios*, o comportamento foi inverso e manifestou uma variação negativa de cerca de 22%, que representa apenas (-) 2.811 €, pouco relevante na análise.

As *Rendas de Habitação e Edifícios* comportaram em 2015 o montante total de 88.405 €, dos quais 86.250 € foram absorvidos pela utilização das instalações do antigo matadouro municipal pela Maiambiente. Refletem um aumento de cerca de (+) 41.000 € face ao ano transato em resultado essencialmente da atualização do valor mensal a pagar por esta empresa municipal que passou de 3.750 € para 7.500 €, no cumprimento do disposto no clausulado do contrato de arrendamento.

A *Venda de Bens*, cuja materialidade é residual (0,2%), contribuiu com apenas 6.323 € reduzindo de forma significativa e maioritariamente suportada pela venda de bolas de ténis e dvd's das férias desportivas. A redução registada nesta rubrica deve-se ao facto de no ano de 2014 se ter procedido à venda de lenha oriunda da área ardida no aeródromo de Vilar de Luz, no montante de 26.076 €.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

Quadro 20

	MAPA DE CONTROLO DA RECEITA								
	Receitas por cobrar no inicio do período	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições	Receita Cobrada Líquida	Receitas por cobrar no final	Variação 2014/2015	
2014	2015			Emitidos	Pagos				
Receitas Correntes	4.710.078	59.223.246	243.712	59.429.555	722.181	722.181	58.707.375	4.710.078	4.260.057
Impostos Diretos	35.814.559	886	35.813.674	409.694	409.694	35.403.979			-9,6%
Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.670.859	2.818.578	147.732	3.078.008	52.821	52.821	3.025.187	3.670.859	3.263.697
Rendimentos de Propriedade	177	2.694.919		2.694.869			2.694.869	177	227
Transferências Correntes	110	14.300.580	110	14.300.170	259.483	259.483	14.040.687	110	410
Venda de Bens e Serviços Correntes	786.015	3.443.634	93.278	3.391.360	38	38	3.391.322	786.015	745.010
Outras Receitas Correntes	252.917	150.976	1.706	151.475	145	145	151.330	252.917	250.712
Receitas de Capital	459.051	15.803.495	0	15.779.810	0	0	15.779.810	459.051	482.736
Vendas de Bens de Investimento	265.918	80.995		57.310			57.310	265.918	289.603
Transferências de Capital		6.514.022		6.514.022			6.514.022		
Ativos Financeiros		5.587		5.587			5.587		
Passivos Financeiros		9.200.000		9.200.000			9.200.000		
Outras Receitas de Capital	193.133	2.891		2.891			2.891	193.133	193.133
Outras Receitas	20.544	1.527		1.527			1.527	20.544	20.544
Total	5.189.673	75.028.268	243.712	75.210.893	722.181	722.181	74.488.712	5.189.673	4.763.337
-8,2%									

Un:Euros

Este capítulo acomoda uma área da receita que é muito sensível e na qual se aplicam cada vez mais esforços no sentido da recuperação da dívida de terceiros.

A receita liquidada e não cobrada no final de 2015 totaliza 4.763.337 €, encontrando-se em sede de execução fiscal 2.878.403 €, o que representa uma melhoria do nível global de cobrança, muito

influenciada pelo comportamento dos dois aglomerados mais representativos, que no seu conjunto comportam cerca de 84% desta tipologia de receita, designadamente os *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, e Venda de Bens e Serviços Correntes*.

Por conta de *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades* encontram-se por cobrar 3.263.697 €, dos quais 2.452.615 € estão alocados a *Loteamentos e Obras*, sendo que destes, 1.422.823 € estão em execução fiscal. Não obstante o significativo valor nesta rubrica, observou-se uma variação de (-) 392.093 € face a 2014, (-) 11,1%.

Uma vez excluído o valor associado aos processos que se encontram em execução fiscal, tal resultado é consequência do reflexo contabilístico das taxas decorrentes da concessão das licenças dos processos de obras em curso, tendo sido atribuído um ano para liquidar e solicitar o pedido de emissão da licença que poderá ainda, nos termos do RJUE, ser prorrogado por mais um ano a pedido do requerente, sendo que depois desta data limite e após notificação para pronunciamento em sede de audiência prévia aqueles processos poderão ser declarados caducos e dar origem a anulação da fatura.

Já a receita por cobrar proveniente da *Venda de Bens e Serviços Correntes* ao somar 745.010 € diminui cerca de (-) 5%, destacando-se com particular relevância as sub-rubricas de *Serviços Sociais e Rendas de Edifícios* que, por si só, explicam 656.235 €:

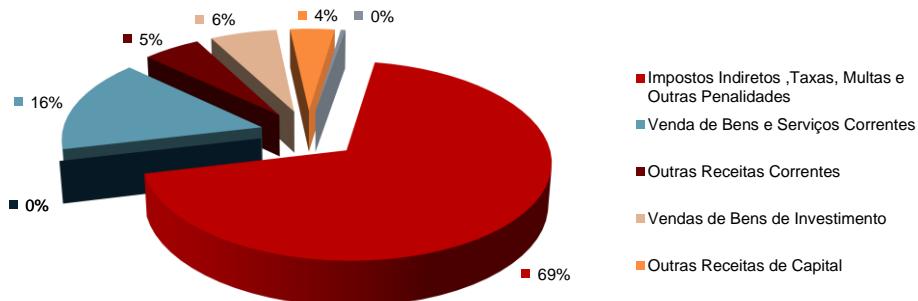
- Os *Serviços Sociais* que englobam os serviços prestados pelo setor da educação da Componente de Apoio à Família (CAF), do Serviço de Apoio à Família (SAF) e das refeições escolares, no final de 2015 são responsáveis por 396.411 € e evidenciam um decréscimo de (-) 26.427 € face a 2014. Daquele valor, 142.789 € estão ainda dentro do prazo de pagamento voluntário e 220.678 € em execução fiscal.
- As *Rendas de Edifícios* que contemplam o diferencial espelham a dívida do IAFE – Instituto da Empresa, pela utilização da “Casa da Quinta do Corim” que totaliza 252.250 € e a renda pela utilização do edifício do antigo matadouro municipal pela Maiambiente, com o valor de 7.575 €, ainda dentro do prazo de pagamento voluntário.

Releva-se ainda a receita não cobrada oriunda da *Venda de Bens de Investimento*, cujo montante ascende a 289.603 €, a sofrer um aumento de (+) 23.685 € relativamente a 2014, proveniente exclusivamente da faturação da retoma de viaturas efetuada no mês de dezembro.

Quanto às rubricas remanescentes, anota-se que em 2015 totalizam 465.027 € não sendo visíveis alterações substantivas em relação às gerências transitadas.

Gráfico 11

RECEITA LIQUIDADA E NÃO COBRADA



No que toca às liquidações anuladas, os *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades* explicam cerca de 61% destas anulações, encontrando-se nos *Loteamentos e Obras e na Publicidade* a maior incidência deste agregado. Se, no primeiro caso, resultam de arquivamentos oficiosos de processos por deserção dos requerentes, na publicidade, grande parte refere-se a anulações de documentos provenientes de renovações automáticas cuja licença havia já cessado por caducidade, atento o disposto no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Quanto à *Venda de Bens e Serviços* correntes anularam-se 93.278 €, cabendo aos *Serviços Sociais* a importância de 68.456 €. Deste valor 61.585 € referem-se a meras retificações, que por imperativo da aplicação informática implicam a anulação documento original e emissão de novo documento.

No que respeita aos *Reembolsos e Restituições*, verifica-se que são maioritariamente provenientes das cobranças de *Impostos Diretos* levadas a cabo pela Autoridade Tributária e que no ano em análise ascenderam a 409.694 €. Sucedete-se a restituição plasmada na rubrica de transferências correntes, que espelha uma regularização ditada pelo pagamento indevido por parte da DGESTE - Direção Geral de Estabelecimentos de Escolares da primeira *tranche* do financiamento das Atividades de Enriquecimento Curricular do ano letivo 2014/15, recebida no final de 2014 e que importava em 259.483 €. Este valor apesar de restituído foi reprocessado de imediato a favor do município ainda no mesmo mês.

A recuperação da dívida de terceiros, é uma área bastante sensível, o que torna determinante a atitude do município face à dicotomia da conjuntura macroeconómica, que se tem experimentado nas últimas gerências e o esforço da recuperação de créditos por parte da autarquia, pelo que os serviços envidam diversas diligências junto dos clientes/utentes que não demonstram intenção de resolver a dívida quer seja pelo pagamento voluntário dentro do prazo ou por pagamentos em prestações, nomeadamente recorrendo ao envio da mesmas para cobrança em sede de execução fiscal.

TRANSFERÊNCIAS

Na ótica económica as receitas provenientes de transferências subdividem-se em correntes e de capital, podendo as primeiras ser definidas como aquelas que se destinam ao financiamento de despesas correntes ou sem uma afetação conhecida *a priori*, e para financiamento de despesas de investimento no caso das segundas. Tais receitas encerram em si um determinado objetivo ou seja a produção de melhores serviços e bens públicos.

No contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, as primeiras são comumente designadas de “Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE) ” e é nesta aceção restrita que a Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Já as *Outras Transferências* visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”.

Todavia perante o contexto económico atual, o total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem sofrido oscilações de valor começando agora a haver um sinal de aparente estabilidade e confiança quanto à participação dos municípios nos recursos públicos.

Em 2015 o cenário decrescente alterou-se apresentando-se agora um acréscimo, muito por força da componente *Participação Variável do IRS*, a qual está indexada aos rendimentos obtidos por sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho e que por este facto pode assumir maior tendência a oscilações de valor com as consequências que daí advirão em matéria de recursos financeiros das autarquias.

Para 2016 continua a ser esta variável aquela que apresenta maior preponderância, assumindo-se como aquela que tem maior alavancagem ao nível dos fundos PIE.

Considerando o exposto, estrutura-se a análise deste agrupamento da receita promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, transferências correntes e de capital, e por fim um resumo identificativo dos contratos programa e projetos cofinanciados.

No Quadro 21 sistematizam-se as transferências recebidas no último triénio que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.

Quadro 21

TRANSFERÊNCIAS								
	2013	2014	2015		Peso no total das transferências	2013	2014	2015
	Execução	Execução	Variação 2013/14	Execução	Variação 2014/15			
Transferências Correntes								
Estado	13.917.346	14.186.076	1,9%	14.300.170	0,8%	89,4%	87,0%	68,7%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.110.760	3.481.073	11,9%	2.788.151	-19,9%	20,0%	21,3%	13,4%
Fundo Social Municipal	1.555.018	1.555.018	0,0%	1.655.519	6,5%	10,0%	9,5%	8,0%
Participação Variável no IRS	6.266.549	5.962.765	-4,8%	7.301.960	22,5%	40,3%	36,6%	35,1%
Outros	2.811.789	3.044.336	8,3%	2.353.321	-22,7%	18,1%	18,7%	11,3%
Comparticipação em projetos comunitários	0	41.802	100,0%	24.760	-40,8%	0,0%	0,3%	0,1%
Serviços e Fundos Autónomos	22.720	57.847	154,6%	151.442	161,8%	0,1%	0,4%	0,7%
Administração Local	123.968	17.818	-85,6%	0	-100,0%	0,8%	0,1%	0,0%
Segurança Social	24.942	25.017	0,3%	25.017	0,0%	0,2%	0,2%	0,1%
Instituições S/ Fins Lucrativos	1.600	400	-75,0%	0	-100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	1.649.545	2.127.882	29,0%	6.514.022	206,1%	10,6%	13,0%	31,3%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	557.420	285.460	-48,8%	333.360	16,8%	3,6%	1,7%	1,6%
Estado	777.690	397.235	-48,9%	309.795	-22,0%	5,0%	2,4%	1,5%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	777.690	386.786	-50,3%	309.795	-19,9%	5,0%	2,4%	1,5%
Cooperação técnica e financeira	0	10.449	100,0%	0	-100,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Outros	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%
Comparticipação em projetos comunitários	314.435	1.445.187	359,6%	5.870.867	306,2%	2,0%	8,9%	28,2%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,0%	0,0%	0,0%
Total	15.566.891	16.313.959	4,8%	20.814.192	27,6%	100,0%	100,0%	100,0%
Un: Euros								
Total receita	56.154.535	56.020.498		75.210.893				
Peso das transferências no total da receita	27,7%	29,1%		27,7%				

Da observação dos dados espelhados no Quadro 21 conclui-se que no exercício económico de 2015 as transferências ascenderam a 20.814.192 €, traduzindo um aumento de (+) 4.500.233 € em relação a 2014, (+) 27,6%, acentuando-se assim a tendência crescente retomada no ano transato sobretudo devido à influência da componente de capital, designadamente a comparticipação em projetos comunitários.

Deste modo verifica-se que no período de análise existe uma variação significativa do valor global das transferências, pautando-se o presente exercício por um acréscimo preponderante e com um certo significado no contexto das receitas da autarquia.

A tendência verificada não pode ser descontextualizada das receitas provenientes de projetos de investimento financiados no âmbito do QREN, que no último triénio entrou na sua fase final, e que por força dos elevados níveis de execuções dos projetos municipais financiados, permitiu ao Município ter acesso à Bolsa de Mérito ao abrigo da qual em 2015 viu aprovada a comparticipação de quatro novos projetos com valores de investimento elegíveis materialmente relevantes, destacando-se assim como a principal fonte impulsora do resultado observado.

Apreciando o peso de cada uma das rubricas no total das transferências do exercício, conclui-se que:

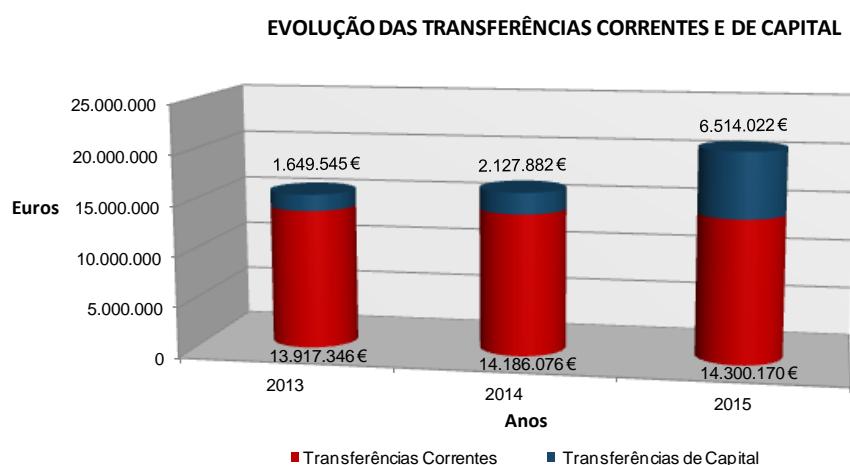
- As correntes são aquelas que assumem sempre maior expressividade no total deste agregado da receita, apresentando-se como responsáveis por cerca de 69% do total transferido, exibindo um acréscimo absoluto de (+) 114.094 €. Para este resultado, muito contribuem os fundos municipais que assumem um papel determinante ao absorverem cerca de 56,5% do total das transferências.
- Por conta das transferências de capital, que representam cerca de 31% do total das transferências, arrecadou-se a importância de 6.514.022 €, o que reflete um considerável

aumento de (+) 206%, ou seja (+) 4.386.140 €, imputável quase exclusivamente à *Comparticipação em Projetos Comunitários*, uma vez que em *Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras* a variação foi de apenas (+) 47.900 € e a prestação negativa ocorrida no *FEF* e na *Cooperação Técnica e Financeira* não exerceu influência no resultado do agrupamento.

Adicionalmente importa registar que no contexto geral da receita, as transferências representam cerca de 28% do total da receita municipal, percentagem similar à de anos transatos. Do exposto resulta que em 2015, apesar do acréscimo do valor total das transferências, o seu contributo no cômputo global da receita permanece aproximado ao das duas gerências anteriores, consequência do aumento global da receita.

No Gráfico 12 visualiza-se a evolução em termos absolutos de cada um dos agrupamentos das transferências.

Gráfico 12



Analizando de forma mais detalhada as **transferências correntes**, é perceptível que ao longo do triénio 2013-2015 as transferências provenientes do *Estado* são aquelas que assumem maior preponderância no peso relativo do total das transferências correntes, assumindo sempre valores que rondam os 99% do seu total, sobretudo devido à influência exercida pelos Fundos Municipais e em especial da *Participação Variável do IRS*.

Em termos absolutos as transferências correntes do *Estado* apresentam uma variação positiva entre 2013 e 2014 que ascende a (+) 299.076 €, pautando-se por uma continuidade em 2015 ao apresentar um acréscimo de (+) 55.759 €, que reflete comportamentos inversos das suas componentes uma vez que as prestações negativas do *FEF* e da rubrica *Outros* são absorvidas pelo excelente desempenho da *Participação Variável no IRS* e do *Fundo Social Municipal*.

A análise particularizada aos fundos municipais será realizada posteriormente em ponto próprio.

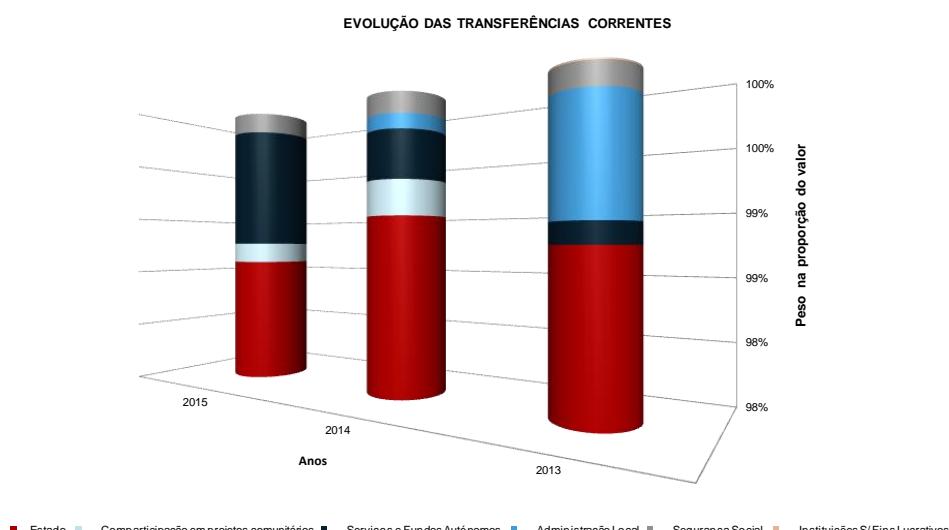
Em relação à componente *Outros*, quase toda ela imputável às transferências destinadas à área da educação, em 2015 inverte-se a tendência crescente e assiste-se a uma quebra de (-) 22,7%, acompanhada por uma diminuição do seu peso na globalidade das transferências correntes (17%), outrora a rondar os 20%.

Em 2015 as transferências da *Administração Local* são nulas, ao contrário das gerências anteriores cujos valores espelham as receitas provenientes do Programa Metropolitano de Emergência Social, da Área Metropolitana do Porto, pela primeira vez financiado em 2013 e que passou a ser assumido pelo município em 2014, através da criação do Programa Municipal de Emergência Social, que assume áreas como o apoio à habitação, cuidados de saúde, carência alimentar, e apoio na educação de crianças e jovens.

As restantes rubricas *Comparticipação em projetos comunitários*, *Serviços e fundos autónomos*, *Segurança social* e *Instituições S/fins lucrativos* assumem um valor residual cujo peso no seu conjunto em 2015 é cerca de 1% do total das transferências correntes.

O Gráfico 13 permite-nos avaliar a preponderância de cada uma das componentes das transferências correntes e em que é perfeitamente visível o lugar de destaque assumido pelas transferências do estado, visualizando-se a inexpressividade das restantes componentes.

Gráfico 13



As **transferências de capital** pela sua natureza e rubricas envolvidas são suscetíveis a sofrer maiores oscilações de valor. Contudo são exatamente as suas características que lhe atribuem um papel de relevo não só nos orçamentos municipais, mas essencialmente nas Grandes Opções do Plano, as quais materializam grande parte da estratégia municipal conferindo-lhe assim um papel muito importante no financiamento dessa mesma estratégia.

Como se referiu, em 2015 as receitas provenientes das transferências de capital obtiveram um acréscimo de (+) 206,1%, muito por força do comportamento da rubrica *Comparticipação em projetos comunitários*, que engloba todos os projetos inseridos no “Quadro de Referência Estratégica Nacional”.

Este considerável aumento deve-se sobretudo ao financiamento de quatro projetos aprovados ao abrigo da Bolsa de Mérito cujo fluxo financeiro ascendeu a cerca de 4,3 milhões de euros. A este valor junta-se ainda o remanescente de alguns projetos em fase final de aprovação do relatório com a consequente libertação da retenção dos 5% finais e cujo influxo ascende a mais de 1,5 milhões de euros.

Em 2015 a variação negativa ocorrida no *FEF capital*, decorre não só do disposto na lei 73/2013 de 3 de setembro em matéria de repartição dos montantes das transferências do FEF, permitindo uma afetação máxima da receita corrente até 90%, mas também da aplicação das variações máximas e mínimas presentes no mesmo diploma legal que impede que a participação nos impostos do estado, por via do FEF e do FSM resulte num acréscimo superior a 5%.

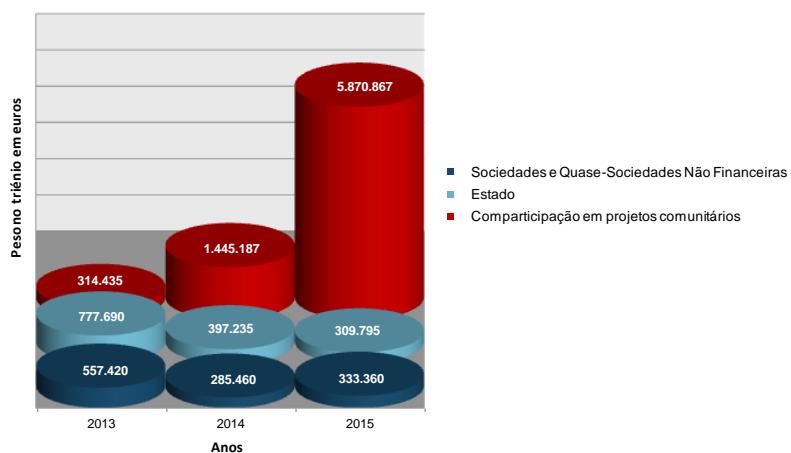
A rubrica *Sociedade e Quase-Sociedades não Financeiras*, cuja execução ascendeu a (+) 333.360 € refletiu uma taxa de crescimento de (+) 16,8% imputável exclusivamente às comparticipações dos dois seguintes projetos:

- Protocolo de Acordo com a BRISA Concessão Rodoviária, S.A., para alargamento e beneficiação da A4 Autoestrada Porto/Amarante, sublanço de Águas Santas-Ermesinde e construção do nó da escola da Granja com deslocalização de acampamento de pessoas de etnia cigana, no valor de 283.360 €.
- Protocolo de Acordo com a sociedade comercial Auchan Portugal Hipermercados S.A., no âmbito das obras de conservação e repavimentação da via Comendador Valentim dos Santos Dinis em Barca, na freguesia do Castêlo da Maia, no valor de 50.000 €.

O gráfico seguinte representa a evolução de cada uma das componentes das transferências de capital, e permite aferir a heterogeneidade das variações e, acima de tudo confirmar a maior volatilidade deste tipo de receita.

Gráfico 14

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



FUNDOS MUNICIPAIS

Tomando em consideração a sua relevância no cômputo global das transferências, justifica-se uma análise mais detalhada aos Fundos Municipais, principalmente no atual contexto de sistemática alteração da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, fruto das maiores exigências por parte dos governos centrais para com os municípios em matéria de finanças locais mas também a crescente tendência descentralizadora de competências e atribuições, para as quais deva corresponder uma determinada alavancagem financeira associada.

O quadro seguinte permite analisar a evolução dos fundos municipais (PIE) do último triénio, compará-los com os valores previstos em sede de Lei do Orçamento de Estado 2016 e simultaneamente avaliar o peso que ocupam na estrutura da receita do município, em particular no total das transferências, assumindo assim destaque no financiamento de atividades que estejam no âmbito das suas atribuições e competências.

Quadro 22

	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO						
	2013	2014	Variação 2013/2014	2015	Variação 2014/2015	2016	Variação 2015/2016
Transferências Correntes - Estado							
Fundo de Equilíbrio Financeiro	10.932.327	10.998.856	0,6%	11.745.630	6,8%	11.895.912	1,3%
Fundo Social Municipal	3.110.760	3.481.073	11,9%	2.788.151	-19,9%	2.767.143	-0,8%
Participação Variável no IRS	1.555.018	1.555.018	0,0%	1.655.519	6,5%	1.655.519	0,0%
Transferências Capital - Estado							
Fundo de Equilíbrio Financeiro	777.690	386.786	-50,3%	309.795	-19,9%	307.460	-0,8%
Total	11.710.017	11.385.642	-2,8%	12.055.425	5,9%	12.203.372	1,2%
Un: Euros							
Total de Transferências	15.566.891	16.313.959		20.814.192			
Total da Receita	56.154.535	56.020.498		75.210.893			
Peso dos Fundos PIE no total das transferências	75,2%	69,8%		57,9%			
Peso dos Fundos PIE no total da receita	20,9%	20,3%		16,0%			

Da apreciação da evolução dos valores transferidos pelo Estado a título de Fundos Municipais no último triénio, conclui-se que, apesar de na gerência de 2014 os valores totais terem apresentado uma diminuição de (-) 324.375 €, no ano de 2015 observa-se um acréscimo de (+) 669.783 € proveniente das componentes *Participação Variável no IRS* e *Fundo Social Municipal*, destacando-se a primeira pela sua preponderância no cômputo das transferências PIE ao comportar 7.301.960 € e ao apresentar uma variação de (+) 1.339.195 €.

Numa análise prospectiva baseada no orçamento de estado para 2016 verifica-se um ligeiro aumento de (+) 1,2% suportado uma vez mais na *Participação variável no IRS* visto que quer o *FEF corrente* quer o *FEF de capital* diminuem 0,8% e o *Fundo Social Municipal* se mantém inalterado.

Ao observar o orçamento da autarquia e sua execução, verifica-se que esta tipologia de receita em 2015 demonstra uma ligeira perda de representatividade, 16% contra os 20% de anos anteriores, que resulta do aumento global das receitas e não propriamente da diminuição da receita arrecadada de transferências do Estado, uma vez que estas exibiram uma variação positiva de (+) 5,9%.

O *Fundo Social Municipal* cuja verba se encontra consignada à função *Educação*, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município, em 2015 interrompe a tendência de estabilidade e exibe um aumento de (+) 100.501 € que correspondeu exclusivamente à integração das transferências

relativas aos transportes escolares do 3.º ciclo nesta componente, anteriormente efetuada pela DGAL e registada nas outras transferências correntes do Estado, projetando-se igual distribuição para 2016.

Relativamente ao *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, tem-se assistido a uma perda de recursos recorrente ao longo dos últimos exercícios e que em 2015 se manteve, atingindo (-) 769.913 €. Para 2016 mantém-se a inclinação, embora mais ligeira, para (-) 23.343 €.

Quanto à Participação Variável no IRS, importa acrescentar que apesar de assumir a supremacia do agrupamento, apresenta ao mesmo tempo uma característica de volatilidade, dado que depende dos rendimentos gerados na área geográfica do município em sede de IRS, pelo que as variações conjunturais podem ter uma forte influência no resultado final deste agregado. O acréscimo verificado em 2015 é salutar quer do ponto e vista das finanças autárquicas, mas acima de tudo porque traduz uma melhoria das condições de rendimento da população do concelho, sintomáticas do evoluir favorável das condições económicas do país. Na projeção assumida para 2016 o orçamento de estado introduz para este elemento uma variação de (+) 171.290 €. Este acréscimo não deriva de alterações de percentagem deliberada uma vez que a mesma permanece inalterável nos 5%.

A análise evidenciada permite assinalar que a participação nos impostos do estado (PIE), com transferências que visam introduzir ao nível nacional objetivos de eficiência e equidade, tem apresentado algumas oscilações, perceptível também na percentagem que os fundos PIE ocupam no total da receita arrecadada e no total das transferências. Assim, no ano económico de 2015, assiste-se a uma ligeira quebra relativa no peso destes fundos, muito por força do aumento global da receita, já que o próprio agregado elevou o seu valor.

Resta acrescentar que o crescimento destas componentes nos orçamentos municipais é pertinente face ao nível de atribuições e competências que lhe vão sendo entregues e que a estrutura da receita se apresenta com alguma dependência das transferências em geral e dos fundos (PIE) em particular, sofrendo a atividade municipal perda de influência, sempre que tal receita venha a ser diminuída, nos termos já abordados anteriormente em matéria de eficiência e equidade.

RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS CO-FINANCIADOS

Por fim, inserem-se três mapas que traduzem com particular relevância determinada orientação estratégica:

- Um que permite avaliar a evolução das transferências para diversas atividades com particular incidência nas áreas da educação e ação social, bem como a evolução das transferências para projetos cofinanciados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2013 e 2015.
- Um segundo que permite aferir os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação por ano letivo;
- O outro que possibilita analisar a execução dos projetos financiados no âmbito do QREN, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.

Quadro 23

	TRANSFERÊNCIAS E COMPARTICIPAÇÕES					
	2013	2014	Variação 2013/2014	2015	Variação 2014/2015	Peso
Transferências Correntes	2.985.019	3.872.220	6,8%	2.554.540	-19,9%	29,2%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	0	41.802	100,0%	24.760	-40,8%	0,3%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Qualificação dos Profissionais na Administração Local	0	1368	100,0%	24.760	1710,1%	0,3%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Loja Interativa do Turismo	0	40.434	S/Var	0	-100,0%	0,0%
Administração Local	123.968	17.818	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Programa Metropolitano de Emergência Social	123.968	17.818	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	22.720	57.847	154,6%	151.442	161,8%	1,7%
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	4.500	4.500	0,0%	4.500	0,0%	0,1%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	7.235	38.269	122,0%	37.602	-17%	0,4%
Instituto Emprego Formação Profissional - MCEI	0	14.488	S/Var	8.700	-40,0%	0,1%
Instituto Politécnico do Porto - Estágios Profissionais	985	590	-40,4%	640	8,5%	0,0%
Instituto Português do Desporto e Juventude	0	0	#DIV/0!	100.000	100,0%	1%
Segurança Social	24.942	25.017	0,3%	25.017	0,0%	0,3%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	24.942	25.017	0,3%	25.017	0,0%	0,3%
Instituições S/ Fins Lucrativos	1.600	400	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Fundação Calouste Gulbenkian	1600	400	-75,0%	0	-100,0%	0,0%
Outros:	2.811.789	3.044.336	8,3%	2.353.321	-22,7%	26,9%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	859.688	912.888	6,0%	700.820	-23,1%	8,0%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	432.572	763.331	76,5%	633.608	-17,0%	7,2%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	1.222.236	1.023.962	-16,2%	744.992	-27,2%	8,5%
DGESTE - Generalização Referências Escolares a Alunos do 1º Ciclo	139.316	190.020	42,9%	227.569	14,3%	2,6%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	100.501	100.501	0,0%	0	-100,0%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	4.445	1025	-76,9%	855	-16,6%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	40.831	28.389	-100,0%	28.657	0,9%	0,3%
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	2.200	16.821	37,9%	16.821	0,0%	0,2%
Transferências de Capital	814.436	1.741.096	113,8%	6.204.227	256,3%	70,8%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	500.000	285.460	-42,9%	333.360	16,8%	3,81%
Protocolo de Acordo no Âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 - Sublanço Águas Santas-Ermesinde	500.000	285.460	-42,9%	283.360	-0,7%	3,24%
Protocolo com a Auchan - Repavimentação da Via Comendador Valentim dos Santos Dinis	50.000	0	-100,0%	50.000	100,0%	0,57%
Protocolo com a MaisSul - Envoltória à Vereda Abílio José dos Santos	7.420	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
Estado - Cooperação Técnica e Financeira	0	10.449	100,0%	0	100,0%	0,00%
Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar - Escola Básica do Barroso	0	10.449	100,0%	0	S/Var	0,00%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	314.436	1.445.187	359,6%	5.870.867	306,2%	67,03%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Requalificação da Rede Escolar	238.932	1316.439	4518%	1559.809	18,3%	17,8%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Áreas Complementares à Área de Acolhimento Empresarial Maia I	0	0	S/Var	2.585.734	100,0%	29,52%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Parque da Ponte Moreira	0	0	S/Var	83.863	100,0%	0,96%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Centro de Alto Rendimento Desportivo da Maia	0	0	S/Var	84.636	100,0%	9,30%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Reordenamento da Rede Viária da Cidade - Via Periférica SE, entre Rua do Cavaco e Rua Santo Condestável	0	0	S/Var	826.826	100,0%	9,44%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	50.390	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	9.902	5.970	-70,0%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Aldeia	0	3.500	100,0%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	0	2.546	100,0%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	0	3.166	100,0%	0	-100,0%	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	5.211	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Loja Interativa do Turismo	5.211	111566	204,09%	0	-100,0%	0,00%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	S/Var.	0	S/Var.	0,00%
	3.799.455	4.928.317	29,71%	8.758.767	77,72%	100,00%

Un: Euros

A análise ao Quadro 23 permite concluir que por conta do agrupamento das transferências e comparticipações foi arrecadado em 2015 o montante global de 8.758.767 €, valor significativamente acima do apurado nos exercícios anteriores, que se materializou em (+) 3.830.450 € face a 2014, (+) 77,8%, devido à forte influência da parte de capital uma vez que o total das correntes decresce cerca de (-) 20%.

Com efeito, assume especial relevância a componente de natureza capital que ao totalizar 6.204.227 € sobe (+) 256,3% e absorve 70% deste agrupamento de receita, o que inverte a tendência dos dois exercícios anteriores em que o grupo das correntes se sobreponha àquela e assumia pesos acima dos 60%.

Tal comportamento resulta essencialmente da posição que ocupa a rubrica *participação comunitária em projetos cofinanciados* (67%) que ao ser responsável por 5.870.867 € permitiu o financiamento dos projetos:

- “Áreas Complementares à Área de Acolhimento Empresarial Maia I”, no valor de 2.585.734 €.
- “Requalificação da Rede Escolar” com 1.559.809 € permitindo obter uma evolução positiva de (+) 18,3% face a 2014, destacando-se sobretudo os montantes destinados ao financiamento do Centro Escolar de Mandim, Centro Escolar de Folgosa e Centro Escolar Vermoim/Gueifães
- “Reordenamento da Rede Viária da Cidade - Via Periférica SE, entre Rua do Cavaco e Rua Santo Condestável”, em 826.826 €.
- “Centro de Alto Rendimento Desportivo da Maia”, no valor de 814.636 €.
- “Construção do Parque da Ponte Moreira” com 83.862 €.

Na rubrica das *Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras* destaca-se o acréscimo global de (+) 16,8% que decorre de dois protocolos de acordo, um no “Âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 – Sublanço Águas Santas-Ermesinde e o outro o protocolo com a Auchan para a repavimentação da Via Comendador Valentim dos Santos Dinis.

No que se reporta às transferências e comparticipações de natureza corrente, observa-se neste período um decréscimo de (-) 19,9%, concentrando-se o maior volume destas transferências no montante de 2.353.321 € da rubrica *Outros*, dos quais 98% estão destinados à cobertura de despesas correntes na área da educação.

É pois nesta área da educação que se verifica a maior diminuição de verbas explicada pela conjugação de dois fatores: por um lado a existência de atrasos nas transferências para o município no que se refere à 1.^a *tranche* do ano letivo 2015/16 do Programa de Enriquecimento Curricular, por outro, devido à existência de menos alunos abrangidos pelo Acordo de Cooperação do Pré-escolar, diminuição esta agravada pela alteração da metodologia de contabilização do valor de financiamento para os transportes escolares que no ano de 2015 passou a ser incluído no Fundo Social Municipal.

- Nos *Serviços e Fundos Autónomos* destaca-se o acréscimo de 161,8%, impulsionado pelo apoio concedido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, ao evento “Maia Cidade Europeia do Desporto”.
- A comparticipação da *Segurança Social* para o funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, apresenta-se em 2015 estável.
- Devido à sua relevância no âmbito das transferências realizadas sob a designação *Outros*, consignadas à área da educação, interessa destacar que estas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano lectivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos lectivos distintos.

- Desta forma, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação e comparando as transferências por ano económico observadas no quadro anterior, com as transferências por ano letivo observadas no quadro seguinte, podem tirar-se algumas conclusões que em alguns casos podem ser divergentes.

Quadro 24

	TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO			Variação dos dois últimos anos letivos
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	
Outros:				
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	1310.925	651805	643.360	-1%
D.R.E.N.- Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	497.939	610.656	653.353	7%
D.R.E.N.- Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	898.374	879.187	655.373	-25%
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	210.204	199.020	227.569	14%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	100.501	100.501	100.501	*

Un: Euros

* Conforme n.º 4 do artigo 87.º da Lei 82-B/2014

Promovendo uma análise aos valores executados por ano letivo e compatibilizando-a com a informação anterior é possível concluir que:

- Para o “*Programa de Enriquecimento Curricular*”, as verbas transferidas refletem uma disposição decrescente, mais acentuada entre 2013/2014, fruto da alteração legislativa em matéria de financiamento para o programa. Existe contudo uma divergência de valores entre a perspetiva económica e letiva, normalmente imputáveis a desfasamentos temporais entre o direito às transferências e o efetivo pagamento por parte da DGESTE.
- No “*Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Ação Educativa*” as conclusões obtidas em sede de ano letivo e de execução exibem tendências inversas, uma vez que na ótica letiva se assiste a um ligeiro crescimento e na ótica orçamental a uma diminuição face ao período transato. A justificação para a diferença de valores assenta nos pressupostos referidos no ponto anterior.
- No “*Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social*”, as tendências observadas nas diferentes perspetivas (ano económico e ano letivo) são idênticas, não obstante os desajustamentos de valores que se encontram fundamentados uma vez mais nos sistemáticos diferimentos do pagamento destas verbas por parte da DGESTE.
- Ao nível do “*Programa de Generalização de Refeições Escolares*” existiu uma paridade entre ambas as perspetivas, observando-se que para o ano de 2015 se verificou um acréscimo de 14% face ao período homólogo.

-
- No que aos transportes escolares diz respeito, é de assinalar que o foco do financiamento manteve-se, alterou-se no entanto a forma de financiamento do mesmo, passando este de um subsídio entregue autonomamente para um valor incluído no Fundo Social Municipal, embora pelo mesmo valor que havia sido pago no ano de 2014, conforme decorre do n.º 4 do artigo 87.º da Lei 82-B/2014 (Lei do Orçamento do Estado para 2015).

O Quadro 25 apresenta os projetos objeto de financiamento comunitário no âmbito do QREN, os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização. Destaca-se neste último quadro e face ao indicador referido, o elevado aproveitamento dos fundos disponibilizados, designadamente devido ao posicionamento do município em matéria de Bolsa de Mérito, fruto dos elevados níveis de execução dos projetos municipais objeto de financiamento comunitário.

De notar que alguns dos projetos ainda se encontram em fase de execução, pelo que, o referido indicador em termos parciais e gerais encontra-se afetado pela fase de execução dos projetos.

Da mesma forma será de ressalvar que existe um conjunto de projetos aprovados, mas condicionados até ao momento, à existência de verba, pelo que apesar de incluídos e com despesa submetida, poderão não ser contemplados no final com qualquer verba. Esses projetos são:

- Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões - A. Santas;
- Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões – Pedrouços;
- Intervenções na Rede Viária/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões – Vermoim;
- Qualificação e Mobilidade em Meio Urbano - Beneficiação de Passeios e Percursos Pedonais;
- Equipamentos Desportivos de Proximidade e Base Formativa – Campo de Jogos de S. Pedro Fins;
- Requalificação de Equipamento Público para Atividade Cultural e de Formação Musical - Gueifães/Maia.

Quadro 25

Designação do Projeto	Projetos		Investimento Elegível	Comparticipação		Despesa Submetida	Recebimentos	Saldo	Eficiência da despesa submetida até final de 2015 face ao valor da comparticipação prevista
	Tipologia	Referência		Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto				
Construção do Centro Escolar do Corim	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000228	935.329,14	795.029,77	85,00%	793.127,34	793.127,34	0,00	99,76%
Construção do Centro Escolar da Gandra	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000221	2.450.573,47	2.082.987,45	85,00%	2.082.987,45	2.082.987,45	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar da Guarda	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000224	918.311,01	780.564,36	85,00%	780.564,36	780.564,36	0,00	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Paço	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000057	324.410,87	275.749,24	85,00%	265.383,52	265.383,52	0,00	96,24%
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Monte das Cruzes	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 10-0144-FEDER-000044	301.840,48	256.564,41	85,00%	256.564,11	256.564,11	0,00	100,00%
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Pedras Rubras	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000055	140.143,92	119.122,33	85,00%	114.662,57	114.662,57	0,00	96,26%
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Crestins	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000041	102.376,64	87.020,14	85,00%	87.020,14	87.020,14	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar de Monte Calvário	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 10-0144-FEDER-000241	360.998,59	306.848,80	85,00%	300.521,02	300.521,02	0,00	97,94%
Construção do Centro Escolar de Vermoim/Gueifães	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 10-0144-FEDER-000222	2.507.621,25	2.131.478,06	85,00%	2.131.478,06	2.131.478,06	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar D. Manuel	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 10-0144-FEDER-000239	563.760,67	479.196,57	85,00%	479.196,57	479.196,57	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000035	2.019.104,84	1.716.239,11	85,00%	1.716.239,11	1.716.239,11	0,00	100,00%
Ampliação e Beneficiação da EB1/JI Currais	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000058	170.649,44	145.052,02	85,00%	145.052,02	145.052,02	0,00	100,00%
Ampliação e Beneficiação da EB1/JI Parada	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 10-0144-FEDER-000056	225.246,63	191.459,64	85,00%	191.459,64	191.459,64	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar da Giesta	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000229	772.957,09	657.013,53	85,00%	657.013,53	657.013,53	0,00	100,00%
Ampliação EB1/JI Arcos	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 10-0144-FEDER-000326	575.583,52	489.245,99	85,00%	489.245,99	489.245,99	0,00	100,00%
Aquisição e Aperfeiçoamento da Biblioteca Itinerante	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0352-FEDER-000007	64.865,86	55.135,98	85,00%	48.294,76	48.294,76	0,00	87,59%
Plano Municipal de Acessibilidades para Todos	Programa Operacional Potencial do Nordeste - Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas - Eixo 6 - Ação 6.5 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	Projeto 011592/2008/65	90.221,00	64.643,35	71,65%	64.643,35	64.643,35	0,00	100,00%
Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 4 - Qualificação do Sistema Urbano - Mobilidade Territorial	PROJETO NORTE-10-0350-FEDER-000205	156.000,00	132.600,00	85,00%	119.408,86	119.408,86	0,00	90,05%
Sistema Integrado de Modernização Autárquica	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 5 - Governação e Capacitação Institucional	PROJETO NORTE-07-0826-FEDER-000187	1.839.488,85	1.563.565,52	85,00%	1.396.766,23	1.396.766,23	0,00	89,33%
Construção do Polidesportivo de Aldeia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0156-FEDER-000066	89.744,43	70.000,00	78,00%	70.000,00	70.000,00	0,00	100,00%
Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0156-FEDER-000128	122.618,16	104.225,44	85,00%	104.225,44	104.225,44	0,00	100,00%
Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0156-FEDER-000084	74.491,69	63.317,94	85,00%	63.317,94	63.317,94	0,00	100,00%
Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0156-FEDER-000070	59.899,80	50.914,83	85,00%	50.914,83	50.914,83	0,00	100,00%
Construção do Centro Escolar de Folgosa	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0144-FEDER-000508	1.453.397,50	1.235.387,88	85,00%	1.204.972,91	1.173.618,49	31.354,42	97,54%
Construção do Centro Escolar de Mandim	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 10-0144-FEDER-000509	1.638.757,18	1.392.943,60	85,00%	1.279.376,39	1.215.407,56	63.968,83	91,85%
Áreas Complementares à Área de Acolhimento Empresarial Maia I	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 07-0363-FEDER-000038	3.219.173,14	2.736.297,17	85,00%	2.721.825,30	2.585.734,04	136.091,26	99,47%
Loja Interativa de Turismo da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 08-0169-FEDER-000116	188.565,72	159.352,66	84,51%	154.256,25	152.000,00	2.256,25	96,80%
Construção do Parque da Ponte Moreira	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 09-0230-FEDER-000136	103.854,75	88.276,54	85,00%	88.276,54	83.862,71	4.413,83	100,00%
Centro de Alto Rendimento da Maia - Complexo Desportivo da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 09-0230-FEDER-000119	1.008.837,58	857.511,94	85,00%	855.782,59	814.636,34	41.146,25	99,80%
Reordenamento da Rede Viária da Cidade - Via Perfeita SE, entre Rua do Cavaco e Rua Santo Condestável	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 4 - Mobilidade Territorial	Projeto NORTE - 10-0350-FEDER-000005	1.023.932,56	870.342,68	85,00%	870.342,68	826.825,54	43.517,14	100,00%
Eaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEdU)	Programa Operacional Assistência Técnica - FEDER	ATFDR-01-0273-FEDER-000129	16.974,00	14.427,90	85,00%	14.427,90	0,00	14.427,90	100,00%
Intervenções na Rede Vial/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões - A. Santas	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	NORTE-10-0350-FEDER-000271	149.796,14	127.326,72	85,00%	127.326,72	0,00	127.326,72	100,00%
Intervenções na Rede Vial/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões - Pedroso	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	NORTE-10-0350-FEDER-000482	642.527,51	546.148,38	85,00%	546.148,38	0,00	546.148,38	100,00%
Intervenções na Rede Vial/Pedonal para Incremento de Segurança e Mobilidade de Peões - Vermeiro	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	NORTE-10-0350-FEDER-000488	156.323,77	132.875,20	85,00%	132.875,20	0,00	132.875,20	100,00%
Qualificação e Mobilidade em Meio Urbano - Beneficiação de Passeios e percursos Pedonais	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	NORTE-10-0350-FEDER-000502	256.386,64	217.928,64	85,00%	217.928,64	0,00	217.928,64	100,00%
Equipamentos desportivos de proximidade e base formativa - Campo jogos S. Pedro Fins	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	NORTE-10-0156-FEDER-000431	137.413,84	82.448,30	60,00%	82.448,30	0,00	82.448,30	100,00%
Requalificação de equipamento público para atividade cultural e de formação musical - Gueifães/Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	NORTE-10-0156-FEDER-000704	156.878,94	94.127,36	60,00%	92.179,11	0,00	92.179,11	97,93%
Gestão por Excelência	POPH - Programa Operacional Potencial Humano	Projeto n.º 096418/2013/34	43.491,08	34.392,75	79,08%	26.127,50	26.127,50	0,00	75,97%

Prestação de Contas 2015 – Relatório de Gestão

PASSIVOS FINANCEIROS

Uma vez que a temática do endividamento municipal é analisada em capítulo próprio, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2014 o município contratou um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco BPI, S.A., no montante de 9.200.000 €, para aquisição de dois lotes de terrenos que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo mútuo de crédito produziu efeitos financeiros na gerência em análise, uma vez que a eficácia da contratação esteve condicionada à obtenção de visto do Tribunal de Contas, o que se veio a concretizar no primeiro trimestre de 2015.

No domínio da autonomia financeira, questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, reporta-se de igual modo para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

As Autarquias orientam-se sempre no sentido de prestar melhores serviços públicos aos cidadãos, primando pela qualidade, transparência e eficiência, intervindo em matérias como a educação, o desporto, a cultura, a ação social e o planeamento e ordenamento territorial.

Perante estes objetivos, e num contexto de fortes limitações financeiras com que os Municípios se têm deparado nos últimos anos (limitações essas decorrentes da redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado e da quebra das receitas próprias), tem sido exigido às Autarquias um esforço na contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, ao nível das despesas com pessoal, da aquisição de bens e serviços, das transferências e dos subsídios atribuídos.

Neste âmbito o Município da Maia tem vindo, nos últimos anos, a adotar medidas de contenção da despesa e a implementar uma política de racionalização dos recursos, com resultados bastante positivos.

Neste capítulo, para melhor avaliar a verdadeira dinâmica da realização da despesa sob a perspetiva económica, será efetuada uma análise da execução orçamental da despesa – corrente e de capital, quer em termos de pagamento, quer em termos de despesa faturada (transitada e nova) em matéria de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências.

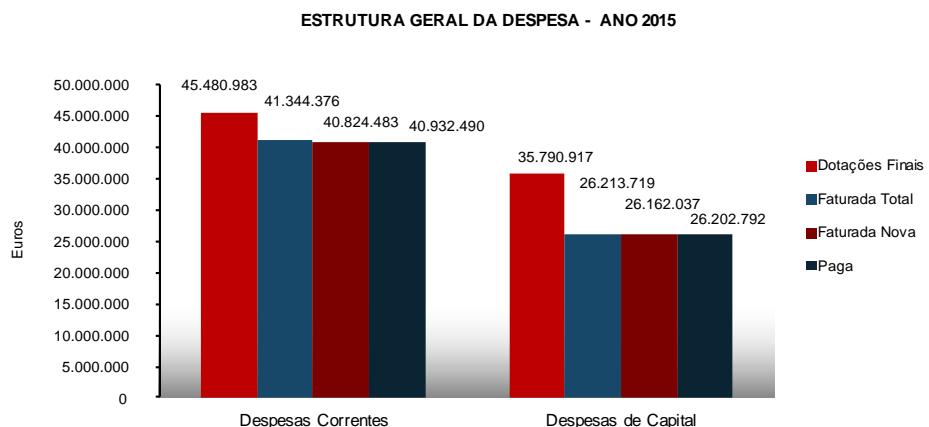
Quadro 26

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA												
	2014			2015			Despesa Paga			Taxa de Execução		
	Despesa Faturada	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	Peso Faturada	Variação 2014/2015	Total	Peso	Desp Faturada	Desp Paga
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c)+(d)				(f)		(e)/(b)	(f)/(e)
Despesas Correntes	39.685.384	45.480.983	519.893	40.824.483	41.344.376		60,9%	2,9%	40.932.490	61,0%	90,9%	99,0%
Pessoal	18.606.244	19.577.716	39.704	18.539.979	18.579.683		27,7%	-0,4%	18.535.977	27,6%	94,9%	99,8%
Aquisição de Bens e Serviços	15.375.487	19.008.452	402.525	16.171.341	16.573.867		24,1%	5,2%	16.281.316	24,3%	87,2%	98,2%
Juros e Outros Encargos	1.723.484	369.580	0	283.826	283.826		0,4%	-83,5%	283.826	0,4%	76,8%	100,0%
Transferências Correntes	2.896.358	3.320.738	200	3.010.630	3.010.830		4,5%	3,9%	3.010.830	4,5%	90,7%	100,0%
Subsídios	166.539	1.940.847	0	1.760.719	1.760.719		2,6%	957,2%	1.760.719	2,6%	90,7%	100,0%
Outras Despesas Correntes	917.273	1.263.650	77.464	1.057.987	1.135.451		1,6%	15,3%	1.059.823	1,6%	89,9%	93,3%
Despesas de Capital	19.685.579	35.790.917	51.682	26.162.037	26.213.719		39,1%	32,9%	26.202.792	39,0%	73,2%	100,0%
Aquisição de Bens de Capital	10.786.405	28.130.950	51.682	19.434.928	19.486.609		29,0%	80,2%	19.475.682	29,0%	69,3%	99,9%
Transferências de Capital	1.530.077	2.036.500	0	1.687.720	1.687.720		2,5%	10,3%	1.687.720	2,5%	82,9%	100,0%
Activos Financeiros	20.975	577.186	0	526.946	526.946		0,8%	2412,3%	526.946	0,8%	91,3%	100,0%
Passivos Financeiros	7.253.041	5.044.750	0	4.512.444	4.512.444		6,7%	-37,8%	4.512.444	6,7%	89,4%	100,0%
Outras Despesas de Capital	95.081	1.531	0	0	0		0,0%	-100,0%	0	0,0%	0,0%	
Total Geral Despesas	59.370.963	81.271.900	571.575	66.986.520	67.558.095		100,0%	12,8%	67.135.282	100,0%	83,1%	99,4%

Un:Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2015, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 15



Como é dado a observar a despesa total faturada no exercício de 2015 ascendeu a 67.558.095 €, apenas influenciada por 571.575 € de despesa transitada do exercício anterior, evidenciando face ao período homólogo um acréscimo global da despesa de (+) 7.521.118 €, atribuível principalmente à componente de capital.

Ao nível da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 83,1%, sendo mais expressivo o rigor da previsão orçamental no caso das despesas correntes (ao apresentar uma execução de 90,9%), em contraposição com as despesas de capital, cuja execução rondou os 73%; destaca-se também, nesta análise, o predomínio da faturação das despesas correntes, que representam 60,9% do montante global da nova despesa faturada.

Avaliando o comportamento da despesa entre o ano de 2014 e 2015, constatou-se um acréscimo na nova despesa faturada de (+) 7.615.557 €, que em termos percentuais se refletiu num aumento de (+) 12,8%, por influência predominante da variação das despesas de capital (+) 32,9%, uma vez que as despesas de natureza corrente apresentam um incremento de apenas (+) 2,9%.

Em matéria de despesas correntes, o acréscimo constatado de (+) 1.139.099 € é impulsionado principalmente pela rubrica dos *subsídios* atribuídos às empresas municipais, que apresenta um aumento de mais de 1,5 milhões de euros, seguindo-se o acréscimo da rubrica de *aquisição de bens e serviços* de (+) 795.854 €, proveniente do incremento da rubrica dos *serviços* (uma vez que a componente de *aquisição de bens* diminuiu) e, em menor montante, o acréscimo da nova faturação das *outras despesas correntes* de (+) 140.714 € (agrega um conjunto diversificado de despesas) e das *transferências correntes* (+) 114.272 €.

Em contracírculo, ainda do lado das despesas correntes, constatou-se nos *juros e outros encargos* uma diminuição acentuada de (-) 1.439.658 €, fortemente explicada pelo atual serviço de dívida municipal, seguindo-se o decréscimo, com menor impacto, da rubrica de despesas com *pessoal* (-) 66.265 €.

Relativamente às despesas de capital, verificou-se um relevante acréscimo de (+) 6.476.458 €, destacando-se a variação positiva ocorrida na componente de *aquisição de bens de capital* que ascendeu a (+) 8.648.523 €, contribuindo de forma decisiva para o desempenho global deste tipo de despesa. Dignos de destaque, nesta rubrica, são a aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4, integrados no

Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia), conforme deliberação da Câmara Municipal de 16/04/2015 e Assembleia Municipal de 04/05/2015, bem como a realização da obra de requalificação e valorização urbana das Zonas Industriais da Maia. Seguem-se os *ativos financeiros* com uma variação de (+) 505.971 €, explicada quase na íntegra pela despesa decorrente da realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) no montante de 427.186 €, e a rubrica das *transferências de capital* que apresenta uma variação de (+) 157.643 €.

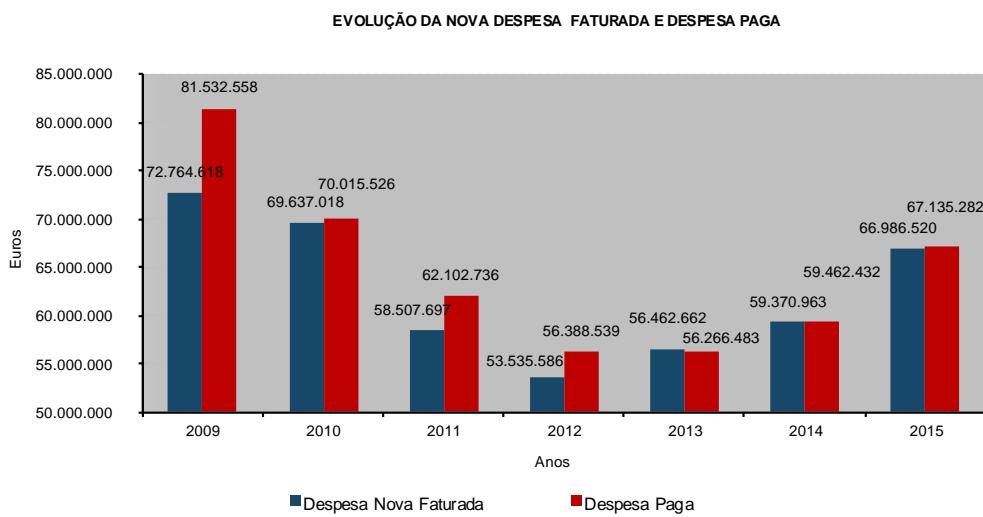
Com comportamento inverso e a refletir um decréscimo no agrupamento das despesas de capital, surgem as rubricas de *passivos financeiros* e de *outras despesas de capital*, que apresentam uma diminuição respetivamente de (-) 2.740.597 € e (-) 95.081 €.

A despesa paga, no ano económico de 2015, alcança o montante de 67.135.282 €, apresentando um acréscimo de (+) 13%, comparativamente com o ano anterior, traduzindo uma boa taxa de execução obtida nos pagamentos em relação à faturação, ao atingir 99,4%, apurando-se que apenas 422.813 € do total faturado se encontra por pagar.

Registe-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior esforço de pagamento foi orientado para as despesas de carácter corrente (61% do total geral da despesa paga), onde se relevam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com *pessoal* e *aquisição de bens e serviços*, enquanto o esforço de pagamento das despesas de capital foi menor (39%).

Ao analisar a variação da nova despesa faturada e despesa paga, justifica-se uma apreciação da sua evolução, representada no Gráfico 16.

Gráfico 16



Dada a importância que ocupam no contexto geral da estrutura da despesa, justifica-se proceder a uma análise mais detalhada às seguintes componentes, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Análise da Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

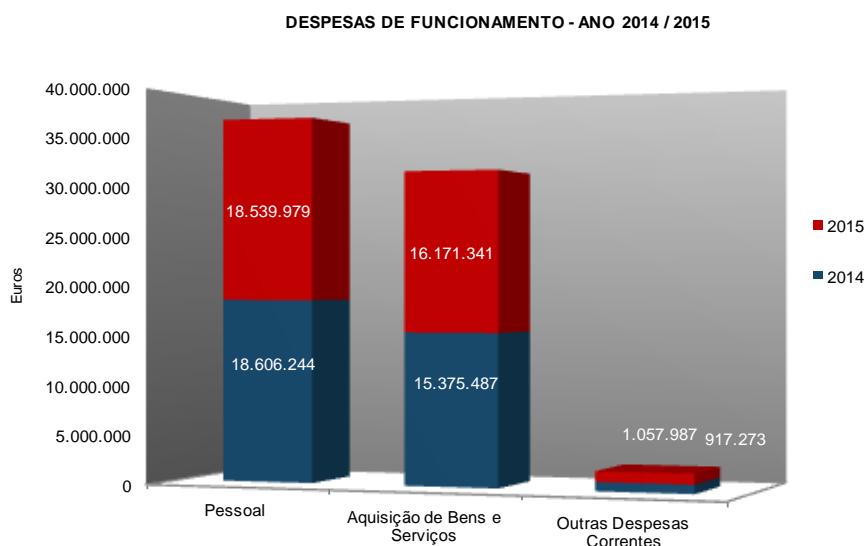
O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas essenciais para assegurar o funcionamento de um município, coincidindo em grande parte com a despesa corrente. São um importante indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, na medida em que traduzem o montante de encargos fixos e obrigatórios, reunindo no seu conjunto as despesas com *pessoal*, com *aquisição de bens e serviços* e com *outras despesas correntes*, cuja repartição nos últimos dois anos é visível no Quadro 27.

Quadro 27

ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO														
	2014						2015						Despesa Faturada Nova	
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada				
	Transitada	Nova	Total	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Transitada	Nova	Total	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total		
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)				(d)	(e)	(f)=(d)+(e)				Tx Variação	
Pessoal	837	18.606.244	18.607.081	53,3%	46,9%	31,3%	39.704	18.539.979	18.579.683	51,8%	45,4%	27,7%	-0,4%	
Aquisição de Bens e Serviços	462.806	15.375.487	15.838.292	44,1%	38,7%	25,9%	402.525	16.171.341	16.573.867	45,2%	39,6%	24,1%	5,2%	
Outras Despesas Correntes	75.520	917.273	992.793	2,6%	2,3%	1,5%	77.464	1.057.987	1.135.451	3,0%	2,6%	1,6%	15,3%	
Total Desp Funcionamento	539.162	34.899.004	35.438.166	100,0%	87,9%	58,8%	519.693	35.769.308	36.289.001	100,0%	87,6%	53,4%	2,5%	
Total Despesas Correntes	544.027	39.685.384	40.229.411		100,0%	66,8%	519.893	40.824.483	41.344.376		100,0%	60,9%	2,9%	
Total Geral Despesas	666.014	59.370.963	60.036.977			100,0%	571.575	66.986.520	67.558.095			100,0%	12,8%	

Un:Euros
(a) e (d)Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e 2015, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 17



As despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram no exercício em análise o valor de 35.769.308 €, verificando-se um acréscimo de (+) 2,5% em relação ao ano anterior, não obstante a redução registada na rubrica de despesas com *pessoal* de (-) 66.265 €, contribuindo para tal variação o aumento das rubricas de *aquisição de bens e serviços*, (+) 795.854 €, e as *outras despesas correntes* (+) 140.714 €.

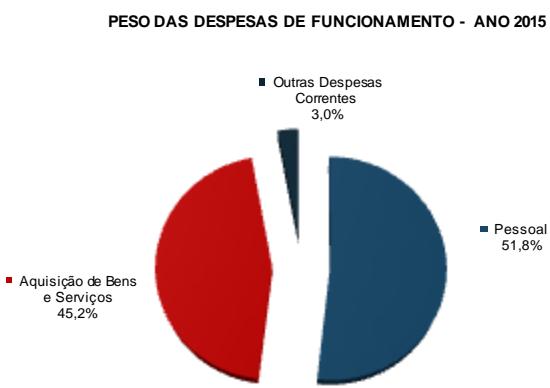
Relativamente à rubrica de *aquisição de bens e serviços*, regista-se uma diminuição na componente de *bens* em detrimento do agravamento da componente dos *serviços*; para esse agravamento contribuiu a realização, no ano de 2015, do evento “Bienal de Arte Contemporânea da Maia”, bem como as variações ocorridas nos *encargos de instalação, iluminação, vigilância e segurança*, que serão oportunamente explanadas.

Como é dado a observar pela análise do quadro, conclui-se que no exercício económico em apreço a rubrica de despesas com *pessoal* (como já era expectável) constitui a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento, representando cerca de 52% do total; esta proporção é contudo inferior à apurada em 2014 (53%). O contrário verificou-se com as rubricas de *aquisição de bens e serviços* e *outras despesas correntes*, cujas proporções aumentaram em 2015 para 45,2% e 3%, respectivamente, em resultado do aumento dos seus níveis de despesa nova faturada estar acima do das restantes rubricas.

Atento o nível de desenvolvimento do Município, associado às competências que lhe são intrínsecas, as despesas de funcionamento realizadas têm uma influência determinante quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem 87,6% e 53,4% de cada um dos totais respetivamente, o que traduz um elevado volume de encargos suportado por esta edilidade em despesas de natureza obrigatória.

A título meramente informativo insere-se o Gráfico 18, ilustrativo do peso destes encargos de funcionamento no exercício de 2015.

Gráfico 18



Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram as despesas de funcionamento, procede-se a uma análise individual e mais detalhada da área das despesas com *pessoal* e da *aquisição de bens e serviços*.

DESPESAS COM PESSOAL

Neste agrupamento devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Engloba também os abonos acessórios e compensações, como sejam despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente: deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Compreendem-se ainda, no âmbito deste agrupamento, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente: subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o regime de segurança social dos seus funcionários.

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo às mesmas, nos termos em que este foi superiormente instituído, a este montante acrescem ainda as despesas com aquisição de serviços a particulares, informação que o Município tem o dever de reportar trimestralmente à Direção Geral das Autarquias Locais; contudo, perante a sua especificidade, tais valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se numa primeira fase a análise no conceito formalmente mais restrito de despesas com pessoal.

No Quadro 28 apresenta-se a estrutura de encargos detalhada das despesas com *pessoal* da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 28

DESPESAS COM PESSOAL								
	2014		2015					
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Nova Despesa Faturada			
	Nova	Transitada	Nova	Total	Peso	Variação	Tx Cresc	
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)				
Remunerações Certas e Permanentes								
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	222.976		210.075	210.075	1,1%	-12.900	-5,8%	
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	8.838.321		8.743.428	8.743.428	47,2%	-94.893	-1,1%	
TPQ RCIT - Pessoal em funções	8.827.467		8.571.809	8.571.809	46,2%	-255.657	-2,9%	
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	10.855		171.619	171.619	0,9%	160.764	1481,1%	
Pessoal contratado a termo	780.350		752.013	752.013	4,1%	-28.337	-3,6%	
PCT - Pessoal em funções	479.679		502.689	502.689	2,7%	23.010	4,8%	
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	300.671		249.324	249.324	1,3%	-51.347	-17,1%	
Pessoal em regime de tarefa ou avença	787.597		912.478	912.478	4,9%	124.881	15,9%	
Pessoal aguardando aposentação	27.695		18.643	18.643	0,1%	-9.052	-32,7%	
Pessoal em qualquer outra situação	244.163		163.155	163.155	0,9%	-81.008	-33,2%	
Representação	96.799		96.428	96.428	0,5%	-370	-0,4%	
Subsídio de refeição	857.376		868.890	868.890	4,7%	11.514	1,3%	
Subsídios de férias e de Natal	1.748.813		1.725.767	1.725.767	9,3%	-23.046	-1,3%	
Remunerações por doença (pessoal quadro CGA)	316.762		345.654	345.654	1,9%	28.893	9,1%	
Subtotal	13.920.851	0	13.836.532	13.836.532	74,6%	-84.319	-0,6%	
Abonos Variáveis ou Eventuais								
Horas extraordinárias	56.540		59.230	59.230	0,3%	2.690	4,8%	
Ajudas de custo	1.560		2.389	2.389	0,0%	828	53,1%	
Abono para filhas	3.067		3.705	3.705	0,0%	637	20,8%	
Formação	0		0	0	0,0%	0		
Subsídio de trabalho nocturno	1.162		1.162	1.162	0,0%	0	0,0%	
Subsídio de turno	294.447		280.936	280.936	1,5%	-13.511	-4,6%	
Indemnizações por cessação de funções	74.686		252.424	252.424	1,4%	177.738	238,0%	
Outros suplementos e prémios	48.093		359	45.181	45.540	0,2%	-2.912	-6,1%
Subtotal	479.555	359	645.026	645.385	3,5%	165.470	34,5%	
Segurança Social								
Encargos com a saúde	840.534		39.345	706.003	745.347	3,8%	-134.531	-16,0%
Outros encargos com a saúde	176.151		161.831	161.831	0,9%	-14.320	-8,1%	
Subsídio familiar a crianças e jovens	83.409		83.630	83.630	0,5%	222	0,3%	
Outras prestações familiares	6.774		8.542	8.542	0,0%	1.768	26,1%	
Contribuições para a segurança social	2.388.126		2.978.039	2.978.039	16,1%	-11087	-0,4%	
Segurança social do pessoal em RCTFP - Caixa Geral de Aposentações	2.160.576		2.184.903	2.184.903	118%	24.327	1,1%	
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Regime Geral	812.643		784.030	784.030	4,2%	-28.613	-3,5%	
Outros	15.907		9.106	9.106	0,0%	-6.802	-42,8%	
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0	0,0%	0		
Seguros	88.408		87.386	87.386	0,5%	-1.022	-1,2%	
Outras despesas de segurança social	21.436		32.991	32.991	0,2%	11.555	53,9%	
Subtotal	4.205.838	39.345	4.058.422	4.097.766	21,9%	-147.416	-3,5%	
TOTAL	18.606.244	39.704	18.539.979	18.579.683	100,0%	-66.264	-0,4%	

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2015 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Não obstante o impacto financeiro decorrente da reversão da redução remuneratória em 20% a partir de 1 de janeiro de 2015, nos termos previstos no artigo 4º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, no ano de 2015 as despesas com pessoal tiveram um decréscimo de (-) 66.264, (-) 0,4% face ao ano anterior, cabendo-lhes o valor de 18.539.979 €, tendo contribuído para este cenário a diminuição das despesas com *remunerações certas e permanentes* e das despesas com a *Segurança Social*, atenuado pelo incremento das despesas com *Abonos variáveis ou eventuais*.

A rubrica de *Remunerações certas e permanentes* representa neste exercício económico 74,6% do total das despesas com pessoal, perfazendo 13.836.532 €, e evidencia um decréscimo de (-) 84.319 € em

relação ao ano anterior, (-) 0,6%, em consequência da redução de várias das rubricas que a compõem, destacando-se:

- A cessação de funções de trabalhadores no decurso do ano 2015, quer por falecimento e aposentação, quer ainda por rescisão por mútuo acordo, conduziram a uma diminuição das despesas com *Pessoal em funções*, porém absorvida pelo aumento verificado na rubrica de *Pessoal dos quadros - novos postos de trabalho*, com origem:
 - Na nomeação de pessoal ao abrigo de contratos individuais de trabalho por tempo indeterminado, na sequência da conclusão dos procedimentos concursais decorrentes do processo de internalização das atividades da empresa municipal Academia das Artes da Maia
 - Produções Culturais, E.E.M., no âmbito do processo de dissolução e liquidação desta entidade, despessa outrora a sair pela rubrica de *Pessoal em qualquer outra situação*, passando a integrar a partir de então esta rubrica, não significando por isso um aumento do número de trabalhadores mas apenas uma alteração da relação jurídica de emprego público constituída;
 - No retorno de em quatro trabalhadores para a sua categoria de origem, vindos da empresa municipal Maiambiente onde estavam a desempenhar funções ao abrigo de um acordo de cedência de interesse público.
- O decréscimo das despesas com *Pessoal em qualquer outra situação* em (-) 81.008 €, justificado pelas razões já evocadas relativas à regularização do pessoal da empresa municipal extinta, em parte atenuado pela afetação das despesas com pessoal dos gabinetes de apoio à presidência e vereação, outrora a sair por *Pessoal dos quadros - pessoal em funções*;
- A diminuição das despesas com *Pessoal contratado a termo* no valor de (-) 28.337 €, explicada pela redução do número de técnicos contratados afetos às Atividades de Enriquecimento Extra Curriculares;
- A redução dos encargos com *Subsídios de Férias e de Natal* que perfaz (-) 23.046 €;
- O decrescimento da rubrica de *Titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos* em (-) 12.900 €, explicado, pela opção tomada pelo Presidente da Câmara, que sendo titular de um cargo político em exercício de funções e encontrando-se na condição de aposentado optou, em meados de 2014, pela suspensão da remuneração correspondente ao cargo político que ocupa;
- A diminuição das despesas com *Pessoal aguardando aposentação* no montante de (-) 9.052 €;
- O decréscimo, embora residual, da rubrica de *Representação* em (-) 370 €.

Em sentido inverso, surgem neste agregado acréscimos apenas em algumas componentes, a saber:

- *Pessoal em regime de tarefa e avença* com um aumento de (+) 124.881 €, dos quais 61.498 € (cerca de 50%) se deve a prestações de serviços de caráter não regular efetuadas no decurso de 2015, concretamente, a realização da Bienal de Artes da Maia, responsável pelo montante de 41.449 € (33%), e a contratação em regime de tarefa de técnicos para as atividades de apoio à família no arranque do ano letivo 2015-2016, a que foi imputado o montante de 20.049 € (16%);

Com efeito, o atraso verificado na abertura de concursos para a contratação de professores através da plataforma da DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar colocou ao Município um problema de difícil resolução, uma vez que as inscrições do pré-escolar foram feitas no pressuposto da abertura dos estabelecimentos de ensino a 01 de setembro de 2015. Dificuldade que foi ultrapassada através da contratação de técnicos em regime de tarefa para assegurar a abertura dos estabelecimentos escolares desde o início do mês de setembro até à abertura formal do respetivo ano letivo;

Em bom rigor, em condições normais, o aumento de 20.049 € acima mencionado deveria ter afetado a rubrica *Pessoal contratado a termo – novos postos*, conduzindo a uma redução da despesa inferior à que efetivamente vai assinalada na referida rubrica;

Concorre também de forma determinante para o aumento das despesas com *Pessoal em regime de tarefa e avença*, a contratação de técnicos na área do desporto, cujo contributo no total de 50.772 € se fundamenta essencialmente na contratação de um número superior de técnicos face ao ano antecedente. Regista-se que no domínio da contratação de serviços em regime de tarefa e avença na área do desporto a grande parte da despesa executada está associada a cobrança de receita nas diversas instalações desportivas, nos seguintes termos:

- A necessidade de contratação adicional de técnicos é na sua maioria originada pelo aumento de inscrições para participação em atividades desportivas e/ou em aulas de grupo, cujo adicional de despesa em 2015 foi na ordem dos 35.900 €. Neste valor salienta-se a contratação em regime de avença de dois técnicos para ministrarem as aulas de Kung Fu e Yoga, contratações que outrora, designadamente em 2014, foram efetuadas junto de entidades coletivas, afetando assim, não as despesas com pessoal, mas sim as despesas com aquisição de serviços especializados, num valor próximo dos 7.400 €;
- A contratação de três nadadores-salvadores para as piscinas municipais, necessidade decorrente, por um lado, da obrigatoriedade legal de existirem técnicos devidamente habilitados nos referidos espaços desportivos, e, por outro lado, de terem ficado desertos os concursos de recrutamento para o efeito efetuados. A despesa suportada em 2015 pelo Município da Maia com a contratação destes técnicos ascendeu a cerca de 14.800 €;

Importa ainda destacar o aumento de despesa relacionado com a divergência de faturação nos anos em análise, isto é, contratos que ao iniciarem os seus efeitos em meados de 2014, originaram em 2015 uma despesa superior ao estar indexada a 12 meses. É o caso da contratação de serviços veterinários, cujo aumento em 2015 face ao ano antecedente ascende a 6.400 €;

Em resultado da celebração de adenda ao contrato inicial para ajustamento do objeto contratual da contratação externa em regime de avença de serviços na área do urbanismo, verificou-se em 2015 um aumento de despesa de 5.019 €;

Por último, referem-se variações residuais imputáveis à tributação em sede de IVA, umas vezes para mais outras para menos, assim como à aplicação da redução remuneratória, parâmetros

legais que o Município tem de cumprir, de que resultou um acréscimo de despesa na ordem dos 1.192 €;

- *Remunerações por doença* com um acréscimo de (+) 28.893 €, o que denota um aumento dos custos suportados com as ausências ao serviço de pessoal do quadro vinculado à CGA de (+) 9,1%;
- *Subsídio de refeição*, a registar uma variação positiva de (+) 11.514 €, fundamentada pelo pagamento de subsídio de alimentação aos técnicos contratados para as Atividades de Enriquecimento Extra Curriculares, que trabalham a tempo parcial, segundo o n.º 6 do art.º 146 da Lei n.º 59/2008.

Em matéria de abonos variáveis ou eventuais, estes consomem 3,5% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 645.026 €; apresentam um acréscimo de (+) 165.470 € face ao ano transato, (+) 34,5%, justificado pelo aumento verificado nas seguintes rubricas:

- *Indemnizações por cessação de funções*, com um acréscimo de (+) 177.738 €, que teve origem no pagamento das compensações por caducidade dos contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, aos técnicos das Atividades de Enriquecimento Extra Curriculares, em face das disposições legais existentes e da rescisão de um contrato de trabalho em funções públicas por mútuo acordo;
- *Horas extraordinárias*, com um incremento de (+) 2.690 € justificado pela necessidade de assegurar os trabalhos associados à realização das eleições legislativas, que envolvem um conjunto de atos e procedimentos administrativos a cumprir e cuja execução apenas pode ser feita durante o horário normal de expediente (pela razão de serem impossíveis de providenciar atempadamente);
- *Ajuda de custo e Abono para falhas*, com aumentos meramente residuais no montante de (+) 1.466 €.

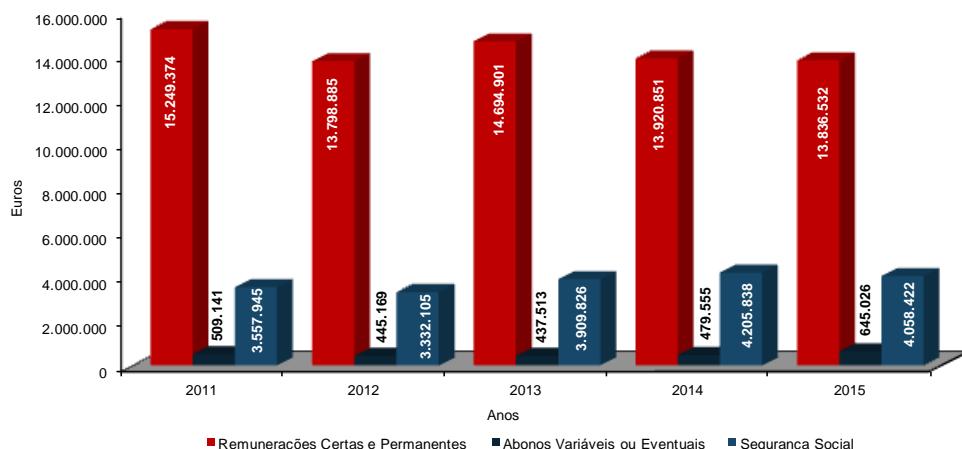
A Segurança Social absorve 21,9% do total das despesas com pessoal, alcançando a importância de 4.058.422 € e evidenciando um decréscimo de (-) 147.416 € em relação ao ano anterior - (-) 3,5%. Para tal contribuíram principalmente: o decréscimo da rubrica dos encargos com a saúde em (-) 134.531 €, a diminuição de outros encargos com a saúde pagos pela entidade em (-) 14.320 € e a diminuição das contribuições para a Segurança Social em (-) 11.087 €. Esta diminuição de contribuições é consequência direta do decréscimo da rubrica Segurança Social do pessoal – regime geral, correspondente a situações de doença e maternidade de trabalhadores agregados à Segurança Social que mais do que compensa o acréscimo verificado na rubrica da Segurança Social do pessoal - Caixa Geral de Aposentações, relativo a remissões de pensões por acidentes de serviço.

Por último convém salientar o facto de, em matéria de representatividade nas despesas municipais, a rubrica de despesas com pessoal corresponder na gerência em apreciação a cerca de 52% das despesas de funcionamento, 45% das despesas correntes e 27% das despesas totais.

Para uma melhor observação da variação das rubricas despesas com pessoal desta edilidade, no último quinquénio, elaborou-se o Gráfico 19.

Gráfico 19

VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL

No âmbito desta matéria e atendendo à sua repercussão em matéria de gestão de recursos humanos, salientem-se as fortes limitações legais à admissão de pessoal no setor público ocorridas nos últimos anos - no caso concreto, nas Autarquias Locais - bem como todas as disposições relativas a trabalhadores do setor público, aquisição de serviços, proteção social e aposentação ou reforma, impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado.

Fazendo uma pequena retrospectiva do que tem sido estabelecido neste âmbito pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, bem como no próprio Programa de Estabilidade e Crescimento, relembrar-se que desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 que estão impostas fortes limitações à admissão de pessoal; essas limitações vão desde a proibição e/ ou restrição de recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo seu âmbito de aplicação (em que se incluem as autarquias locais), até à imposição de reduções remuneratórias, à proibição de valorizações remuneratórias, à imposição de redução de cargos dirigentes e de número de trabalhadores e ainda à suspensão do pagamento de subsídio de férias e de Natal ou equivalentes - entretanto re posto em regime de duodécimos no ano de 2013.

No ano de 2014, em matéria de despesas com pessoal, recorde-se que vigorou até maio de 2014 (com impacto significativo na prestação de contas do primeiro semestre desse ano) a redução remuneratória sobre vencimentos base superiores a 675 €, imposta pela Lei do Orçamento do Estado de 2014; entretanto, foi a mesma norma revogada por força da sua constitucionalidade, o que só veio a produzir efeitos a partir de junho de 2014. A este efeito acresce o impacto financeiro decorrente da reversão da redução remuneratória em 20%, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015 nos termos previstos no artigo 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

Outras disposições relativas aos trabalhadores do setor público, já anteriormente impostas e que continuaram a vigorar no ano de 2014, foram a proibição de valorizações remuneratórias, a redução do número de trabalhadores nas Autarquias Locais no mínimo em 2%, face aos existentes em 31 de dezembro de 2013, e o controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais.

Com o intuito de monitorizar estas restrições, os Municípios, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36/2015 de 9 de março de 2015 (Execução do Orçamento Estado para 2015), em conformidade com o artigo 64.º, têm de prestar obrigatoriamente informação à Direção Geral das Autarquias Locais, estabelecendo-se no ponto 2 desse mesmo artigo que as autarquias locais prestam, através do SIAL, a informação relativa a pessoal ao serviço e a despesas com pessoal, necessária à verificação do disposto no artigo 66.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos definidos pela DGAL.

Neste domínio e atendendo à sua repercussão em matéria de gestão de recursos humanos, acresce ainda uma referência ao novo limite das despesas com pessoal a vigorar para os municípios, estabelecido no art.º 62 da LOE para 2015 – cuja aplicabilidade em matéria de “Controlo da contratação de novos trabalhadores por pessoas coletivas de direito público e empresas públicas” às entidades da administração local é determinada pelo seu artigo 58.º.

Se quanto à redução de trabalhadores, como é consabido, as anteriores Leis do Orçamento do Estado impunham uma redução mínima de efetivos de 2%, relativamente ao dia 31 de Dezembro do ano anterior, a LOE 2014 erigia esta obrigação mas, no entanto, dispensava do seu cumprimento as autarquias que tivessem cumprido cumulativamente determinadas condições (relacionadas com a pretendida redução de pessoal em anos anteriores, a não ultrapassagem dos limites definidos para o montante de dívida e a não existência de pagamentos em atraso).

Na Lei do Orçamento de Estado para 2015 a contenção de efetivos nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local é levada a efeito através da imposição de limites de despesa com pessoal (incluindo prestações de serviço por pessoas singulares).

Os municípios em saneamento ou rutura continuam obrigados a reduzir efetivos.

Assim, face ao disposto no artigo 62.º da LOE 2015, o município que não se encontre em situação de saneamento financeiro – não se enquadre nas alíneas a) e b) do nº 1 do art.º 58º da Lei nº 73/2013, i.e., quando não ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º desta Lei ou que o montante da dívida, excluindo empréstimos, não seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores -, não pode mesmo assim incorrer em despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante superior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. Esta é, pois, a regra geral.

Todavia haverá que considerar ainda que o município que em 2014:

- tenha registado uma **percentagem inferior à acima referida** só pode aumentar em 2015 o valor correspondente a 20% da margem disponível.
- tenha registado uma **percentagem superior à acima referida**, fica impedido de no ano de 2015 aumentar a despesa com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares.

No entanto o município que se encontre na situação acima referida e que no exercício de 2014 não tenha cumprido a redução mínima de 2% de pessoal fixada na LOE 2014 não pode, em 2015, ultrapassar o montante de despesa que resultaria após o cumprimento desta regra.

Impõe-se, assim, avaliar o cumprimento dos requisitos legalmente aplicáveis neste âmbito por parte do município, designadamente quanto ao preceituado nos números 1 a 4 do artigo 62.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, como se demonstra nos quadros seguintes, e consequentemente avaliar o posicionamento do município em relação a tais limites.

- ENQUADRAMENTO NO N.º 1 DO ARTIGO 62.º DA LOE 2015

Quadro 29

ENQUADRAMENTO NO N.º 1 DO ARTIGO 62.º DA LOE 2015		
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ALINEAS A) E B) DO ART.º 58 DA RFALEI		
	31-12-2014	31-12-2015
Alinea a)		
Dívida total orçamental do Grupo Municipal (1)	92.066.962	85.258.261
Limite da dívida total (2)	105.455.612	103.788.109
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE (3)=(1)-(2)	-13.388.651	-18.529.848
Margem utilizável (alínea b) n.º 3 art.º 52 RFALEI	2.344.229	
Margem disponível para utilizar	9.152.930	
Alinea b)		
Dívida total excluindo empréstimos* (4)=(1)-(5)	28.881.719	26.221.713
Total de Empréstimos (5)=(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	63.185.242	59.036.548
Município (6)	29.240.666	33.928.222
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (7)	8.258.491	7.682.624
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (8)	8.399.105	0
Cooperativas e Fundações (9)	192.048	201.812
Entidades de outra natureza (10)	17.094.933	17.223.890
Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios x 0,75 (11)	52.727.806	51.894.055
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO (12)=(4)-(11)	-23.846.087	-25.672.341
DERROGADA A APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 47.º, 63.º E 65.º DA LOE 2015		

Un: Euros

(*) Exclui Operações não orçamentais e os empréstimos de todas as empresas locais.

- ENQUADRAMENTO NO N.º 2 DO ARTIGO 62.º DA LOE 2015

Quadro 30

ENQUADRAMENTO NO N.º 2 DO ARTIGO 62.º DA LOE 2015		
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 62.º DA LOE 2014 - REDUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES EM 2014		
	Final de 2014 (1)	Final de 2013 (2)
Número de Trabalhadores do Município da Maia (*)	1.179	1.223
Redução do Número de Trabalhadores no Município da Maia (3)=(1)-(2)	-44	
Redução Imposta (4)	-20	
POSIÇÃO DO MUNICÍPIO FACE À REDUÇÃO IMPOSTA (5)=(4)-(3)	-24	
DERROGADA A APLICAÇÃO DA PARTE FINAL DO N.º 2 DO ARTIGO 62.º da LOE 2015		

(*) Inclui trabalhadores de Empresas Locais e Serviços Municipalizados nos quais o Município tem uma influência dominante, nos termos reportados no SIAL.

- ENQUADRAMENTO NO N.º 4 DO ARTIGO 62.º DA LOE 2015

Quadro 31

ENQUADRAMENTO NO N.º 4 DO ARTIGO 62.º DA LOE 2015		
LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL		
ANO 2015		
Despesas com pessoal incluindo aquisição de serviços a pessoas singulares* (Ano 2014) (1)		21.827.707
Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios incorporando SMAS (2)		69.192.073
Limite de despesas com pessoal (3)=(2)*35%		24.217.225
	Posicionamento face aos limites	31,5%
Margem absoluta (4)=(3)-(1)		2.389.518
Margem Disponível no ano 2015 (5)=(4)*20%		477.904

Un: Euros

* despesa paga

Da análise dos resultados obtidos sistematizados nos quadros supra, demonstra-se que no final da gerência de 2014:

- O município da Maia não se encontrava em situação de saneamento financeiro, isto é, em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. (vd. Quadro 29)
- O município da Maia cumpriu a redução do número de trabalhadores legalmente imposta, não se encontrando na situação prevista na parte final do n.º 2 do artigo 62.º da LOE de 2015. (vd. Quadro 30)
- O total das despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares do município, onde se incluem os dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, foi em montante

inferior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, ao posicionar-se em 31,5%. (vd. Quadro 31)

Cumpridos os requisitos anteriormente referidos conclui-se que na gerência de 2015 o município (incluindo os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento) podia aumentar as despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante correspondente a 20% da margem disponível, isto é, em 477.904 € (vd. Quadro 31).

Já as demais entidades que integram o setor empresarial local do município ficam impedidas de aumentar esta tipologia da despesa por força do disposto no n.º 2 do mencionado artigo 62.º da LOE de 2015.

De facto, se dúvidas houvesse sobre a existência de controlo do recrutamento de novos trabalhadores por empresas locais, veja-se o título do citado artigo 62.º “*Gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local*” e o conceito de entidades da administração local transscrito pela CCDRN no âmbito da sua apreciação à proposta de LOE 2015: “*As restantes entidades da administração local – e aqui será de incluir as freguesias, as associações de municípios, comunidades Intermunicipais, as áreas metropolitanas e as empresas locais (por remissão do art.º 60º) ficam impedidas de, no ano de 2015, aumentar a despesa com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares.*”

Neste contexto, é por isso fundamental que as empresas locais, entidades participadas e controladas pelo Município, sigam também elas o objetivo enunciado adotando para o efeito uma atitude positiva, o que pressupõe que se organizem para um novo modelo de gestão Municipal que deverá funcionar numa verdadeira lógica de grupo (como se de uma única entidade se tratasse), mais consentânea com as reais possibilidades do município.

Considerando o exposto, avaliados os dados da execução orçamental à data de 31 de dezembro de 2015 conclui-se que o município da Maia cumpriu o limite de despesas com pessoal, tendo utilizado 89,6% do limite disponível, posicionando-se em 31,4% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, como se comprova no Quadro 32.

Quadro 32

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL	
ANO 2015	
CÂMARA MUNICIPAL (1)	18.627.335
SMAS (2)	3.072.352
Total Despesas com pessoal (3)=(1)+(2)	21.699.688
Variação 2014/2015	-128.020
 Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios incorporando SMAS (4)	 69.192.073
Limite Legal (5)=(4)*35%	24.217.225
Margem Absoluta (6)=(5)-(3)	2.517.538
Taxa de utilização do limite (7)=(3)/(5)	89,6%
Posicionamento face aos limites (8)=(3)/(4)	31,4%

Un: Euros

(*) despesa paga e inclui aquisição de serviços a particulares

ESTRUTURA ORGÂNICA

Face à importância da rubrica despesas com *pessoal*, conclui-se a apreciação deste agrupamento de despesa com a inserção do Quadro 33, ilustrativo da execução e do seu peso por capítulo orgânico no período em referência.

Quadro 33

DESPESAS COM PESSOAL									
2015									
	Despesa Faturada				Despesa Faturada Nova %	Despesa Paga	Taxa de Execução		
	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total			Desp Faturada	Desp Paga	
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)			(d)/(a)	(e)/(d)	
Classes Inativas	25.000	0	18.643	18.643	0,1%	18.643	74,6%	100,0%	
Órgãos de Autarquia	2.348.043	0	2.280.129	2.280.129	12,3%	2.278.680	97,1%	99,9%	
Assembleia Municipal	4.1000	359	32.566	32.925	0,2%	32.407	80,3%	98,4%	
Deptº Administração Geral e Suporte á Atividade	2.294.895	0	2.163.102	2.163.102	11,7%	2.163.102	94,3%	100,0%	
Deptº de Construção e Manutenção	2.559.563	0	2.535.634	2.535.634	13,7%	2.535.634	99,1%	100,0%	
Deptº Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	2.788.574	0	2.660.253	2.660.253	14,3%	2.660.253	95,4%	100,0%	
Deptº Educação, Ação Social, Desporto e Cultura	8.740.567	0	8.143.651	8.143.651	43,9%	8.143.651	93,2%	100,0%	
Sub Total (1)	18.797.641	359	17.833.976	17.834.336	96,2%	17.832.369	94,9%	100,0%	
Encargos com a saúde (2)	780.075	39.345	706.003	745.347	3,8%	703.608	95,5%	94,4%	
TOTAL (1) + (2)	19.577.716	39.704	18.539.979	18.579.683	100,0%	18.535.977	94,9%	99,8%	

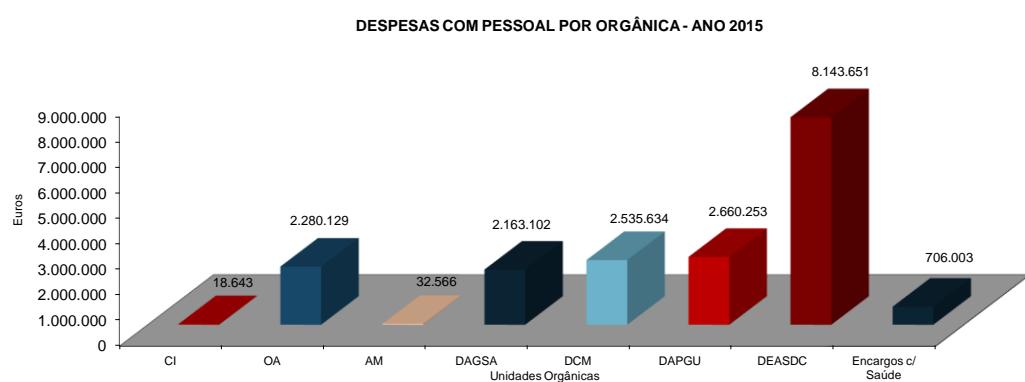
Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2015 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

No que respeita às despesas com *pessoal* na estrutura orgânica existente no Município sobressai a preponderância do Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura, com (43,9%), seguida do Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, com (14,3%) e do Departamento de Construção e Manutenção, com (13,7%).

Considerando o rigor das regras previsionais existentes, no âmbito da orçamentação das despesas com pessoal e o seu grau de previsibilidade elevado, anotam-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, assim como da despesa paga - cujos níveis de execução atingem os 100% praticamente em todas as orgânicas, exceto na dos Órgãos de Autarquia e da Assembleia Municipal.

Gráfico 20



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS

Para além das despesas com *pessoal* incluídas nas rubricas que integram a análise anterior, interessa também dar um especial destaque à componente relativa à *aquisição de serviços a particulares*, sendo que, por conta desta rubrica, são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas pelos contribuintes em nome individual - nomeadamente serviços de vistorias, limpeza, reparações, formação, deslocações e estadas, transportes e portagens.

Por imperativo legal, esta informação é enviada trimestralmente pelo Município para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) via SIIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.

Quadro 34

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS									TAXA VARIAÇÃO 2014 / 2015
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Despesa Paga									
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	275.370	153.366	133.021	53.507	39.348	23.632	42.359	91.358	15,7%
Un: Euros									

Da leitura do Quadro 34 retira-se que as despesas com a *aquisição de serviços a particulares* assumiram, no período em análise, o valor de 91.358 €, apresentando um acréscimo acentuado relativamente ao ano transato - justificado essencialmente pela aquisição de serviços no âmbito da realização do evento “Bienal de Arte Contemporânea da Maia”.

Saliente-se que, apesar da inversão de tendência de decrescimento das despesas com a *aquisição de serviços a particulares* que vinha sendo observada desde o ano de 2008, esta continua a situar-se em níveis sustentáveis, abaixo dos valores registados outrora.

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Este agrupamento contempla as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, admitindo nomeadamente as despesas relativas aos *encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, comunicações, publicidade, estudos pareceres e projetos, outros trabalhos especializados*, assim como as despesas com a aquisição de bens de consumo (*matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio*). Face à estrutura apresentada por este agrupamento, primeiro é realizada uma apreciação geral, para posteriormente proceder-se a uma avaliação mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Quadro 35

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS													
	2014			2015			Taxa de Execução	Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova		
	Despesa Faturada		Dotações Finais	Transitada	Despesa Faturada			(e)/(b)	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Tx Variação	
	Nova	(b)			(d)	(e)=(c)+(d)	(f)						
	(a)												
Aquisição de Bens	2.619.042	3.120.496		81.314	2.513.841	2.595.155	2.548.500	98,2%	83,2%	7,0%	6,2%	3,8%	-4,0%
Aquisição de Serviços	12.756.445	15.887.956		321.211	13.657.501	13.978.711	13.732.816	98,2%	88,0%	38,2%	33,5%	20,4%	7,1%
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	15.375.487	19.008.452		402.525	16.171.341	16.573.867	16.281.316	98,2%	87,2%	45,2%	39,6%	24,1%	5,2%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	34.899.004	39.849.818		519.693	35.769.308	36.289.001	35.877.115	98,9%	91,1%	100,0%	87,6%	53,4%	2,5%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	39.685.384	45.480.983		519.893	40.824.483	41.344.376	40.932.490	99,0%	90,9%	100,0%	60,9%		2,9%
TOTAL GERAL DESPESAS	59.370.963	81.271.900		571.575	66.986.520	67.558.095	67.135.282	99,4%	83,1%		100,0%		12,8%

Un.Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2015, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

No ano de 2015, a nova despesa faturada em matéria de *aquisição de bens e serviços* perfez um total de 16.171.341 €, evidenciando um acréscimo de (+) 5,2%, em relação ao exercício anterior, no montante de (+) 795.856 €; a este montante correspondeu uma taxa de execução da despesa realizada de 87,2% e de pagamentos de 98,2%.

O acréscimo ocorrido neste agrupamento de despesa, não obstante a política de contenção na realização da despesa municipal adotada pela autarquia, resulta exclusivamente do aumento verificado na componente da *aquisição de serviços* de (+) 7,1%; este aumento contribui, pela sua materialidade, de forma decisiva para a performance global da rubrica, com uma variação de (+) 901.056 € que mais do que compensa a variação em sentido contrário da rubrica de *aquisição de bens*, que diminui (-) 105.201 € correspondente a (-) 4%.

Em termos de rácios, a *aquisição de bens e serviços* representa 45,2% das despesas de funcionamento e 39,6% do total das despesas correntes, assumindo a rubrica dos serviços no contexto global desta tipologia de despesa a maior preponderância ao exibir um peso de 38,2%, no total das despesas de funcionamento, em contraposição com o peso da rubrica de *bens* que apenas se situou em 7%.

Proceder-se-á de seguida a uma apreciação detalhada dos dois agregados económicos, *bens e serviços*, constatando-se um comportamento diferenciado destas componentes que já foi referenciado e que é bem visível nos quadros seguintes.

AQUISIÇÃO DE BENS

Quadro 36

	AQUISIÇÃO DE BENS													
	2014		2015		Despesa Paga	Variação	Tx de Cresc.	% no Total Aq Bens	Tx Execução					
	Despesa Faturada		Despesa Faturada											
	Nova	Transitada	Nova	Total										
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)					
Aquisição de Bens														
Materias primas e subsidiárias	278.520	51.106	218.189	269.295	263.738	-60.331	-21,7%	8,7%	97,9%					
Combustíveis e lubrificantes	281.640	2.993	258.831	261.824	253.721	-22.810	-8,1%	10,3%	96,9%					
Munições, explosivos e artifícios	0	0	540	540	540	540	0,0%	100,0%						
Limpeza e higiene	47.530	2.325	42.19	44.444	39.587	-5.411	-11,4%	17%	89,1%					
Alimentação - refeições confeccionadas	1490.555	0	1355.727	1355.727	1355.727	-134.829	-9,0%	53,9%	100,0%					
Alimentação - géneros para confeccionar	3.310	0	4.234	4.234	4.234	925	27,9%	0,2%	100,0%					
Vestuário e artigos pessoais	40.103	0	36.124	36.124	30.446	-3.979	-9,9%	14%	84,3%					
Material de escritório	31.063	1328	43.841	45.169	43.666	12.779	41,1%	17%	96,7%					
Produtos químicos e farmacêuticos	21.993	5.995	27.666	33.661	33.661	5.673	25,8%	1,1%	100,0%					
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0	0,0%							
Material de consumo clínico	2.248	0	650	650	650	-1598	-71,1%	0,0%	100,0%					
Material de transporte	26.231	3.488	28.531	32.019	30.506	2.300	8,8%	1,1%	95,3%					
Material de consumo hoteleiro	4.782	0	14.116	14.116	14.116	9.334	195,2%	0,6%	100,0%					
Outro material peças	16.077	370	30.879	31.250	29.454	14.802	92,1%	12%	94,3%					
Prémios condecorações e ofertas	107.540	133	118.348	118.480	118.355	10.808	10,0%	4,7%	96,1%					
Mercadorias para venda	0	0	0	0	0	0	0,0%							
Ferramentas e utensílios	12.163	424	14.283	14.707	13.652	2.120	17,4%	0,6%	92,8%					
Livros e documentação técnica	216	60	389	449	225	173	80,1%	0,0%	50,1%					
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	0	0	0	0,0%							
Material de educação cultura e recreio	88.205	3.052	93.416	96.468	90.241	5.212	5,9%	3,7%	93,5%					
Outros bens	166.866	10.040	225.958	235.998	230.482	59.092	35,4%	9,0%	97,7%					
Total Aquisição de Bens	2.619.042	81.314	2.513.841	2.595.155	2.548.500	-105.201	-4,0%	100,0%	98,2%					

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2015 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Neste exercício económico o valor da nova despesa faturada com a *aquisição de bens* importou em 2.513.841 € e a despesa paga totalizou 2.548.500 €, revelando um decréscimo da nova despesa faturada de (-) 4%, sendo de assinalar o excelente nível de execução de pagamentos de 98,2%.

A diminuição constatada na nova despesa faturada com a *aquisição de bens*, no montante de (-) 105.201 €, resulta fundamentalmente da diminuição da rubrica de *alimentação - refeições confeccionadas*, que induz o resultado final para uma variação negativa, ao apresentar um decréscimo de (-) 134.829 €; esta variação refere-se sobretudo ao fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho da Maia, sendo que a sua variação não decorre de uma diminuição do fornecimento de refeições, mas sim de desfasamento temporal no registo da faturaçāo desta natureza, no que se reporta ao ano de 2014 que ainda abrangeu praticamente uma mensalidade do final de 2013.

A contribuir também para o cenário de decréscimo deste agrupamento de despesa, temos a diminuição registada nas rubricas de *matérias-primas e subsidiárias* com um decréscimo de (-) 60.331 €, os *combustíveis e lubrificantes* com uma diminuição de (-) 22.810 €, seguindo-se de outras rubricas com variações mais residuais – como *limpeza e higiene, vestuário e artigos pessoais e material de consumo clínico* – que, conjuntamente, contribuíram com (-) 10.988 €, originando que o acréscimo patenteado nos demais grupos de despesa tenha sido inteiramente absorvido por estas variações.

Não comprometendo a tendência decrescente deste agregado económico, destacam-se os acréscimos das rubricas de *outros bens, outro material – peças, material de escritório, prémios, condecorações e ofertas e material de consumo hoteleiro*, que no seu conjunto perfazem o montante de (+) 106.815 €.

Em termos de nova despesa faturada, verifica-se que as rubricas com maior peso no total da aquisição de bens são:

- *Alimentação - Refeições Confeccionadas*, com um peso de 53,9%, assumindo o valor de 1.355.727 €;
- *Combustíveis e Lubrificantes*, com o valor de 258.831 € e um peso de 10,3%;
- *Outros Bens*, que em termos absolutos atingiu o montante de 225.958 €, revelando um peso de 9%.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA

Quadro 37

	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA									
	2014		2015			Despesa Paga	Variação	Taxa de Cresc.	%Total Aq Serviços	Tx Execução
	Despesa Faturada Nova	Transitada	Despesa Faturada Nova	Total	(d)=(b)+(c)					
(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)		
Aquisição de Serviços										
Encargos de instalações	2.451.882	147.705	2.816.982	2.964.686	2.830.945	365.099	14,9%	20,6%	95,5%	
Limpeza e higiene	97.680	645	118.175	118.821	118.821	20.496	21,0%	0,9%	100,0%	
Conservação de bens	303.968	33.104	396.809	429.913	400.962	92.841	30,5%	2,9%	93,3%	
Locação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
Locação de outros bens	486.979	0	442.766	442.766	431.758	-44.213	-9,1%	3,2%	97,5%	
Comunicações	263.987	0	239.906	239.906	239.906	-24.082	-9,1%	1,8%	100,0%	
Transportes	412.925	22.578	361.693	384.272	381.971	-5.1231	-12,4%	2,6%	99,4%	
Representação dos serviços	17.800	1.046	23.548	24.593	21.495	5.748	32,3%	0,2%	87,4%	
Seguros	100.633	0	101.494	101.494	101.494	861	0,9%	0,7%	100,0%	
Deslocações e estadas	19.456	785	30.066	30.852	29.142	10.610	54,5%	0,2%	94,5%	
Estudos, pareceres, projectos	249.249	3.328	311.064	314.392	306.965	61815	24,8%	2,3%	97,6%	
Formação	31.102	14.045	17.084	31.129	31.129	-14.019	-45,1%	0,1%	100,0%	
Seminários, exposições e similares	32.409	849	16.305	17.154	16.992	-16.104	-49,7%	0,1%	99,1%	
Publicidade	141.372	2.514	128.354	130.868	129.907	-13.119	-9,2%	0,9%	99,3%	
Vigilância e segurança	59.1657	0	696.837	696.837	696.751	105.180	17,8%	5,1%	100,0%	
Assistência técnica	525.446	44.993	567.003	611.996	604.251	41.556	7,9%	4,2%	98,7%	
Outros trabalhos especializados	3.168.645	45.782	3.387.224	3.433.006	3.413.649	213.579	6,9%	24,8%	99,4%	
Serviços de saúde	24.185	0	26.350	26.350	26.350	2.165	9,0%	0,2%	100,0%	
Outros serviços especializados	0	0	0	0	0	0	0	0,0%		
Encargos de cobrança de receitas	679.915	0	734.248	734.248	734.248	54.333	8,0%	5,4%	100,0%	
Iluminação pública	2.674.340	384	2.795.942	2.796.327	2.795.933	121.602	4,5%	20,5%	100,0%	
Outros serviços	482.813	3.452	445.651	449.103	420.149	-37.162	-7,7%	3,3%	93,6%	
Total Aquisição Serviços	12.756.445	321.211	13.657.501	13.978.711	13.732.816	901.056	7,1%	100,0%	98,2%	

UnEuros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2015 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Com comportamento inverso, a nova despesa faturada com *aquisição de serviços* ao totalizar 13.657.501 €, apresenta no exercício de 2015 um acréscimo de (+) 7,1%, (+) 901.056 €, não obstante a diminuição evidenciada em algumas das suas componentes, tendo sido acompanhada por um volume de despesa paga de 13.732.816 €, o que demonstra o elevado nível de execução de pagamentos de 98,2%.

Subacente ao aumento constatado nesta rubrica, não obstante a política de contenção na realização da despesa municipal adotada pela autarquia, releva-se a influência exercida pelas variações ocorridas nas rubricas de *encargos de instalações*, com um aumento de (+) 365.099 €, seguida dos *outros trabalhos especializados*, com uma variação de (+) 218.579 €, da *iluminação pública*, com um acréscimo de (+) 121.602 € e da *vigilância e segurança*, com (+) 105.180 €.

Relativamente ao incremento assinalado na faturaçāo dos *encargos de instalações*, encontra-se essencialmente justificado pelo aumento dos custos com o consumo de eletricidade e água. No caso da eletricidade neste ano de 2015, verificou-se o aumento da própria tarifa, que se consubstanciou em (+) 3,3%. No que diz respeito a encargos com o consumo de água, para além do aumento do custo da tarifa, constatou-se que a partir de 2015, foram repostas taxas praticadas pelo Serviços Municipalizados na faturaçāo da água que estiveram suspensas enquanto vigorou o Programa de Assistência Internacional, o que se refletiu no incremento verificado na faturaçāo emitida desde março de 2015.

Quanto aos *outros trabalhos especializados*, enquanto o acréscimo no ano de 2014, foi influenciado pela organização do evento “MCED – Maia Cidade Europeia do Desporto”, neste ano de 2015, foi determinado pela realização do evento “Bienal de Arte Contemporânea da Maia”, onde se enquadram várias realizações de âmbito cultural, exposições e outros programas diversos.

Outro dos fatores que contribuíram para a variação ocorrida na referida rubrica, foi a aquisição de serviços prestados no seguimento do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Município da Maia e a “Fundação do Conservatório de Música da Maia”, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical, para o Concelho da Maia.

Já no que toca ao incremento assinalado na faturaçāo da *iluminação pública*, a variação ocorrida, decorre do aumento do custo da própria tarifa, apesar do esforço que tem sido realizado pelos serviços municipais, no sentido da redução dos consumos desta natureza.

Relativamente ao aumento constatado na rubrica de *vigilância e segurança*, este ocorreu devido a um reforço da vigilância e segurança no Fórum da Maia.

A contribuírem de forma menos significativa, face ao montante total de nova faturaçāo de *aquisição de serviços*, surgem as rubricas de *conservação de bens, estudos, pareceres e projetos, encargos de cobrança de receitas, assistência técnica, limpeza e higiene e deslocações e estadas*, que no seu conjunto apresentam uma variação positiva de (+) 281.651 €.

Com tendência inversa, e a atenuar o impacto do crescimento das rubricas mencionadas anteriormente, sobressai o decréscimo da faturaçāo dos itens, *transportes* (-) 12,4%, *locação de outros bens* (-) 9,1%, *outros serviços* (-) 7,7%, *comunicações* (-) 9,1%, que no seu conjunto, conferem uma diminuição de (-) 156.688 € nos níveis de despesa.

A nível da sua representatividade na despesa, mantém-se a tendência de anos anteriores, sendo as rubricas com os valores faturados entre os 2,7M€ e 3,3M€ que assumem o maior peso no total da aquisição de serviços, designadamente os *outros trabalhos especializados*, com 24,8%, os *encargos de instalações*, com 20,6%, e a *iluminação pública*, com 20,5%, respetivamente.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA

Quadro 38

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA									
	2015					Taxa de Execução			
	Despesa Faturada				%	Desp Paga		Desp Faturada	Desp Paga
	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total		(e)	(e)/Total(e)		
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(c)/Total(c)	(e)	(e)/Total(e)	(d)/(a)	(e)/(d)
Orgãos de Autarquia	6.627.256	79.617	5.970.812	6.050.429	43,7%	5.991.345	43,6%	91,3%	99,0%
Assembleia Municipal	25.700	0	6.774	6.774	0,0%	6.774	0,0%	26,4%	100,0%
Dept. ^º Administração Geral e Suporte à Atividade	282.090	24.955	199.238	224.193	1,5%	211.276	1,5%	79,5%	94,2%
Dept. ^º Construção e Manutenção	1.383.491	53.311	1.062.757	1.116.068	7,8%	1.075.657	7,8%	80,7%	96,4%
Dept. ^º Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana	3.306.835	25.721	2.974.193	2.999.915	21,8%	2.989.474	21,8%	90,7%	99,7%
Dept. ^º Educação, Ação Social, Desporto e Cultura	4.262.584	137.606	3.443.727	3.581.333	25,2%	3.458.291	25,2%	84,0%	96,6%
TOTAL	15.887.956	321.211	13.657.501	13.978.711	100,0%	13.732.816	100,0%	88,0%	98,2%

Un.Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2015 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Quanto à redistribuição da aquisição de serviços por unidade orgânica, verifica-se que, em termos de nova despesa faturada, são os Órgãos de Autarquia que efetivam o maior volume desta tipologia de despesa, ao absorverem 43,7% do total da rubrica, sucedendo-se o Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura e o Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, com um peso de 25,2% e 21,8% respetivamente.

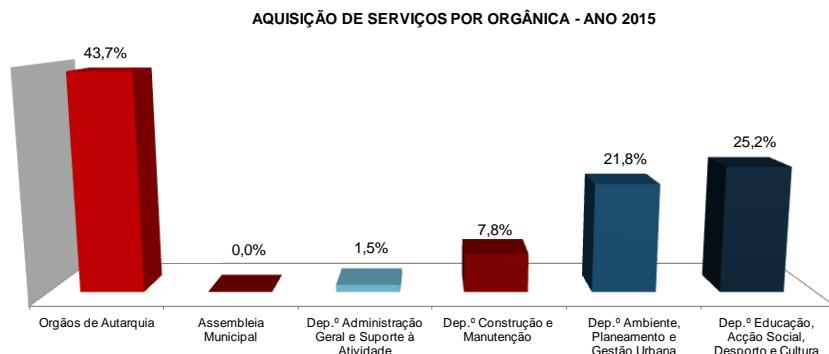
Importa todavia assinalar que a preponderância da aquisição de serviços afetos aos Órgãos de Autarquia está fundamentalmente associada ao facto de incorporar uma parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas do município, nomeadamente encargos de instalações, vigilância, segurança, assistência técnica e iluminação pública.

Acresce ainda a referência de que mais de metade do valor da aquisição de serviços acometida ao Departamento do Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana (2.974.193 €), se refere a despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos cobrados pela LIPOR (1.682.270 €), que em abono da verdade dada a sua natureza, enquadram-se na atividade da Empresa Municipal Maiambiente, fruto do seu objeto social.

Quanto às taxas de execução das despesas realizadas e pagas, são visíveis os elevados níveis de execução nas diferentes unidades orgânicas, que rondam globalmente os 88% e 98%.

De forma a visualizar melhor o anteriormente exposto, apresenta-se o Gráfico 21 que retrata a distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas.

Gráfico 21



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro interventionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica, responsável em 2015 por 7% do total da nova despesa realizada, sendo o sistema de atribuição destes apoios matéria de enquadramento normativo interno, através de legislação própria de base e de criação de procedimentos de verificação e controlo, de forma a garantir mais justiça, equidade e rigor aos subsídios e transferências que são atribuídos.

Numa ótica financeira, as transferências efetuadas pelos Municípios, estão divididas segundo o classificador económico em três agrupamentos, como sejam:

- Transferências Correntes
- Subsídios
- Transferências de Capital

Ilustra-se no quadro seguinte a distribuição das transferências correntes e subsídios atribuídos pela Autarquia.

Quadro 39

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS																
	2014				2015				Desp Paga	Peso na nova Desp Faturada	Taxa Variação %	Taxa de Execução				
	Despesa Faturada				Despesa Faturada											
	Transitada	Nova	Total	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	(h)								
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)+(f)	(h)	(f)/Total(f)	[(f)-(b)]/(b)	(h)/(g)	(g)/(d)				
Transferências Correntes																
Administração Local																
Freguesias	0	911.776	911.776	730.792	0	730.653	730.653	730.653	15,3%	-19,9%	100,0%	100,0%				
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	100	0	0	0	0	0,0%			0,0%				
Associações de Municípios	0	0	0	846	0	0	0	0	0,0%			0,0%				
Assembleia Distritais	0	0	0	6.800	0	0	0	0	0,0%			0,0%				
Outras	0	61.493	61.493	61.500	0	61.493	61.493	61.493	1,3%	0,0%	100,0%	100,0%				
Instituições sem Fins Lucrativos	4.865	1.595.722	1.600.587	1.996.143	0	1.852.489	1.852.489	1.852.489	38,8%	16,1%	100,0%	92,8%				
Famílias	0	327.367	327.367	524.557	200	365.995	366.195	366.195	7,7%	11,8%	100,0%	69,8%				
Subtotal	4.865	2.896.358	2.901.222	3.320.738	200	3.010.630	3.010.830	3.010.830	63,1%	3,9%	100,0%	90,7%				
Subsídios																
Soc. e quase sociedades não financeiras																
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	0	166.539	166.539	1.940.847	0	1.760.719	1.760.719	1.760.719	36,9%	957,2%	100,0%	90,7%				
Subtotal	0	166.539	166.539	1.940.847	0	1.760.719	1.760.719	1.760.719	36,9%	957,2%	100,0%	90,7%				
TOTAL	4.865	3.062.897	3.067.761	5.261.584	200	4.771.349	4.771.549	4.771.549	100,0%	55,8%	100,0%	90,7%				

Un:Euros
(a) e (e) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e 2015 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Os montantes dos apoios concedidos pela autarquia durante o exercício de 2015 ascenderam a 4.771.349 €, representando um acréscimo de (+) 55,8% face ao exercício anterior, repartido entre um aumento na área das *transferências correntes* – (+) 3,9%, que em termos absolutos se traduziu numa variação de (+) 114.272 €, e um aumento muito acentuado na rubrica dos *subsídios* atribuídos às empresas públicas municipais - (+) 957,2%, que perfaz (+) 1.594.180 €.

No domínio da execução é de realçar as taxas de execução apuradas ao nível da despesa paga das suas duas componentes, *transferências* e *subsídios*, que atingem os 100%.

Em relação à evolução dos *subsídios* que crescem mais de 1,7 milhões de euros, releva-se a atribuição do subsídio à Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., no âmbito do contrato programa para reabilitação de empreendimentos habitacionais propriedade do Município, no montante de 1.577.883 €, bem como a transferência realizada para a Academia das Artes da Maia – Produções Culturais E.M. no âmbito do processo de dissolução da empresa, no valor de 125.447 €, com vista à liquidação das dívidas a credores e pagamento das indemnizações compensatórias aos trabalhadores, por rescisão dos contratos de trabalho, a que acresce a transferência financeira no montante de 57.389 € para a Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., para a reposição do equilíbrio de contas de 2013, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto.

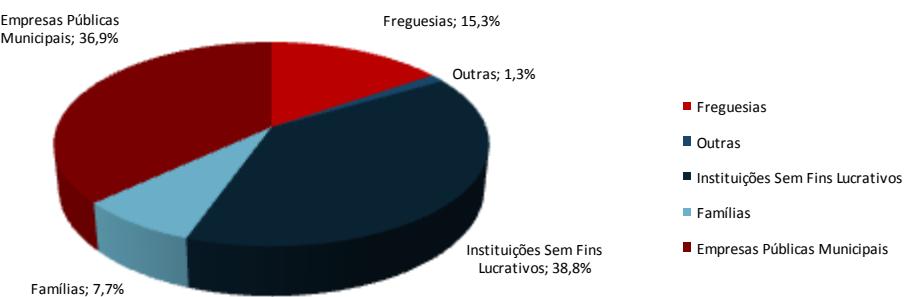
Quanto ao aumento de (+) 114.272 € apurado na componente de *transferências correntes*, é principalmente atribuível ao acréscimo constatado na rubrica das *Instituições Sem Fins Lucrativos* de (+) 256.767 €, que se prende com os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, sociais, culturais, educacionais; segue-se depois o aumento registado na rubrica das *famílias* (+) 38.628 €: tal como aconteceu nos dois anos anteriores, em 2015 foram concedidos apoios financeiros, excepcionais e temporários, a agregados familiares carenciados residentes na área do respetivo Município e em situação de emergência social grave, nomeadamente no âmbito da habitação, da carência alimentar e de cuidados

de saúde, não obstante se ter registado uma diminuição de (-) 181.123 € nas *transferências correntes para as Freguesias*.

No cômputo geral deste agregado económico o maior peso centra-se nos apoios concedidos às *Instituições Sem Fins Lucrativos* (38,8% e um montante de 1.852.489 €), seguindo-se os *subsídios concedidos às Empresas Públicas Municipais* (1.760.719 €, com um peso de 36,9%), depois as verbas transferidas para as *Juntas de Freguesia* (que atingem 730.653 €, representando 15,3%) e, por último, as transferências para as *famílias* que, ao totalizarem 365.995 €, assumem cerca de 8% do total deste agregado.

Gráfico 22

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - ANO 2015



Finaliza-se a apreciação desta matéria com a apresentação do Quadro 40, que ilustra a distribuição das *transferências correntes e subsídios* atribuídos.

Quadro 40

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÉNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	
Ano 2015	
TRANSFERÉNCIAS CORRENTES	3.010.830
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS	
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	730.653
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS	
Comparticipação do Município com vista ao funcionamento ordinário da Área Metropolitana do Porto- quota de 2015	61493
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos	1146.632
Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música e Ranchos / Associações de Moradores / Fábricas da Igreja Paroquial	232.285
Associações Humanitárias dos Bombeiros	200.000
Educação - Agrupamentos de Escolas	176.273
Associações de Carácter Social	12.611
Subsídio atribuído no âmbito do Programa Recriar - Centro de Apoio à Comunidade, através da Santa Casa da Misericórdia da Maia, para garantir a emergência alimentar e a distribuição de cabazes alimentares aos agregados socialmente mais vulneráveis e subsídios atribuídos para apoio à contratação de alguns contratos de emprego de inserção.	82.533
Subsídio concedido para a época desportiva 2014/2015, aprovado na reunião de 9/12/2014	2.154
FAMÍLIAS	
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social a agregados familiares carenciados, residentes na área do respetivo concelho.	183.034
Valor pago aos MCEI (pessoal requisitado ao centro de emprego), para exercer funções no Departamento de construção e manutenção, no Forum da Maia e nas Escolas do Concelho.	179.611
Renovação da atribuição do subsídio a um munícipe portador de deficiência intelectual - a exercer funções no horto municipal.	2.400
Subsídio a título Excepcional, à atleta de competição de Kung-Fu/Wushu, como comparticipação nos custos com a realização do estágio na universidade de desporto de Shangai, na China.	1.150
SUBSÍDIOS	1.760.719
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. - Transferência no âmbito do Contrato-Programa com a Espaço Municipal, no âmbito da realização de reabilitações de empreendimentos habitacionais propriedade do Município.	1577.883
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais E.M. - Transferência financeira com a finalidade de liquidar as dívidas a credores, e muito em particular liquidar as indemnizações compensatórias aos trabalhadores, cujos contratos de trabalho serão objeto de rescisão por caducidade, decorrente da dissolução da empresa.	125.447
Município- Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação S.A. - Transferência financeira para a reposição do equilíbrio de contas 2013 da Município, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto.	57.389
TOTAL	4.771.549

Un: Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

Numa economia altamente competitiva como a que existe atualmente, o investimento reveste um carácter de importância extrema, não só como impulsionador da economia local mas também como meio de oferecer condições para o município estar preparado para os desafios e mudanças futuras. O investimento local tem como missão não só aumentar a coesão social mas também criar condições para atrair o investimento privado apoiando não só o setor empresarial local mas essencialmente dotando o município de um conjunto de infraestruturas que possibilitam esse investimento.

O Investimento Global do Município é composto por três grandesas o Investimento Direto, que reflete a aquisição de bens de capital, as Transferências de Capital, que engloba o montantes atribuídos a entidades publica e/privadas com vista a aquisição de bens de capital, e os Ativos Financeiros.

A análise seguinte debruçar-se-á sobre a evolução e composição destas componentes evidenciando detalhadamente as áreas intervencionadas que contribuíram para os montantes de investimento obtido, efetuando sempre que necessário uma comparação com anos transatos.

Para avaliar a evolução do Investimento Global bem como da sua composição apresenta-se o Quadro 41, o qual permite aferir o peso de cada uma das componentes no total de faturação registada.

Quadro 41

	INVESTIMENTO GLOBAL											
	2012		2013		2014		2015		% Investimento global	% despesas capital	% despesas total	Taxa de variação %
	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova				
Aquisição de bens de capital	1.007.128	4.469.346	21.008	7.015.694	121.987	10.786.405	51.682	19.434.928	89,8%	74,3%	29,0%	80,2%
Transferências de capital	1.341.156	1.684.061	0	1.943.049	0	1.530.077	0	1.687.720	7,8%	6,5%	2,5%	10,3%
Ativos financeiros	0	0	0	9.650	0	20.975		526.946	2,4%	2,0%	0,8%	2412,3%
Total	2.348.284	6.153.407	21.008	8.968.393	121.987	12.337.457	51.682	21.649.594	100,0%	82,8%	32,3%	75,5%
Faturada Total	8.501.691			8.989.401		12.459.444		21.701.275				
Un.:Euros												
									Despesas de Capital (fat. nova)	26.162.037	100,0%	39,1%
									Despesas Totais (fat. nova)	66.986.520		100,0%

Note: Faturada Transitada actualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2012, 2013, 2014 e 2015, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

O Investimento Global em 2015 totalizou um valor de 21.649.594 €, refletindo um aumento de (+) 75,5% face ao ano transato, essencialmente derivado da variação observada ao nível de aquisição de bens de capital, acentuando assim a tendência de crescimento registada neste agregado no último triénio.

Este aumento é resultante principalmente do investimento efetuado com a aquisição dos ativos imobiliários lotes 1 e 4, integrados no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia), no valor de 9.243.582 €, pese embora os investimentos efetuados no âmbito de dois projetos financiados denominados “Ações Complementares à Área de Acolhimento Empresarial Maia I” e Centro de Alto Rendimento de Maia”, tenham também tido a sua relevância, conforme será demonstrado no desenvolvimento deste capítulo.

Apesar de todo o quadro legal que ainda permanece em matéria de limites ao endividamento verifica-se assim pelo quarto ano consecutivo um aumento dos valores do investimento, só possível devido a um controle rigoroso das despesas correntes.

Da análise do Quadro 41 conclui-se que, por força do aumento já mencionado em aquisição de bens de capital, as despesas de capital representaram 39,1% das despesas totais e o Investimento Global 32,3%.

As restantes rubricas do Investimento Global também registaram aumentos nos seus montantes, tendo as *Transferências de Capital* atingido um valor de 1.687.720 €, (+) 10,3% e os *Ativos Financeiros* 526.946 €, (+) 2412,3%

Procura-se através do Gráfico 23 e Gráfico 24 demonstrar a evolução das rubricas mencionadas nos últimos 4 anos, quer no investimento quer no total da despesa.

Gráfico 23



Gráfico 24



INVESTIMENTO DIRETO

Incluem-se nesta componente a aquisição de bens duráveis, como terrenos, edifícios, viaturas e equipamentos, bem como as modificações relevantes nesses mesmos bens que visem prolongar a sua longevidade.

O Quadro 42 discrimina por tipologia de bens os montantes investidos, as taxas de execução obtidas em matéria de faturação e pagamentos, efetuando-se uma comparação com 2014.

Quadro 42

	INVESTIMENTO DIRETO								Taxa de variação % (d)/(a)	
	2014		2015		% no Total PPI	Pago (e)	Taxa de Execução			
	Fat. Nova (a)	Dotações Finais (b)	Fat Transitada (c)	Fat. Nova (d)			[(c)-(d)]/(b)	(e)/[(c)-(d)]		
Terrenos e Recursos Naturais	0	5.404.310	0	2.400.895	12,4%	2.400.895	44,4%	100,0%		
Habitação	273.871	395.750	36.142	353.790	1,8%	389.931	98,5%	100,0%	29,2%	
Construção	273.871	390.000	36.142	353.790	1,8%	389.931	100,0%	100,0%	29,2%	
Aquisição	0	0	0	0	0,0%	0				
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0	0,0%	0				
Edifícios	3.092.592	10.291.150	2.338	8.867.145	45,6%	8.869.484	86,2%	100,0%	186,7%	
Instalações de serviços	142.693	280.700	0	16.218	0,1%	16.218	5,8%	100,0%	-88,6%	
Instalações desport. e recreat.	182.233	1.193.040	0	765.447	3,9%	765.447	64,2%	100,0%	320,0%	
Escolas	2.722.904	1.341.020	0	912.694	4,7%	912.694	68,1%	100,0%	-66,5%	
Outros	44.763	7.411.390	2.338	7.172.786	36,9%	7.175.125	96,8%	100,0%	15923,9%	
Construções Diversas	6.602.364	9.430.420	0	6.244.623	32,1%	6.244.623	66,2%	100,0%	-5,4%	
Dominio Privado	356.127	3.022.370	0	1.716.081	8,8%	1.716.081	56,8%	100,0%	381,9%	
Dominio. Público	6.246.237	6.408.050	0	4.528.542	23,3%	4.528.542	70,7%	100,0%	-27,5%	
Material de Transporte	184.550	393.000	0	377.764	1,9%	377.764	96,1%	100,0%	104,7%	
Maq. e Equipamento	388.958	1.168.400	11.227	610.937	3,1%	620.688	53,2%	99,8%	57,1%	
Equipamento Informático	74.990	333.700	0	161.346	0,8%	159.870	48,4%	99,1%	115,2%	
Software Informático	182.000	139.000	0	21.819	0,1%	21.819	15,7%	100,0%	-88,0%	
Equipamento Administrativo	15.598	9.650	800	1.884	0,0%	2.684	27,8%	100,0%	-87,9%	
Equipamento Básico	103.414	654.600	9.628	399.723	2,1%	409.351	62,5%	100,0%	286,5%	
Ferramentas e Utensílios	12.956	31.450	799	26.166	0,1%	26.964	85,7%	100,0%	102,0%	
Investimentos Incorporeos	1.336	79.250	0	3.061	0,0%	3.061	3,9%	100,0%	129,2%	
Outros Investimentos	164.521	758.920	1.975	406.797	2,1%	399.320	53,9%	97,7%	147,3%	
Outros	78.212	209.750	0	169.914	0,9%	169.914	81,0%	100,0%	117,2%	
Artigos e Objectos Valor	3.075	13.600	0	6.150	0,0%	6.150	45,2%	100,0%	100,0%	
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0				
Bens Patrimonio Histórico-Cultural	0	25.000	0	0	0,0%	0				
Outros Bens Dominio Público	75.137	171.150	0	163.764	0,8%	163.764	95,7%	100,0%	118,0%	
Total	10.786.404	28.130.950	51.682	19.434.928	100,0%	19.475.682	69,3%	99,9%	80,2%	

Un.:Euros

a)

Notas:
(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efecturam em 2014 e 2015, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores

O Investimento Direto que constitui a componente mais significativa do Investimento Global totalizou em 2015, 19.434.928 €, refletindo um significativo aumento de (+) 80,2% em matéria de nova despesa faturada.

Tal resultado advém do comportamento generalizado dos grandes agregados, que à exceção das *Construções Diversas* apresentam acréscimos acima de 29%. Destacam-se contudo as rubricas de *Edifícios* e *Terrenos e Recursos Naturais* que comportam as maiores variações, devendo-se essencialmente ao investimento efetuado com a aquisição dos já mencionados ativos imobiliários lotes 1 e 4, integrados no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia) no montante de 9.243.582 € repartido pelas rubricas *Terrenos e Recursos Naturais* 2.310.895 € e *Edifícios* (outros) 6.932.686 €. Ainda nos *edifícios*, realça-se o aumento de (+) 320%, na sub-rubrica *Instalações Desportivas*, por contrapartida de uma descida de (-) 66,5% e (-) 88,6% nas sub-rubricas *Escolas* e *Instalações de Serviços*.

No que se refere às *Construções Diversas* que constitui o segundo maior agregado no investimento direto, comportando 32,1%, apresentou uma redução de (-) 5,4%, muito por força da sua componente de

domínio público cuja diminuição atingiu (-) 1.717.695 € absorvendo o aumento registado na componente de domínio privado de (+) 1.359.954 €.

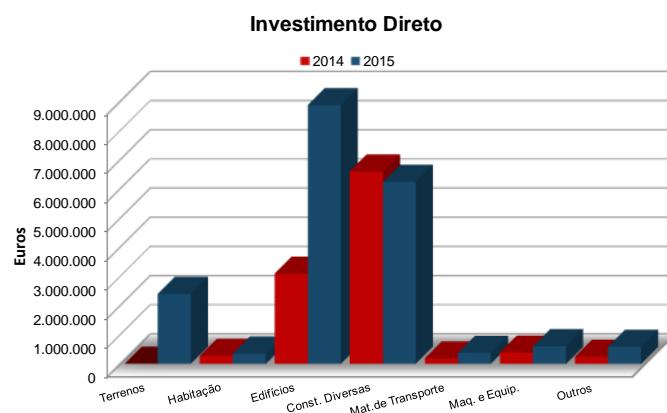
A rubrica *Maquinaria e Equipamento* cifrou-se nos 610.937 €, resultado de um incremento de (+) 57,1%, consequente de uma variação significativa em aquisição de *Equipamento Básico*.

Apesar das variações significativas observadas acima dos 100%, no seu conjunto as rubricas de *Material de Transporte* e de *Outros Investimentos* assumem uma representatividade de apenas 5% do Investimento Direto, compreendendo respetivamente 377.764 € e 406.797 € da despesa realizada.

A *Habitação* ao totalizar 353.790 €, refletiu um aumento de (+) 29,2%, todo ele imputável à sub-rubrica de *Construção*.

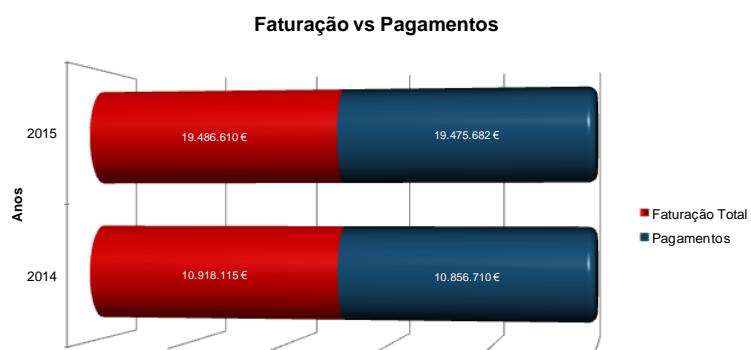
Na rubrica *Outros*, onde se inclui os investimentos não incluídos nas restantes rubricas, o investimento novo realizado fixou-se nos 169.914 €.

Gráfico 25



Em matéria de taxas de execução, verificou-se uma ligeira melhoria quer ao nível de faturação quer ao nível de pagamentos, sendo que nesta ultima a taxa ficou quase nos 100%. O Gráfico 26 demonstra que no último triénio os pagamentos estão ao nível da faturação total, o que releva a ação profícua do município no domínio da redução da dívida de curto prazo.

Gráfico 26



Para melhor compreensão e proveniência dos valores que contribuíram para a faturação nova verificada, em termos de *Investimento Direto*, apresenta-se de seguida uma análise das diversas rubricas que o compõem destacando-se dentro destas os projetos mais relevantes em termos de materialidade.

Terrenos e Recursos Naturais

Nesta rubrica para além do valor já mencionado de 2.310.895 €, investidos com a aquisição dos ativos imobiliários - lote 4 - integrados no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia), realça-se o montante de 80.000 €, realizados com a aquisição de dois prédios sitos no lugar de Sangemil, na freguesia de Águas Santas.

Habitação

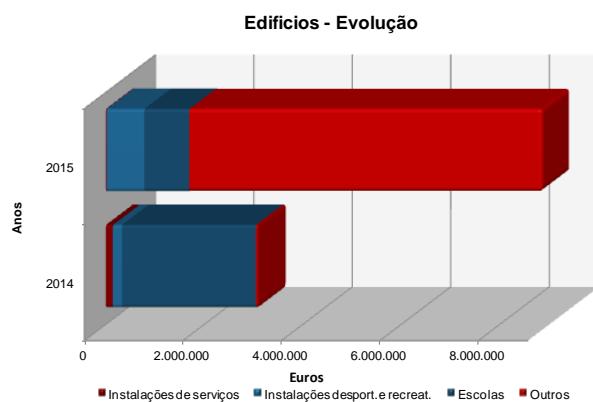
Com um incremento de (+) 29,2%, face a 2014, o montante de faturação nova registada totalizou 353.790 €, sendo referente a um único projeto, relativo à construção de habitação social com vista ao realojamento, no âmbito do alargamento da A4, no lugar da Granja, freguesia de Águas Santas – loteamento de iniciativa municipal e construção de 14 fogos de habitação, iniciado em 2013.

Edifícios

A rubrica *Edifícios* no ano de 2015 representou 45,6% do total do Investimento Direto em resultado de investimento realizado com a aquisição dos ativos imobiliários - lote 1 - integrados no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia). Dos 8.867.145 € de faturação nova registada nesta rubrica, 6.932.686 €, reportam-se a este investimento e encontram-se refletidos na sub-rubrica *Outros*, que totalizou 7.172.786 €, tendo sido o seu valor residual alocado aos seguintes projetos:

- Beneficiação do edifício municipal designado por Cantina Escolar "Ana da Fonte", em Gueifães, na freguesia da Cidade da Maia - 148.927 €;
- Conservação de edifícios municipais - 63.989 €;
- Intervenções de atualização tecnológica nos sistemas de domótica e do posto de transformação da Torre Lidor - 27.183 €.

Gráfico 27



Com um total de investimento realizado na ordem dos 765.447 €, a sub-rubrica *Instalações Desportivas e Recreativas* viu o seu investimento triplicar face a 2014. Dos projetos que contribuíram para este valor destacam-se os seguintes:

- Beneficiação do Complexo Municipal de Ténis, projeto financiado pelo FEDER no âmbito do QREN, denominado Centro de Alto Rendimento da Maia – 280.218 €;
- Conservação do Edifício Municipal atualmente ao serviço dos Ranchos Folclóricos de Moreira, na freguesia de Moreira – 234.865 €;
- Aquisição de edifícios de caráter sócio-cultural ou desportivos destinados a apoiar os empreendimentos levados ou a levar a efeito no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) – 179.308 €;
- Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Pedrouços, a levar a efeito no Complexo Desportivo de Pedrouços, incluindo a elaboração dos necessários projetos, na freguesia de Pedrouços – 44.132 €;
- Conservação de instalações desportivas - 26.923 €.

Em sentido contrário, verificou-se na sub-rubrica *Escolas* uma redução significativa de novo investimento efetuado em cerca de (-) 1.800.000 €, posicionando-se a nova faturação nos 912.694 €. Esta redução deve-se ao facto de em 2014 ter ocorrido a maioria da faturação relativa aos projetos da construção dos centros escolares de Mandim e Folgosa.

Dos projetos que contribuíram para o valor de 912.694 € relevam-se os seguintes:

- Construção do novo Centro Escolar de Mandim - EB1 e J.I. -, em Barca, na freguesia do Castêlo da Maia – 342.498 €;
- Construção do Centro Escolar de Folgosa - EB1 e J.I. -, Núcleo da Igreja, na freguesia de Folgosa - 218.928 €;
- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes - 205.189 €;

-
- Ampliação da cozinha/refeitório e reparação da cobertura da EB1/JI da Pícuia, freguesia de Águas Santas,
 - Substituição da cobertura do edifício EB1 de Parada freguesia de Águas Santas,
 - Substituição dos tetos de sala de aula e pequena reparação na EB1 Santa Cristina, freguesia de S. Pedro de Fins,
 - Substituição de cobertura de fibrocimento, isolamentos térmicos de paredes e pintura do espaço multiusos do edifício escolar EB1 do Paço, freguesia de Águas Santas,
 - Reabilitação de fachadas, pavimento e vinílico em sala de aula e películas refletoras em vidros, na escola EB1 dos Arcos, freguesia de S. Pedro de Fins.
 - Arranjos exteriores do recinto da escola EB1/JI de pedrouços, na freguesia de Pedrouços.
 - Conservação de edifícios municipais, sendo que a maioria do valor (75.218 €) reporta à substituição da cobertura do edifício EB1/JI da Cidade Jardim, freguesia Cidade da Maia- 78.978 €;
 - Conservação de edifícios escolares - 64.374 €.

A sub-rubrica *Instalações de Serviços* teve pouca expressividade em 2015, cifrando-se em 16.218 € de investimento novo realizado, sendo o mesmo referente a intervenções de beneficiação e conservação na Torre do Lidor.

Construções Diversas

Em *Construções Diversas* englobam-se os investimentos com construções, grandes reparações e/ou a renovação de obras, onde se incluem viadutos, arruamentos, estradas e pontes, parques de estacionamento, parques desportivos e instalações de saneamento e água bem como parques e jardins entre outros.

Estando nesta rubrica estruturas que visam a satisfação de necessidades básicas dos municípios, tradicionalmente possui um peso considerável no investimento global, contudo, por força do já citado investimento na Tecmaia o peso desta rubrica desceu para os 32,1% pese embora em termos absolutos ao totalizar 6.244.623 € tenha registado um decréscimo de apenas (-) 5,4%.

Gráfico 28



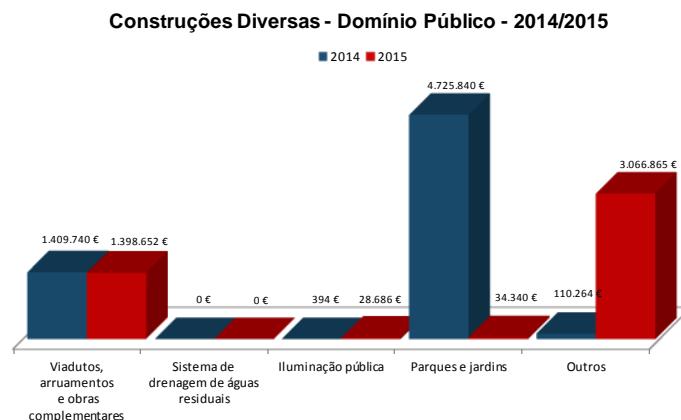
Esta rubrica é desagregada em construções do “domínio privado” e construções do “domínio público”, com maior prevalência desta ultima que representa 72,5% do total das construções diversas.

CONSTRUÇÕES DIVERSAS PARA INTEGRAR EM BENS DOMÍNIO PÚBLICO

O investimento novo alocado às *Construções Diversas*-domínio público em 2015 totalizou 4.528.542 €, traduzindo uma redução de (-) 27,5% face a 2014, justificado pelo facto de nesse ano ter ocorrido a faturação decorrente da construção do Parque Urbano de Avioso refletido na rubrica *parques e jardins*. Em 2015 grande parte do valor do investimento destinou-se ao projeto financiado pelo FEDER no âmbito do QREN, denominado “Ações Complementares á Área de Acolhimento Empresarial Maia I”, o qual englobava três empreitadas, sendo que duas delas integram a sub-rubrica *Outros*:

- Requalificação e valorização urbana das Zonas industriais da Maia – Zona Industrial Maia I e Porvene – 2.805.742 €;
- Integração paisagística das vias paralelas – 237.607 €.

Gráfico 29



A rubrica *Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares* manteve praticamente o valor de investimento realizado no ano transato, do qual se destacam os seguintes projetos:

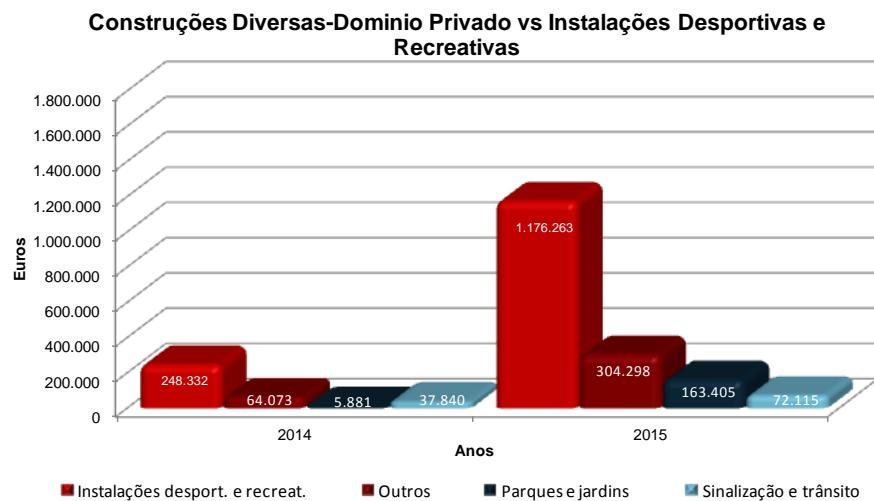
- Intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas – 638.910 €;
- Repavimentação e beneficiação de vias em várias zonas do concelho - 166.690 €;
- Beneficiação ou construção de passeios - 125.863 €;
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento – 94.193 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana – 93.226 €;
- Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação - 86.053 €;
- Plano Diretor de Águas Pluviais - Resolução de pontos críticos - 53.111€;
- Remoção de raizeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios - 43.667 €;
- Construção da ligação RVP-25 entre o designado Nó da "Nova Maia" (na A-41) e a Rua de Gonçalo Mendes da Maia, na freguesia de Nogueira e Silva Escura - 31.346 €;
- Retificação e repavimentação da Rua Central, na freguesia de Folgosa - 26.211 €.

Contrariamente ao verificado em 2014, o investimento realizado em *Parques e Jardins* foi diminuto refletindo um total de 34.340 de investimento novo, essencialmente destinado ajardinamento de espaços municipais 29.649 €.

A sub-rubrica *Iluminação Pública* que avocou 28.866 € reporta-se à construção ramais de ligação à rede elétrica, destacando-se aqui o valor de 21.447 € relativamente aos ramais de iluminação pública do Ecocaminho.

CONSTRUÇÕES DIVERSAS PARA INTEGRAR NO DOMÍNIO PRIVADO DA AUTARQUIA

Gráfico 30



O investimento afeto às construções associadas ao domínio privado foi maioritariamente destinado às instalações desportivas e recreativas conforme demonstra o Gráfico 30 ao absorver 1.176.263 € do total de 1.716.081 € da rubrica. Parte deste valor reporta-se ao projeto financiado pelo FEDER no âmbito do QREN-PO Norte, intitulado “Centro de alto rendimento da Maia” do qual duas das empreitadas integram esta rubrica.

- Reabilitação da Pista de Atletismo- Estádio Prof. Dr. José Vieira Carvalho - 460.403 €;
- Novo relvado sintético do campo de treinos, anexo ao Estádio Prof. Dr. José Vieira Carvalho, 126.587 €;

Ainda no âmbito destas instalações destacam-se os seguintes projetos:

- Arrelvamento em piso sintético do Campo de Treinos do Complexo Desportivo de Pedrouços 234.921 €;
- Arrelvamento em piso sintético do Estádio Municipal do Castêlo da Maia - Estádio do Dr. Costa Lima - 236.181 €;
- Conservação de instalações desportivas - 60.623 €;
- Construção do Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na freguesia de Vila Nova da Telha, incluindo a aquisição de terrenos, as terraplenagens, a construção da bancada e o seu aproveitamento interior, a construção do recinto de jogo, a construção e infraestruturação dos necessários projetos – 57.547 €.

A sub-rubrica *Outros* teve em 2015 um incremento significativo impulsionado pelos investimentos realizados no Aeródromo Vilar de Luz que atingiram 224.520 €. Para além deste investimento, o restante valor que totalizou 304.298 €, teve como finalidade os seguintes áreas:

- Parque Central da Cidade - Intervenções de beneficiação e de conservação - 37.495 €;

-
- Programa de eliminação de barreiras arquitetónicas – 26.588 €;
 - Conservação de edifícios municipais – 10.282 €.
 - Intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas – 5.432 €;

O investimento direcionado para a área de *Parques e Jardins*, que no ano passado foi meramente residual, alocou em 2015 um montante de 163.405 €, tendo resultado essencialmente de dois projetos:

- Construção do Parque da Ponte de Moreira, na freguesia de Moreira, projeto financiado pelo FEDER, no âmbito do QREN-PO Norte – 101.151 €;
- Ampliação e/ou beneficiação do "Parque Urbano de Moutidos", na freguesia de Águas Santas. 59.437 €.

Ao exibir um valor de nova faturada de 72.115 €, o investimento realizado na rubrica *Sinalização e Trânsito* destinou-se a:

- Semaforização de vias: aquisição, instalação e conservação de equipamentos semafóricos - 50.098 €;
- Colocação ou beneficiação de sinalização horizontal em arruamentos vários – 11.131 €;
- Aquisição e instalação de equipamentos de sinalização de presença de passadeiras de peões - 10.885 €.

Material de Transporte

O investimento realizado com aquisição de veículos leigos, pesados e demais viaturas bem como as despesas com grandes reparações ou transformações com vista a prolongar a vida útil normal prevista dos bens, em 2015 totalizaram 377.764 €. Isto representou um aumento de (+) 104,7% face a 2014 destacando-se os investimentos abaixo discriminados:

- Aquisição de minibus, para transporte de pessoas com mobilidade reduzida, adultos e crianças – 219.768 €;
- Aquisição de uma viatura todo o terreno para o Serviço Municipal de Proteção Civil - 65.805 €;
- Aquisição de empilhador para os armazéns gerais e oficinas municipais – 33.935 €;
- Aquisição de veículo para o executivo municipal - 48.000 €;
- Grandes reparações de viaturas. 10.345 €.

Maquinaria e Equipamento

Este agregado, que contempla investimentos efetuados em *hardware, software, equipamento básico, administrativo e ferramentas e utensílios* incluindo as grandes reparações encerrou o ano de 2015 com um total de faturação nova de 610.937 €, o que representa um aumento de (+) 57,1% face ao ano

transato. Esta variação foi impulsionada pelas variações positivas em *equipamento informático*, *equipamento básico* e *ferramentas e utensílios*, que suplantaram os decréscimos verificados em *software informático* e *equipamento administrativo*.

Através do Gráfico 31 efetua-se uma comparação entre o investimento realizado em 2014 e 2015, concluindo-se que a componente equipamento básico foi a mais relevante.

Gráfico 31



EQUIPAMENTO BÁSICO

No exercício de 2015 o investimento em equipamento básico quase que triplicou totalizando 399.723 €. Este aumento resulta da aquisição de equipamento diversos no âmbito do projeto de reabilitação da pista de atletismo do Estádio Prof. Dr. José Vieira de Carvalho que totalizou 210.751 €, que integra o projeto financiado já mencionado anteriormente na rubrica *Edifícios* e denominado “Centro de alto rendimento da Maia”. Para além do investimento em equipamento para instalações desportivas integram nesta componente equipamento para varias áreas tais como a educação, o desporto, a biblioteca, a sinalização e trânsito e outros serviços municipais. Neste âmbito descrimina-se em seguida as principais áreas intervencionadas:

- Construção do novo Centro Escolar de Mandim - EB1 e J.I. em Barca, na freguesia do Castêlo da Maia - 44.176 €;
- Construção do Centro Escolar de Folgosa - EB1 e J.I. -, Núcleo da Igreja, na freguesia de Folgosa - 39.133 €;
- Modernização dos equipamentos do Pavilhão Municipal de Ginástica - 34.440 €;
- Aquisição de veículos e máquinas especiais – 30.109 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 22.864 €;

EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

O equipamento informático agrega os programas informáticos “software” e o equipamento físico “hardware”. O investimento realizado nesta área totalizou 183.165 €, um valor inferior a 2014, pese embora o aumento verificado em termos de aquisição de “hardware” (+) 115,2%. Contudo a diminuição em 88% do investimento realizado em “software” suplantou em termos absolutos o aumento verificado na parte do “hardware”.

Os projetos ou ações para os quais se dirigiram os 161.346 € investidos em equipamento informático “hardware” foram os seguintes:

- Aquisição de Equipamento Informático - 89.704 €;
- Aquisição de computadores para o Centro Escolar de Mandim - EB1 e J.I. -, em Barca, na freguesia do Castelo da Maia - 23.513 €;
- Aquisição de computadores para o Centro Escolar de Folgosa - EB1 e J.I. -, Núcleo da Igreja, na freguesia de Folgosa - 21.161 €;
- Atualização e ampliação do Sistema de Gestão e Controlo de Assiduidade – 11.888 €,
- Aquisição de equipamento informático e remodelação de redes informáticas de espaços afetos à Juventude - 11.307 €;

Relativamente ao investimento direcionado para aquisição “software” este totalizou 21.818 €, destinado a aquisição de vários programas informáticos.

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO

A aquisição de equipamento administrativo foi praticamente inexistente tendo totalizado meramente 1.884 € de investimento novo.

FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS

O investimento efetuado com a aquisição de bens inseridos na rubrica *Ferramentas e Utensílios* usualmente tem pouca expressividade, contudo em 2015 o seu valor duplicou fixando-se nos 26.166 €. A maioria deste investimento destinou-se á aquisição de ferramentas e utensílios para o serviço municipal de metrologia 12.177 € e para a manutenção de jardins 12.452 €.

Investimentos incorpóreos

A realização do projeto de arquitetura e respetivas especialidades para os edifícios destinado às sedes sociais da Associação Cultural Rancho Infantil de Moreira e Grupo Regional de Moreira, representou a totalidade do investimento inserido neste rubrica no montante global de 3.061 €.

Outros investimentos

O investimento com a aquisição de 230 projetores equipados com tecnologia Led/laser para substituição dos existentes em escolas do 1^ºCEB da rede pública no valor de 149.230 €, contribuiu para o aumento observado nesta rubrica que totalizou 406.797 €. O restante investimento foi direcionado para as áreas abaixo descrimadas:

- Reformulação do Fórum da Maia - 32.933 €;
- Aquisição de equipamento para o Serviço de Topografia – 29.520 €;
- Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano diverso com destino aos jardins e parques municipais – 29.273 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 27.872 €;
- Conservação de edifícios escolares – 23.078 €;
- Intervenções de atualização tecnológica nos sistemas de domótica e do posto de transformação da Torre Lidor – 19.772 €;
- Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamento afins, com o objetivo de regular, de orientar e de disciplinar o trânsito e, bem assim, de informar – 14.215 €.
-

Outros

OUTROS BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO

Ao exibir um valor de 163.764 € o investimento inserido nesta rubrica reporta-se à semelhança do ano transato à empreitada com a rede de ciclovias urbanas – Ecocaminho - troço entre a via periférica e as vias paralelas numa extensão de 2,8 km, concluída em 2015. Este projeto está inserido no projeto financiado pelo Feder no Âmbito do QREN, denominado “Ações Complementares à área de Acolhimento Empresarial Maia I”

ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR

Com vista a ampliar o património cultural do município a despesa realizada com a aquisição de uma certidão autenticada do foral da Maia de 1823, no montante 6.150 €, reporta-se ao único investimento realizado nesta área.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de capital consistem em fluxos monetários não reembolsáveis, destinadas a financiar despesas de capital de várias entidades com vista à prossecução dos seus objetivos de reconhecido interesse para o bem-estar público. Nestas entidades englobam-se as freguesias, empresas municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos.

O Quadro 43 apresenta um comparativo desses fluxos monetários, efetuados durante o ano de 2015, relativamente a 2014, pelos seus diversos agregados de despesa:

Quadro 43

	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2014		2015		% Total Transf	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/(c)	Tx de Variação [(f)/(d)+(e)] %		
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)					
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	713.912	901.500	0	875.286	51,9%	875.286	97,1%	100,0%	22,6%
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	0	681.198	700.000	0	673.818	39,9%	673.818	96,3%	100,0%	-1,1%
Privadas	0	32.714	201.500	0	201.468	11,9%	201.468	100,0%	100,0%	515,8%
Administração Central	0	0	0	0	0					
Administração Local	0	175.688	289.000	0	128.492	7,6%	128.492	44,5%	100,0%	-26,9%
Freguesias	0	175.688	289.000	0	128.492	7,6%	128.492	44,5%	100,0%	-26,9%
Instituições sem fins Lucrativos	0	640.477	841.000	0	683.943	40,5%	683.943	81,3%	100,0%	6,8%
Famílias	0	0	5.000	0	0	0,0%	0	0,0%		
Resto do Mundo	0	0	0	0	0	0,0%	0			
Total	0	1.530.077	2.036.500	0	1.687.721	100,0%	1.687.721	82,9%	100,0%	10,3%
Faturada Total	1.530.077		1.687.721							

Un: Euros
Nota: Faturada Transitada utilizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2014 e 2015, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores.

As transferências de capital perfizeram em 2015 um valor de 1.687.721 €, o que representou um aumento de (+) 10,3% face ao ano anterior.

Pese embora as transferências para as *Instituições Sem Fins Lucrativos* com o valor de 683.943 € sejam o agregado mais significativo, foram as transferências efetuadas para a componente *Sociedades e Quase Sociedade Não Financeiras (privadas)*, que totalizaram 201.468 €, o elemento determinante para a variação observada.

Mantêm-se a ausência de *Transferências de Capital* para entidades da *Administração Central, Famílias e Resto do Mundo*.

No cômputo global das transferências realizadas, as destinadas às *Instituições Sem Fins Lucrativos* representaram em 2015 cerca de 40,5% e tiveram como finalidade:

- Apoio à construção de Lar para a Terceira Idade e Centro de Dia a ser levada a efeito pela Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" - 100.000 €;
- Apoio às obras de ampliação do Centro Social de Milheirós que estão a ser levadas a efeito, no lugar de Alvura, pela Santa Casa da Misericórdia da Maia - 100.000 €;
- Apoio às obras de beneficiação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, em Gueifães, na freguesia da Cidade da Maia – 68.579 €;
- Apoio à construção do Centro Social e Paroquial da Maia, a ser levada a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica – 66.987 €
- Apoio à construção de Lar para Terceira Idade, na freguesia de Milheirós, a ser levada a efeito pela Associação "Abrigo Nossa Senhora da Esperança". 50.000 €;
- Apoio à construção de instalações do Centro Equestre da Maia. 36.774 €;

-
- Apoio às obras de beneficiação do Pavilhão Desportivo do "Castêlo da Maia Ginásio Clube" - 30.468 €;
 - Apoios financeiros a conceder a diversas associações e coletividades do concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações. (Comparticipação de obras que serão levadas a cabo pelas respetivas associações) – 30.209 €
 - Comparticipação financeira nas despesas com a realização de obras no Centro Social Paroquial Santo António de Corim, creche jardim de infância – 30.000 €;
 - Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas - 25.000 €;
 - Apoio à construção do Centro Paroquial de Folgosa, a ser levada a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica, na freguesia de Folgosa – 25.000 €;
 - Apoio às obras de beneficiação do edifício sede do "Mocidade de Sangemil Atlético Clube" - 19.635 €;
 - Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos – 18.944 €;
 - Apoio a Instituições de Solidariedade Social em complemento a candidaturas apresentadas a Fundos Comunitários – 17.993 €;
 - Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Coletividades Desportivas - 16.222 €.

O valor de 201.468 € alocado às *Sociedades e Quase Sociedade Não Financeiras (privadas)* reporta-se a um único projeto respeitante ao contrato de concessão de benefício público outorgado entre o Município da Maia e a Associação Empresarial da Maia, tendo em vista a atribuição de uma comparticipação financeira para a empreitada de construção do edifício-sede daquela associação.

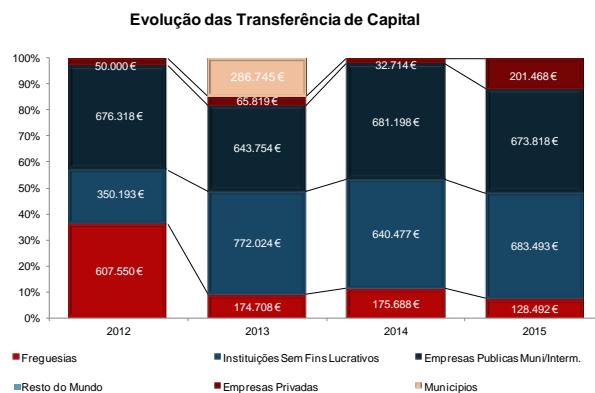
Em sentido inverso e a diluir o efeito do aumento das transferências para as *Sociedades e Quase Sociedade Não Financeiras (privadas)* observou-se uma diminuição em cerca de (-) 26,9% nas transferências para as *Freguesias*, fixando-se o seu valor em 2015, nos 128.492 € e que se reporta a dois projetos:

- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva junta de freguesia – 70.000 €;
- Atribuição de um subsidio á junta de freguesia do Castêlo da Maia, tendo em vista o apoio à aquisição do edifício sede e respetivas obras de adaptação, do Rancho Folclórico de Gemunde - 58.492 €.

A comparticipação para investimentos na LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, representou a totalidade das transferências realizadas na componente das *Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais e Privadas*, registou uma diminuição de (-) 1.1%, fixando-se o valor de faturação nova nos 673.818 €.

Para vislumbrar uma evolução temporal das transferências nos últimos 4 anos apresenta-se o Gráfico 32.

Gráfico 32



ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica de *Ativos Financeiros* é constituída pelas operações com aquisição de títulos de crédito, obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, bem como pela concessão de empréstimos, adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

Tradicionalmente esta rubrica possui pouca expressividade no entanto, em resultado da publicação da Lei 53/2014, que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM), o município é obrigado durante um período de 7 anos a contribuir para a constituição desse fundo até um montante de 2.990.300 €. O valor que se encontra nesta rubrica, 526.946 €, é quase na sua maioria composto pela participação do município para ao FAM ou seja 427.186 €, reportando-se o residual de 99.760 € à segunda e última tranche do capital subscrito e até então não realizado referente à adesão do Município da Maia à Fundação do Desporto.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

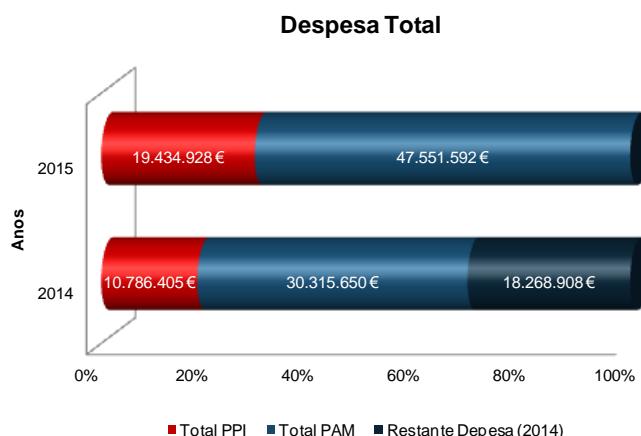
Nas Grandes Opções do Plano (GOP) encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do município, sendo um reflexo das linhas orientadoras seguidas pelo município, em prol de um desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida dos municípios. Compõem as GOP o *Plano Plurianual de Investimentos* (PPI) onde se integram as despesas orçamentais realizadas em investimento, e as *Atividades Mais Relevantes* (PAM), onde integram as restantes despesas correntes e capital que não estejam inseridas a aquisição de bens de capital.

Pela primeira vez em 2015, para uma melhor percepção de plurianualidade das despesas municipais, optou-se por contemplar em sede de elaboração dos documentos previsionais todas as despesas nas GOP, razão pela qual a execução orçamental do presente exercício apresenta um crescimento na ordem dos 25.000.000 €, passando a corresponder ao total da despesa realizada.

Na análise de algumas funções ou subfunções, nomeadamente no que se refere às variações ou peso no global, não será por isso possível efetuar uma comparação direta com o ano de 2014, facto que será realçado no desenvolvimento deste capítulo.

O Gráfico 33 efetua uma comparação entre a distribuição da nova faturação entre PPI e PAM, realçando-se que a “restante despesa” em 2015, conforme mencionado anteriormente está inserido no PAM.

Gráfico 33



No ano de 2015 as Grandes Opções totalizaram 66.986.520 € de faturação nova, sendo que 19.434.928 € foram referentes a Projetos de Investimento (PPI). Para uma análise das GOP, discrimina-se os valores alocados seguindo uma caracterização funcional, conforme é apresentado o Quadro 44. Para além disso é demonstrado no mesmo uma comparação entre a faturação nova 2014 e 2015, bem como referência da execução em matéria de pagamentos.

Quadro 44

Classificação Funcional	GRANDES OPÇÕES DO PLANO									
	2014		2015							
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)	% Total GOPs (f)	Pago (f)	Tx Execução [(f)/(d)+(e)]/c)	Tx de Variação %	
Funções Gerais:										
Serviços Gerais de Administração Pública	379.945	6.488.192	28.211.835	471.751	24.556.993	36,7%	24.658.761	88,7%	98,5%	278,5%
Segurança e Ordens Públicas	0	187.031	474.780	0	295.452	0,4%	295.452	62,2%	100,0%	58,0%
Funções Sociais:										
Educação	31.438	8.126.275	7.490.175	22.351	6.489.862	9,7%	6.512.041	86,9%	100,0%	-20,1%
Saúde	0	1.172	10.700	0	3.338	0,0%	3.338	31,2%	100,0%	184,8%
Segurança e Ação Sociais	3.612	1.015.612	1.634.780	1.586	1.267.225	1,9%	1.267.900	77,6%	99,9%	24,8%
Habitação e Serviços Coletivos	20.925	9.094.406	10.728.910	49.608	9.175.429	13,7%	9.217.793	86,0%	99,9%	0,9%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	11.871	3.354.853	6.173.315	15.522	5.155.883	7,7%	5.130.029	83,8%	99,2%	53,7%
Funções Económicas:										
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	4.375.527	20.927.843	10.757	14.860.603	22,2%	14.868.233	71,1%	100,0%	239,6%
Indústria e energia	0	2.709.122	3.426.290	9.846	2.831.805	4,2%	2.841.257	82,9%	100,0%	4,5%
Transportes e Comunicações	91.113	1.390.036	4.014.235	911	1.612.127	2,4%	1.610.646	40,2%	99,9%	16,0%
Comércio e Turismo	0	243.656	400.442	0	261.786	0,4%	261.444	65,4%	99,9%	7,4%
Outras Funções Económicas	0	32.714	13.076.876	0	10.154.885	15,2%	10.154.885	77,7%	100,0%	3094,1%
Outras Funções:										
Operações da Dívida Autárquica	0	8.646.019	6.094.342	0	5.477.188	8,2%	5.477.188	89,9%	100,0%	-36,7%
Transferências entre Administrações	0	7.734.243	5.318.550	0	4.746.535	7,1%	4.746.535	89,2%	100,0%	-38,6%
Outras não especificadas	0	911.776	730.792	0	730.653	1,1%	730.653	100,0%	100,0%	-19,9%
TOTAL	538.904	41.102.055	81.271.900	571.575	66.986.520	100,0%	67.135.282	83,1%	99,4%	63,0%
Facturada Total	41.640.959		67.558.095							
Un Euros										

Nota: Faturada Transitada utilizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2014 e 2015, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Em resultado da inclusão de novas despesas nas GOP, as *Funções Gerais* passaram a assumir maior representatividade que no passado, absorvendo 24.556.993 €, a que corresponde 36,7% das GOP. A significativa variação observada deve-se em muito à inclusão das despesas com pessoal nesta função.

As *Funções Sociais* alocaram um valor de 22.091.736 € de fatura nova, destacando-se as subfunções *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* com uma subida de (+) 53,7% e *Segurança e Ação Sociais* com (+) 24,8%.

As *Funções Económicas* com o valor de 14.860.603 €, ao assumirem 22% do total da faturada nova, contemplaram um considerável aumento de (+) 10.485.076 € proveniente essencialmente da subfunção *Outras Funções Económicas*, onde se refletiu a aquisição dos ativos imobilizados da "Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A, E.M.".

No que toca às *Outras Funções* que comportam o serviço de dívida e os acordos de execução com as juntas de freguesia, absorveram 8,2% das GOP e refletiram uma expressiva diminuição de (-) 3.168.831 €, dos quais (-) 2.987.708 é imputável ao serviço de dívida.

Em matéria de pagamentos registou-se uma ligeira melhoria na taxa de execução ao atingir os 99,4% face aos 99% de 2014.

Apesar desta melhoria verifica-se um ligeiro aumento na fatura a transitar para 2016, que totaliza 422.813 €, no entanto este aumento em muito se deve à inclusão das novas despesas nas GOP conforme já mencionado anteriormente.

O Gráfico 34 revela que apesar de alguma variação mínima que resulta de fatores circunstanciais, os pagamentos têm estado ao nível do volume de fatura total.

Gráfico 34



De seguida será efectuada uma analise focada nas diversas funções que constituem as GOP destacando em cada uma os projetos e ações que mais contribuiram para os valores de despesa nova verificada em matéria de investimento (PPI) e atividades mais relevantes (PAM).

O Quadro 45 apresenta as Grandes Opções do Plano repartidas pelo PPI e PAM, desagredadas pelas classificações funcionais que as compõem. A despesa total apresenta-se separada pela fatura nova transitada e a faturação do próprio ano sobre a qual incidirá a analise que se segue. Apresenta ainda os pagamentos efectuados por conta de cada funcional.

Quadro 45

Classificação Funcional	GRANDES OPÇÕES DO PLANO												% Total GOPs	% Pago/Fat
	PPI				PAM				GOPS					
	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO		
1. Funções Gerais:	3.689	812.547	816.236	814.034	468.062	23.744.446	24.212.508	23.844.727	471.751	24.556.993	25.028.744	24.658.761	36,7%	98,5%
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	3.689	740.612	744.301	742.099	468.062	23.520.929	23.988.990	23.621.209	471.751	24.261.541	24.733.291	24.363.309	36,2%	98,5%
1.1.1. Administração Geral	3.689	740.612	744.301	742.099	468.062	23.520.929	23.988.990	23.621.209	471.751	24.261.541	24.733.291	24.363.309	36,2%	98,5%
1.2. Segurança e Ordens Públicas	0	71.935	71.935	71.935	0	223.517	223.517	223.517	0	295.452	295.452	295.452	0,4%	100,0%
1.2.1. Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	0	65.805	65.805	65.805	0	220.839	220.839	220.839	0	286.644	286.644	286.644	0,4%	100,0%
1.2.2. Polícia Municipal	0	6.130	6.130	6.130	0	2.678	2.678	2.678	0	8.808	8.808	8.808	0,0%	100,0%
2. Funções Sociais	47.370	7.743.783	7.791.153	7.782.428	41.696	14.347.953	14.389.650	14.348.673	89.067	22.091.736	22.180.803	22.131.100	33,0%	99,8%
2.1. Educação	0	1.363.915	1.363.915	1.363.915	22.351	5.125.974	5.148.298	5.148.126	22.351	6.489.862	6.512.213	6.512.041	9,7%	100,0%
2.1.1. Ensino não Superior	0	1.134.585	1.134.585	1.134.585	22.351	3.761.097	3.783.448	3.783.276	22.351	4.895.682	4.918.033	4.917.861	7,3%	100,0%
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	0	229.330	229.330	229.330	0	1.364.850	1.364.850	1.364.850	0	1.594.180	1.594.180	1.594.180	2,4%	100,0%
2.2. Saúde	0	0	0	0	0	3.338	3.338	3.338	0	3.338	3.338	3.338	0,0%	100,0%
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	0	3.338	3.338	3.338	0	3.338	3.338	3.338	0,0%	100,0%
2.3. Segurança e Ação Sociais	0	0	0	0	1.586	1.267.225	1.268.811	1.267.900	1.586	1.267.225	1.268.811	1.267.900	1,9%	99,9%
2.3.2. Ação Social	0	0	0	0	1.586	1.267.225	1.268.811	1.267.900	1.586	1.267.225	1.268.811	1.267.900	1,9%	99,9%
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	37.898	4.334.459	4.372.357	4.366.866	11.710	4.840.970	4.852.680	4.850.927	49.608	9.175.429	9.225.037	9.217.793	13,7%	99,9%
2.4.1. Habitação	36.142	533.098	569.240	569.240	0	1.577.883	1.577.883	1.577.883	36.142	2.110.982	2.147.123	2.147.123	3,2%	100,0%
2.4.2. Ordenamento do Território	0	3.318.549	3.318.549	3.318.549	0	47.470	47.470	47.470	0	3.366.019	3.366.019	3.366.019	5,0%	100,0%
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	1.682.270	1.682.270	1.682.270	0	1.682.270	1.682.270	1.682.270	2,5%	100,0%
2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	1.756	482.812	484.568	479.077	11.710	1.533.347	1.545.057	1.543.304	13.466	2.016.158	2.029.625	2.022.381	3,0%	99,6%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	9.472	2.045.409	2.054.881	2.051.646	6.049	3.110.474	3.116.523	3.078.383	15.522	5.155.883	5.171.404	5.130.029	7,7%	99,2%
2.5.1. Cultura	2.338	189.475	191.813	191.813	3.270	659.844	663.114	660.740	5.608	849.319	854.927	852.554	1,3%	99,7%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	7.134	1.843.636	1.850.770	1.847.535	2.790	2.434.411	2.437.191	2.401.424	9.914	4.287.047	4.287.961	4.248.959	6,4%	99,1%
2.5.4. Juventude	0	12.298	12.298	12.298	0	11.232	11.232	11.232	0	23.530	23.530	23.530	0,0%	100,0%
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	4.987	4.987	4.987	0	4.987	4.987	4.987	0,0%	100,0%
3. Funções Económicas:	622	10.878.598	10.879.220	10.879.220	10.135	3.982.005	3.992.141	3.989.013	10.757	14.860.603	14.871.361	14.868.233	22,2%	100,0%
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.2. Indústria e energia	0	35.862	35.862	35.862	9.846	2.795.942	2.805.789	2.805.395	9.846	2.831.805	2.841.651	2.841.257	4,2%	100,0%
3.2.1. Iluminação	0	29.916	29.916	29.916	384	2.795.942	2.796.327	2.795.933	384	2.825.859	2.826.243	2.825.850	4,2%	100,0%
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	0	5.946	5.946	5.946	0	0	0	0	0	5.946	5.946	5.946	0,0%	100,0%
3.2.3. Rationalização Energética	0	0	0	0	9.462	0	9.462	9.462	9.462	0	9.462	9.462	0,0%	100,0%
3.3. Transportes e Comunicações	622	1.599.154	1.599.776	1.599.776	289	12.974	13.263	10.870	911	1.612.127	1.613.039	1.610.646	2,4%	99,9%
3.3.1. Transportes rodoviários	622	1.374.633	1.375.255	1.375.255	289	12.974	13.263	10.870	911	1.387.607	1.388.518	1.386.126	2,1%	99,8%
3.3.2. Transportes aéreos	0	224.521	224.521	224.521	0	0	0	0	0	224.521	224.521	224.521	0,3%	100,0%
3.4. Comércio e Turismo	0	0	0	0	0	261.786	261.786	261.444	0	261.786	261.786	261.444	0,4%	99,9%
3.4.1. Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.4.2. Turismo	0	0	0	0	0	261.786	261.786	261.444	0	261.786	261.786	261.444	0,4%	99,9%
3.5. Outras Funções Económicas	0	9.243.582	9.243.582	9.243.582	0	911.304	911.304	911.304	0	10.154.885	10.154.885	10.154.885	15,2%	100,0%
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	9.555	9.555	9.555	0	9.555	9.555	9.555	0,0%	100,0%
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.5.4. Atividades Financeiras	0	9.243.582	9.243.582	9.243.582	0	700.281	700.281	700.281	0	9.943.863	9.943.863	9.943.863	14,8%	100,0%
3.5.5. Atividades Económicas	0	0	0	0	0	201.468	201.468	201.468	0	201.468	201.468	201.468	0,3%	100,0%
4. Outras Funções:	0	0	0	0	0	5.477.188	5.477.188	5.477.188	0	5.477.188	5.477.188	5.477.188	8,2%	100,0%
4.1. Serviço da dívida autárquica	0	0	0	0	0	4.746.535	4.746.535	4.746.535	0	4.746.535	4.746.535	4.746.535	7,1%	100,0%
4.2. Transferências entre administrações	0	0	0	0	0	730.653	730.653	730.653	0	730.653	730.653	730.653	1,1%	100,0%
4.3. Diversas não especificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
4.3.1. Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
4.3.2. Propriedades diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
	51.682	19.434.928	19.486.609	19.475.682	519.893	47.551.592	48.071.486	47.659.600	571.575	66.996.520	67.558.095	67.135.282	100,0%	99,4%

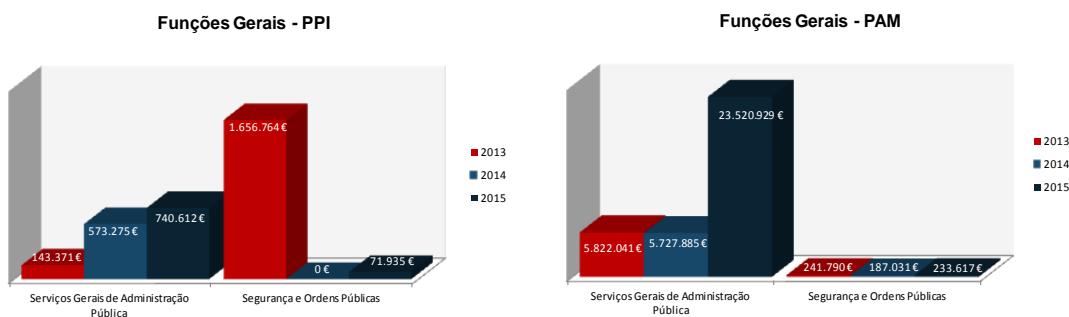
UnEuros

Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2015, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

FUNÇÕES GERAIS

Gráfico 35



As *Funções Gerais* englobam as atividades de carácter geral da administração, de apoio à gestão autárquica, transversais a todo o município, bem como as atividades relacionadas com a segurança e ordens públicas. Esta função divide-se em duas subfunções os *Serviços Gerais de Administração Pública* e *Segurança e Ordens Públicas*, com evidente predomínio da primeira que em 2015 totalizou 24.261.541 € por contrapartida da segunda que permaneceu nos 295.452 €.

Esta função representou em 2015 cerca de 36,7% do montante das GOP, um aumento por força da variação ao nível das atividades mais relevantes, que conforme mencionado anteriormente passou a incluir a maioria das despesas com pessoal num valor aproximado de 14.000.000 €, para além de outras despesas com menor materialidade.

O total de despesas englobadas nas atividades mais relevantes, totalizou 23.744.446 € e compreendem muitos dos gastos correntes de apoio ao funcionamento da autarquia não incorporados nas restantes funções. Discrimina-se de seguida por ordem de grandeza as atividades enquadráveis nesta função;

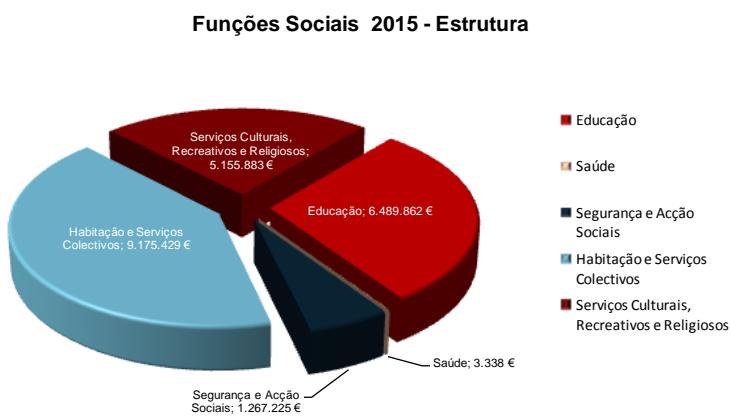
- Despesas com pessoal -14.364.940 €;
- Consumo de energia elétrica -1.759.516 €;
- Reembolsos e restituições, encargos de liquidação de cobrança de receita e retenções de fundos municipais – 1.461.815 €;
- Contratualização de serviços de vigilância e segurança de instalações -731.906 €
- Consumo de gás natural e GPL – 591.438 €;
- Aquisição de bens de carácter corrente - 574.789 €;
- Aquisição de serviços de carácter corrente – 559.228 €;
- Consumo de água – 481.503 €;
- Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos – 371.322 €;
- Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica - 356.596 €;
- Outras despesas correntes – 333.595 €;
- Serviços de assistência técnica, manutenção e inspeção - 265.644 €;

-
- Aquisição de combustíveis rodoviários – 226.827 €;
 - Contrato de aluguer operacional de viaturas – 207.002 €;
 - Apoios financeiros concedidos à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 200.000 €;
 - Contratualização de seguros – 184.445 €;
 - Contrato de prestação de serviços de locação operacional para equipamentos de cópia e impressão – 167.499 €;
 - Aquisição de serviços de telecomunicações – 149.808 €;
 - Contratualização de serviços de limpeza e higiene de instalações – 116.415 €;
 - Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais – 102.026 €;
 - Comunicações postais – 80.607 €;
 - Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet – 60.059 €;
 - Construção, remodelação ou adaptação de outros edifícios propriedade de Juntas de freguesia, para sede das Autarquias ou para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com as juntas de freguesia em consideração - 58.492 €.

No novo investimento (PPI) também se verificou um aumento dos seus valores essencialmente na subfunção *Serviços Gerais de Administração Pública* que atingiu um valor de 740.612 €. Este valor destinou-se maioritariamente à conservação de edifícios municipais 413.585 € e à aquisição de equipamento informático 111.523 €. Na subfunção *Segurança e Ordens Públicas* o investimento que totalizou 71.935 €, destinou-se essencialmente à aquisição de uma viatura todo terreno para o Serviço Municipal de Proteção Civil 65.805 €.

FUNÇÕES SOCIAIS

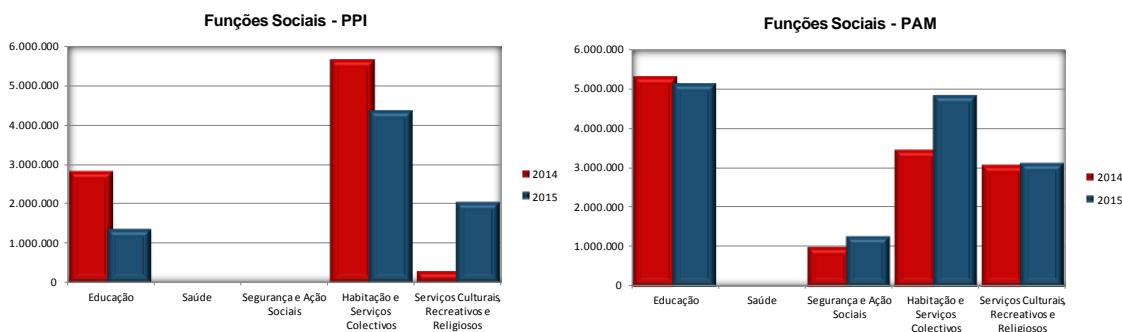
Gráfico 36



As *Funções Sociais* constituem uma parte significativa do orçamento do município, pelo facto de estarem nelas incluídas algumas das atividades pilares da autarquia, a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos. O valor da nova faturação em 2015 atingiu um valor de 22.091.736 €, correspondendo 14.347.953 € às atividades mais relevantes e 7.743.783 € ao plano plurianual de investimento. O montante global de faturação nova obtida representa um aumento de (+) 2,3%, face ao ano transato, devendo-se essencialmente à variação de (+) 1.509.810 € na vertente do PAM, uma vez que em termos de investimento se registou uma diminuição de (-) 1.010.392 €.

No que concerne ao investimento, e considerando que esta variável é objeto de análise em capítulo próprio (Investimento global), releva-se apenas o aumento verificado na subfunção *Serviços Culturais Recreativos e Religiosos*, que totalizou um valor 2.045.409 €, essencialmente derivado do investimento efetuado em instalações desportivas e cujo impacto foi absorvido por uma redução superior na subfunções *Habitação Serviços e Religiosos* e *Educação*, onde se contemplou em 2014 o investimento realizado no Parque Urbano de Avioso.

Gráfico 37



Analizando as *Funções Sociais* no que concerne às atividades mais relevantes, releva-se a subfunção *Educação* que possui maior expressividade, pese embora em 2015 tenha registado uma ligeira diminuição, ao totalizar um valor de 5.125.947 €. Esta sub-rubrica engloba os encargos com ensino pré-escolar, básico (EB1), artístico, os transportes escolares, e os serviços auxiliares de ensino entre outros, dos quais de destacam os seguintes projetos ordenados por volume de faturação nova registada.

- Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – 1.903.406 €;
- Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar – 1.364.849 €;
- Programa de Enriquecimento Curricular – 836.068 €;
- Serviço de Apoio à Família – 574.927 €;
- Serviço de Transportes Escolares – 229.746 €;
- Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audiovisual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do EB1 e Pré-Escolar - 97.176 €;
- Programa de Ação Social Escolar no EB1 - 78.096 €;
- Caderno Digital – 26.559 €.

A subfunção *Habitação e Serviços Coletivos* representa cerca de 13,7% das GOP, com um total de faturação nova de 9.175.429 €, dos quais 4.840.970 € reporta-se às atividades mais relevantes e 4.334.459 € a projetos de investimento. O aumento nas atividades mais relevantes resulta da faturação proveniente da celebração do contrato-programa com a Espaço Municipal, E.M a executar em 2015/2016, com vista à uma comparticipação financeira na reabilitação dos edifícios de nove empreendimentos municipais no valor de 1.451.815 €. Para além deste projeto relevam-se os abaixo discriminados:

- Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR – 1.682.270 €;
- Comparticipação para investimentos na LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida - 673.818 €;
- Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho – 645.642 €;
- Comparticipação à “Espaço Municipal, E.M.” em razão de Contrato-Programa celebrado com a Câmara Municipal no exercício de 2014, cuja execução física e financeira se prolongou para 2015 – 126.068 €;
- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva Junta de freguesia - 70.000 €;
- Contratos a celebrar com empresas da especialidade para a manutenção de árvores em caldeira. 54.300 €;
- Contratos com empresas da especialidade para a realização de limpeza e desmatação de terrenos públicos ou privados – 51.320 €;
- Serviços de Consultadoria na área de Planeamento e Projeto - 47.469 €.

Com um total de nova faturada a atingir os 5.155.583 €, os *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* subiram cerca 53,7% face a 2014. Este aumento resultou essencialmente nas verbas alocadas ao investimento cujo valor ascendeu aos 2.045.409 €, especialmente destinado à beneficiação de instalações desportivas onde se destaca o projeto financiado pelo Feder no âmbito do QREN, relativo ao “Centro de Alto Rendimento da Maia”.

Relativamente às atividades mais relevantes os valores mantiveram-se próximos dos verificados em 2014 totalizando este ano 3.110.474 €, repartido principalmente em duas áreas: desporto e cultura.

Inseridos na área *desporto recreio e lazer* relevam-se os seguintes projetos desenvolvidos:

- Apoios a associações e coletividades com vista ao financiamento de suas atividades –1.069.128 €;
- Maia Desporto para Todos - 1.143.055 €;
- Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia - Protocolo com as Associações Distritais - 88.919 €;
- Apoio à construção de instalações do Centro Equestre da Maia - 36.775 €
- Apoio às obras de beneficiação do Pavilhão Desportivo do "Castelo da Maia Ginásio Clube" - 30.468 €;
- Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Coletividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações. (Comparticipação de obras que serão levadas a cabo pelas respetivas Associações) – 30.210 €.

Na área da Cultura destacam-se os seguintes eventos realizado em 2015:

- Bienal de Arte Contemporânea da Maia - 128.708 €;
- Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" – 127.028 €;
- Encargos decorrentes da dissolução da "Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M." - 125.447 €;
- Contrato de Prestação de Serviços a celebrar entre o Município da Maia e a "Fundação do Conservatório de Música da Maia", no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical, para o Concelho da Maia – 118.403 €;
- Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades - 46.668 €;
- Festival de Música da Maia – 45.099 €;
- Aquisição de fundos bibliográficos com destino à Biblioteca Municipal. 36.027 €;

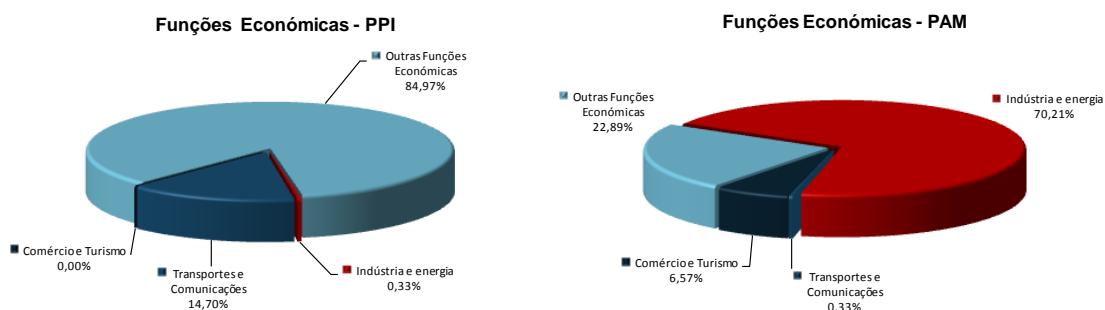
Com um incremento de (+) 24,8% as atividades desenvolvidas no âmbito da *Segurança e Ação Sociais* atingiram um volume de faturação nova de 1.267.225 €, inseridas unicamente nas atividades mais relevantes. Este valor destinou-se maioritariamente ao apoio a famílias carenciadas bem como a instituições que desenvolvam atividades de interesse social. Nestes âmbitos destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos.

-
- Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social – 282.831 €;
 - GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local – 107.579 €;
 - Apoio às obras de ampliação do Centro Social de Milheirós que estão a ser levadas a efeito, no lugar de Alvura, pela Santa Casa da Misericórdia da Maia - 100.000 €;
 - Apoio à construção de Lar para a Terceira Idade e Centro de Dia a ser levada a efeito pela Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" - 100.000 €;
 - Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho – 80.000 €;
 - Apoio à construção do Centro Social e Paroquial da Maia, a ser levada a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica – 66.987 €;
 - Apoio às obras de beneficiação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, em Gueifães, na freguesia da Cidade da Maia – 68.578 €;
 - Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar - Centro de Apoio à Comunidade – 57.425 €;
 - Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas." – 53.780 €;
 - Apoio à construção de Lar para Terceira Idade, na freguesia de Milheirós, a ser levada a efeito pela Associação "Abrigo Nossa Senhora da Esperança" - 50.000 €;
 - Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - 48.154 €;
 - Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia – 44.500 €;
 - GIP - Gabinetes de Inserção Profissional – 36.403 €;
 - Comparticipação financeira nas despesas com a realização de obras no centro social paroquial Santo António de Corim, creche jardim de infância – 30.000 €;
 - Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas – 25.000 €;
 - Apoio à construção do Centro Paroquial de Folgosa, a ser levada a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica, na freguesia de Folgosa - 25.000 €.

No que concerne à subfunção *Saúde*, o valor de 3.338 €, registados no âmbito das atividades mais relevantes reporta-se a um único projeto designado “Programa de Saúde Escolar: ações de divulgação e de formação em boas práticas comportamentais junto da comunidade escolar: - Educação alimentar;- Segurança alimentar; Prevenção solar; Saúde e cidadania; Terapia da fala; Educação postural; Gala de saúde escolar”.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

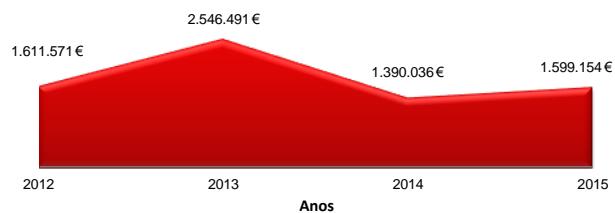
Gráfico 38



As *Funções Económicas* constituíram cerca de 22% das GOPS, com um valor global de 14.860.603 €. O aumento verificado nesta função é essencialmente proveniente da variação do PPI que comportou 10.878.598 € da faturada nova. A maioria deste valor reporta-se á aquisição dos ativos imobilizados da "Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A, E.M. com 9.243.582 € refletido na subfunção *Outras Funções Económicas*. O restante valor do investimento destinou-se essencialmente à subfunção *Transportes e Comunicações* com um valor de 1.599.154 €, ainda assim ligeiramente superior a 2014.

Gráfico 39

Transportes e Comunicações - PPI

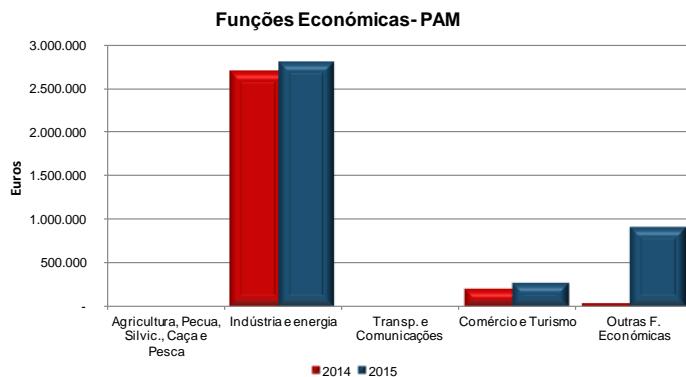


Dos projetos que se integram nesta subfunção destacam-se os seguintes:

- Construção, recuperação, beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, em vários locais do Concelho 1.214.080 €;
- Melhoramentos efetuados no Aeródromo Vilar de Luz – 224.520 €;
- Semaforização e aquisição de diversa sinalização rodoviária bem como a sua conservação e manutenção - 123.058 €;
- Parque Central da Cidade - Intervenções de beneficiação e de conservação - 37.495 €.

No que concerne às atividades mais relevantes das *Funções Económicas*, estas obtiveram um valor de nova faturada de 3.982.005 €, valor superior a 2014, onde se destaca o aumento nas *Outras Funções Económicas*, conforme o Gráfico 40.

Gráfico 40



A rubrica *Indústria e Energia*, que representa claramente a maior parte da despesa realizada, é composta integralmente pelos gastos com iluminação pública. Em 2015 registou um ligeiro aumento fixando-se o seu valor total 2.795.942 € derivado essencialmente para variações das tarifas energéticas.

A rubrica *Outras Funções Económicas* que contribuiu de forma decisiva para o aumento da despesa com as *atividades mais relevantes*, é maioritariamente constituída pelas transferências efetuadas no âmbito da constituição do Fundo Apoio Municipal, retratado no capítulo do Investimento Global (Ativos Financeiros). Do total de 911.304 € de faturação nova registada, 427.186 € reportam-se a este fundo. O restante valor destinou-se às seguintes finalidades:

- Apoio à construção do edifício sede da AEM - Associação Empresarial da Maia – 201.467 €;
- Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município - 115.947 €;
- Participação no Capital Social de Empresas constituídas ou a constituir - 99.760 €;
- Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local (Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A) - 57.389 €.

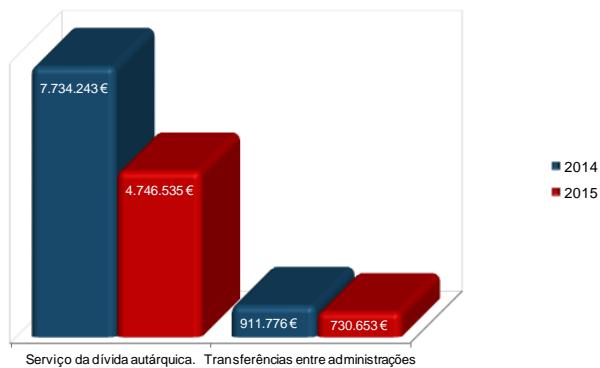
Também a rubrica *Comércio e Turismo* revelou um aumento face a 2014, e cujo total ascendeu a 261.786 € de faturação nova. Os projetos que mais contribuíram para este valor foram:

- Programa "Turismo Sénior": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da Terceira Idade; viagens a locais nacionais com interesse turístico-cultural – 91.544 €;
- Programa de Animação de Natal – 82.966 €;
- Realização da "Feira de Artesanato da Maia" – 60268 €;
- Atividades de animação no concelho, incluindo a promoção de espetáculos de rua - 18.611 €.

OUTRAS FUNÇÕES

Gráfico 41

Outras Funções - Evolução



O serviço de dívida e as transferências para as freguesias constituem na íntegra os valores registados nesta função enquadrados unicamente nas atividades mais relevantes. Releva-se, que o serviço de dívida autárquica teve uma descida significativa, fixando-se nos 4.746.535 €, enquanto as transferências para as freguesias desceram para os 730.653 €. Uma análise mais detalhada do serviço de dívida encontra-se mais pormenorizada no capítulo sobre o endividamento.

Ao nível de investimentos (PPI) não se registou qualquer faturação.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

Como nota prévia à apreciação da dívida do município reitera-se a informação contida em anteriores relatos, designadamente a entrada em vigor do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que veio revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, introduzindo uma mudança significativa na disciplina financeira autárquica, nomeadamente ao nível do regime de financiamento dos municípios e das freguesias, da execução e controlo orçamentais, dos deveres de informação e transparência e da prestação de contas individuais e consolidadas.

No que se refere ao endividamento alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

É ainda alterada a forma de cálculo do limite de endividamento total de cada município, que passa a ter como limite 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Permanece ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida, o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e das imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2015, e respetivas normas de execução orçamental.

Justifica-se assim uma análise pormenorizada à temática do endividamento municipal, a realizar em duas partes que apesar de distintas se complementam, endividamento "*Stricto Sensu*", versus "*Latu Sensu*".

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Confina-se a uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Num primeiro momento é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, a que se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

- **Endividamento - *Latu Sensu***

Conceito orientado para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Em síntese, quantifica-se o montante da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legalmente impostos.

ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

A apreciação vertida neste capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço individual do município, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respetivos valores, ao estarem indexados a atos definitivos futuros, não fundam no período em referência efetivas obrigações.

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

DÍVIDA TOTAL

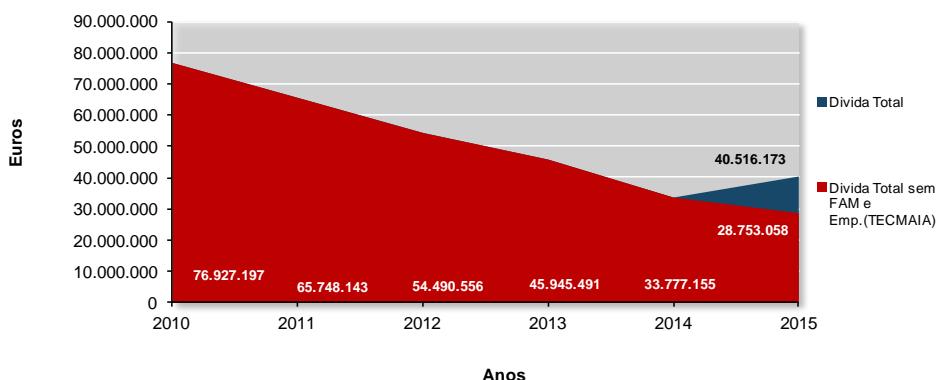
Quadro 46

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						Variação	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2014	2015/2010
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	7.039.206	-23.485.827
Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	3.760.504	-300.188	-12.925.197
Dívida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	33.777.155	40.516.173	6.739.018	-36.411.024
Taxa de crescimento da dívida	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-26,5%	20,0%		-47,3%
Médio e longo prazo	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%	23,7%		-39,0%
Curto prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%	-7,4%		-77,5%

Un:Euros

Gráfico 42

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA



Analizada a evolução do endividamento no período compreendido entre 2010 e 2015 verifica-se que a dívida total do município “stricto sensu” diminuiu (-) 36.411.024 €, isto é, (-) 47,3%, não obstante o acréscimo registado neste exercício de 2015, que interrompe a tendência assinalada ao longo dos últimos anos. Esta alteração resulta, fundamentalmente, da realização de duas operações de natureza de médio e longo prazo de relevante interesse municipal: a contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para a aquisição à TECMAIA dos

lotes de terrenos números 1 e 4, e a obrigatoriedade de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97 €.

Deste modo, o total da dívida individual do município no final da gerência de 2015, no valor de 40.516.173 €, apresenta (+) 6.739.018 € que no final do exercício de 2014, unicamente devido ao impacto do acréscimo da dívida de médio e longo, que pelos motivos antes expostos, ao atingir 36.755.669 €, anuncia (+) 7.039.206 € que no ano anterior, a contrário da dívida de curto prazo que ao totalizar 3.760.504 € reflete um decréscimo de (-) 300.188 €, (-) 7,4%.

Por tal razão interessa perceber a génesis daquelas operações que serão avaliadas com maior profundidade aquando da apreciação da evolução da dívida de médio e longo prazo e do endividamento *“Lato Sensu”*.

Em relação à subscrição do Fundo de Apoio Municipal pouco ou nada se poderá dizer, uma vez que esta operação resulta de uma imposição legal decorrente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determina a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo, não havendo por isso qualquer responsabilidade da gestão municipal pelo agravamento da dívida de médio e longo prazo em (+) 2.563.115 €, montante da contribuição devida ao município da Maia ainda em falta, já que no exercício de 2015 foram amortizados 427.186 €.

Já quanto à operação de financiamento bancário de médio e longo prazo, no valor de 9.200.000 €, celebrada com o Banco Português de Investimento (BPI), para a aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), assume especial importância o pressuposto da sua concretização.

Com efeito, considerando o fim a que se destina o empréstimo contratado – aquisição à TECMAIA dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4 –, a operação tem subjacente a condição de não haver prejuízo para o endividamento municipal numa lógica de grupo, salvaguardando-se deste modo o cumprimento dos requisitos legalmente estabelecidos.

Impõe-se, por isso, dizer que a concretização da operação de compra com recurso ao empréstimo contratado junto do Banco BPI não concorre para o acréscimo do endividamento municipal do grupo, dado que a operação conjunta (empréstimo e compra) se destina a saldar dívida que já se encontra refletida na dívida total do Município, por influência da sua participada.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A apreciação formalizada neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratada, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelo regime anterior, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável

neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

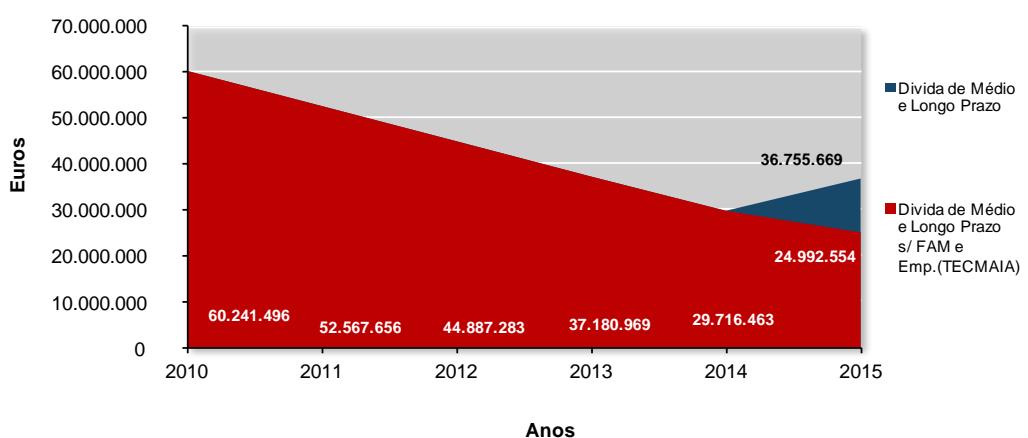
Quadro 47

	ESTRUTURA DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						Variação 2015/2014
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	58.919.838	51.457.464	43.988.556	36.493.707	29.240.666	33.928.222	4.687.556
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	38.704.490	32.396.882	26.089.274	19.781.666	13.724.968	19.619.182	5.894.213
Empréstimo Bancário de ML.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	16.483.623	13.698.097	10.912.570	8.127.044	5.341.517	4.006.138	-1.335.379
Empréstimo Bancário de ML. P com BPI no montante de 20.000.000	11.933.530	9.916.912	7.900.295	5.883.677	3.867.060	2.900.295	-966.765
Empréstimo Bancário de ML. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição de Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	0	0	0	0	0	9.200.000	9.200.000
Empréstimo Bancário de ML. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533 Estado	10.287.337	8.781.873	7.276.409	5.770.945	4.516.392	3.512.749	-1.003.643
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	20.215.348	19.060.581	17.899.282	16.712.041	15.515.698	14.309.041	-1.206.657
Empréstimo Bancário de ML. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.295.123	4.989.368	4.678.024	-311.344
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.166.447	2.892.148	2.616.318	-275.829
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	7.634.182	7.014.698	-619.483
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797	2.827.447	2.351.650
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797	264.332	-211.465
FAM - Fundo de Apoio Municipal						2.563.115	2.563.115
Total da dívida de médio e longo prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	7.039.206
Taxa de crescimento	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%	23,7%	

Unit: Euros

Gráfico 43

Evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo



Promovendo uma análise geral à evolução destes passivos, os dados presentes no Quadro 47 demonstram que desde 2010 e até ao final de 2014 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo, independentemente da finalidade dos empréstimos bancários contraídos, sendo notório que ano após ano aumentaram os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos destinados a finalidades diversas, comportamento que na realidade remonta a 2002, como bem retratam os sucessivos relatos das prestações de contas.

No exercício de 2015 interrompe-se esta tendência, e a dívida de médio e longo prazo do município ao totalizar 36.755.669 € vê-se aumentada em (+) 7.039.206 €, o que representa um acréscimo de (+) 23,7% face ao ano anterior.

Esta inflexão da tendência deve-se, como já se referiu, à concretização de duas novas operações, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97 €.

É de todo oportuno assinalar que ambas as operações assumem especial relevância no contexto municipal, tendo sido determinadas por imposições legais que regem a governação local, isto porque, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia resultam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno números 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e a competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e consequentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Como já foi amplamente referido, o pressuposto subjacente a esta operação é de importância fulcral para se entender as implicações em matéria de tão elevada ordem como é a do endividamento municipal.

Se é verdade que a contratação deste empréstimo determina um aumento da dívida individual do município – “*Stricto Sensu*”- o mesmo não se pode dizer no que toca ao endividamento do grupo municipal, uma vez concretizada a compra de terrenos relacionada com a operação na sua plenitude.

Recorde-se o pressuposto da operação, isto é, a sua condição “*sine qua non*” de que o endividamento do grupo municipal não será prejudicado, salvaguardando-se assim o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis.

Deste modo, a integral materialização desta operação garantiu que o aumento da dívida individual do município fosse acompanhado pela diminuição do passivo da TECMAIA e, consequentemente, pela redução da sua contribuição para o endividamento do grupo, não havendo assim um efeito negativo no que à dívida total do município – grupo municipal – respeita, o que torna a operação inócuia em matéria de dívida do grupo.

Reitera-se, assim, que a operação conjunta (empréstimo e compra) se destinou a saldar dívida que já se encontrava refletida na dívida total do Município, por influência da sua participada, não concorrendo para o acréscimo do endividamento municipal do grupo.

Já no que se refere à subscrição do Fundo de Apoio Municipal, realça-se que esta operação resulta de uma imposição legal, designadamente a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determina a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM), consubstanciando assim um ativo e investimento financeiros.

O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM estipula que o capital social do FAM é de 650.000.000 €, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, 325.000.000 €.

Nos termos do n.º 3 do supra mencionado artigo onde está prevista a fórmula de cálculo para apurar a contribuição de cada município, o montante imputável ao Município da Maia é de 2.990.330,97 €.

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, tendo tido início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro, pelo que a subscrição dos 2.990.330,97 € a favor do Município da Maia será realizada mediante um pagamento anual de 427.186,00 € até 2020 e de 427.184,97 € em 2021, tendo já ocorrido no período em análise o pagamento das duas primeiras tranches no montante total de 427.186 €.

Do exposto resulta inequívoco que o aumento do endividamento decorrente da obrigatoriedade de realizar este investimento financeiro, que à data de 31 de dezembro de 2015 soma 2.563.115 €, resulta de factos supervenientes à regular gestão municipal.

Salienta-se ainda que no Orçamento do Estado para 2015 se previu que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Relativamente aos demais empréstimos, atento o cumprimento do serviço de dívida negociado, no cômputo global da diminuição obtida continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de (-) 1.335.379 € no valor da dívida, logo seguido do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), que determinou um corte adicional de (-) 1.003.643 € decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento da instituição de crédito Banco Santander Totta do Estado encontra-se saldada desde finais de 2013. Por último, aparece o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, responsável por uma amortização de (-) 966.765 €.

Quanto aos empréstimos destinados à Habitação Social, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 895.312 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER,

presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-) 311.344 €.

As outras dívidas de médio e longo prazo, que se referem à responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foram responsáveis por uma redução de (-) 211.465 € no endividamento de médio e longo prazo.

A composição da dívida de médio e longo prazo evidencia que cerca de 39% do seu valor total resulta de empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Esta tipologia de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que no exercício de 2015 garantiu um proveito financeiro ao município de 66.103 €.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objetivo de avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, inclui-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no período compreendido entre 2010 e 2015.

Quadro 48

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	7.758.500	7.542.077	7.322.947	7.020.496	6.388.307	3.478.173
Amortizações	6.307.608	6.307.608	6.307.608	6.307.608	6.056.698	3.305.787
Juros	1.450.892	1.234.469	1.015.338	712.888	331.610	172.386
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	1.471.700	1.470.008	1.469.237	1.480.299	1.345.936	1.240.514
Amortizações	1.149.173	1.154.766	1.161.299	1.187.241	1.196.344	1.206.657
Juros	322.527	315.242	307.938	293.058	149.592	33.857
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	223.316	226.765	224.251	217.596	213.634	639.263
Amortizações	211.465	211.465	211.465	211.465	211.465	638.651
Juros	11.851	15.299	12.786	6.131	2.169	611
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	9.453.516	9.238.850	9.016.434	8.718.391	7.947.877	5.357.949
Amortizações	7.668.246	7.673.840	7.680.373	7.706.314	7.464.506	5.151.095
Juros	1.785.270	1.565.010	1.336.062	1.012.077	483.370	206.854
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	3,7%	-2,3%	-2,4%	-3,3%	-8,8%	-32,6%
Amortizações	12,4%	0,1%	0,1%	0,3%	-3,1%	-31,0%
Juros	-22,2%	-12,3%	-14,6%	-24,2%	-52,2%	-57,2%
Juros / Receita Total Cobrada	2,6%	2,5%	2,2%	1,8%	0,9%	0,3%
Juros / Despesa Total Paga	2,5%	2,5%	2,4%	1,8%	0,8%	0,3%
Juros / Despesa de Capital Paga	6,5%	8,5%	8,4%	6,2%	2,4%	0,8%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	13,6%	14,6%	14,7%	15,5%	14,2%	7,1%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	13,5%	14,9%	16,0%	15,5%	13,4%	8,0%

Un: Euros

Para refletir o comportamento cíclico identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo apresentam-se os indicadores do serviço da dívida cujos resultados espelham a ação desenvolvida pelo município no âmbito da consolidação da dívida autárquica.

Se até ao final de 2010 sobressai o acréscimo dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal, especialmente devido à componente das amortizações de capitais associadas aos dois empréstimos bancários de maior monta, o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, no montante de 29.927.873,82 €, e o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no montante de 20.000.000 €, concluídos que foram os respetivos períodos de deferimento, a partir de 2011 inverte-se tal tendência, em resultado da significativa diminuição dos encargos financeiros, (-) 12,3%, face à redução do capital em dívida da generalidade dos empréstimos contratualizados, uma vez que as amortizações dos empréstimos PER aumentaram cerca de (+) 0,1%.

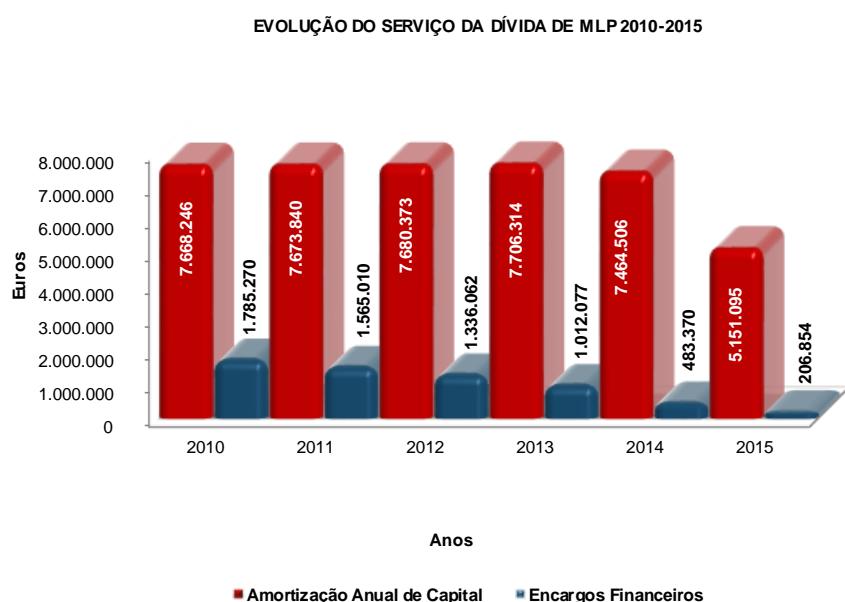
Desde o ano de 2011 assiste-se a uma progressiva diminuição da taxa de crescimento do serviço de dívida municipal, que culmina em 2015 com (-) 32,6%, demonstrando uma aceleração da tendência de redução observada nos últimos anos. Este comportamento foi fortemente influenciado pela quebra significativa do volume anual de amortizações associadas aos dois empréstimos bancários mais

relevantes, o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, no montante de 29.927.873,82 €, e o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no montante de 20.000.000 €, a par da diminuição do peso dos juros da dívida pública municipal.

A diminuição de (-) 57% nos juros da dívida municipal, apesar da existência em 2015 de dois novos financiamentos de médio e longo prazo e não obstante a redução das taxas de juro, resulta fundamentalmente da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades diversas contratados em gerências anteriores.

Mais uma vez, no peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que representa cerca de 96% do seu valor global. O Gráfico 44 ilustra bem esta cadência.

Gráfico 44



Centrando a análise no tributo do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, ao longo destes anos verificam-se dois comportamentos distintos. Se por um lado o peso dos juros em ambas as componentes da receita e despesa municipais tem vindo sempre a reduzir, comportamento oposto apresenta, em regra, o peso destes encargos no total dessas variáveis até finais de 2013, invertendo-se tal tendência nos dois últimos anos e acentuando-se de forma mais significativa na gerência de 2015.

Deste modo, comparativamente a período homólogo, em 2015 verifica-se uma diminuição do peso dos encargos financeiros no total da receita cobrada e despesa paga, para cerca de metade, ao perfazer 7,1% e 8%, respetivamente, o que não obsta que ainda assim assuma um valor relevante num contexto de apertada gestão de disponibilidades, apesar do município ter vindo sempre a cumprir, de forma pontual e rigorosa, as suas obrigações.

No Quadro 49 apresenta-se uma descrição pormenorizada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo durante a gerência em análise, e, simultaneamente, a respetiva previsão para o próximo exercício de 2016.

Quadro 49

Descrição do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo						
	Realizado em 2015			Previsto em 2016		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	1.335.379	10.398	1.345.777	1.335.379	4.871	1.340.250
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	966.765	7.505	974.270	966.765	3.519	970.284
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT) - PREDE de 5.018.213,00 €	1.003.643	18.036	1.021.679	1.003.643	11.450	1.015.092
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	0	136.447	136.447	1.022.222	358.260	1.380.482
Sub Total	3.305.787	172.386	3.478.173	4.328.009	378.099	4.706.108
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	311.344	9.729	321.073	318.561	6.038	324.599
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 €	275.829	6.341	282.171	277.072	4.460	281.532
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 21.077.411,44 €	619.483	17.787	637.271	622.714	12.354	635.068
Sub Total	1.206.657	33.857	1.240.514	1.218.348	22.852	1.241.200
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	211.465	611	212.077	211.465	282	211.747
FAM - Fundo de Apoio Municipal	427.186	0	427.186	427.186	0	427.186
Sub Total	638.651	611	639.263	638.651	282	638.933
TOTAL	5.151.095	206.854	5.357.949	6.185.008	401.234	6.586.242

Un: Euros

A refletir a natureza da estrutura do endividamento municipal, predominam na globalidade das despesas realizadas com o serviço de dívida em 2015, pela sua materialidade, as correspondentes aos empréstimos destinados a finalidades diversas ao somarem 3.478.173 €, o que representa 65% do seu valor total. Tendência análoga perspetiva-se para o exercício de 2016 com o peso dos encargos desta tipologia de empréstimo a aumentar cerca de seis pontos percentuais.

Importa ainda assinalar que na gerência em apreço o serviço de dívida viu a sua estrutura alterada relativamente ao ano anterior, em resultado da concretização das duas novas operações já anteriormente descritas: a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97 €.

Note-se, porém, que no âmbito do financiamento para aquisição dos lotes de terreno à TECMAIA está previsto um período de deferimento de um ano, não determinando assim, ainda, qualquer impacto no serviço de dívida municipal em matéria de amortizações.

Numa abordagem prospetiva para o ano de 2016, em observância do que se encontra contratualmente estabelecido, estima-se um aumento significativo dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal, sobretudo devido à influência do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, que dita um aumento das respetivas amortizações de capital, uma vez terminado o seu período de deferimento, a par de um maior volume de juros a pagar concluído um ano inteiro de vigência.

Em contrapartida, nos demais empréstimos existentes prevê-se uma redução do montante de juros a liquidar nas dívidas desta natureza, consequência natural do abatimento do capital em dívida dos empréstimos contratados, uma vez ainda não ter sido integralmente saldada nenhuma das dívidas de médio e longo prazo existentes.

Gráfico 45



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 50 sistematizam-se os empréstimos existentes no final do exercício de 2015 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo.

Quadro 50

COMPOSIÇÃO DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE		
	2015	
	Valor	Peso
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos Bancários de MLP		
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas		
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.670.759	7,27%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	1.933.530	5,26%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	8.177.778	22,25%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	2.509.107	6,83%
Estado	2.509.107	6,83%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social		
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.359.463	11,86%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	2.339.246	6,36%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	6.391.984	17,39%
Outras Dividas de Médio e Longo Prazo	2.188.795	5,95%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	52.866	0,14%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2.135.929	5,81%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	6.185.008	16,83%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo		
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas		
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	1.335.379	3,63%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	966.765	2,63%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - TECMAIA	1.022.222	2,78%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.003.643	2,73%
Estado	1.003.643	2,73%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1.218.348	3,31%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	318.561	0,87%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	277.072	0,75%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	622.714	1,69%
Outras Dividas de Médio e Longo Prazo	638.651	1,74%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,58%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	427.186	1,16%
TOTAL DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	36.755.669	100,00%

Un: Euros

Desagregada a constituição da dívida de médio e longo prazo, conclui-se que 6.185.008 € vão ser exigíveis a curto prazo, 16,8% do seu valor global, que mais não são do que o montante estimado de amortizações a pagar no exercício de 2016.

Para finalizar, apresenta-se o Quadro 51, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2016.

Quadro 51

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
	31-12-2016	
	Valor	Peso
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	28.381.866	93%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	15.291.173	50%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.670.759	9%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	1.933.530	6%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	2.509.107	8%
Estado	2.509.107	8%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Tecmaia	8.177.778	27%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	13.090.693	43%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.359.463	14%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.339.246	8%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	6.391.984	21%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	2.188.795	7%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	52.866	0%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2.135.929	7%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	30.570.661	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

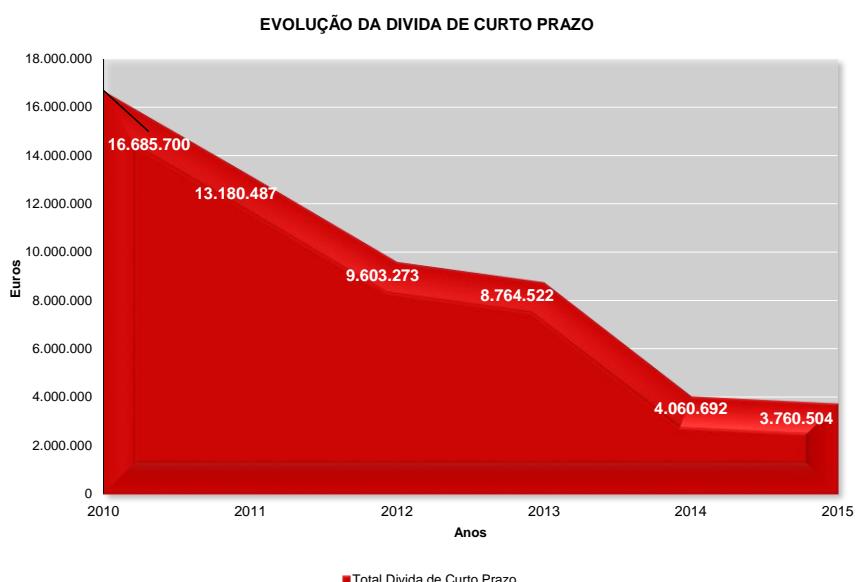
A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente de fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 52.

Quadro 52

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO							Variação		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Valor	Peso	2015/2014	2015/2010
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	610.903	372.752	9,9%		-238.151	-2.127.792
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.836	53.481	16.196	0,4%		-37.285	-9.453.718
Outros credores	4.715.244	5.356.005	8.509.256	3.399.448	3.396.308	3.371.556	89,7%		-24.752	-1.343.687
Total da Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	3.760.504	100,0%		-300.188	-12.925.197
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%	-7,4%				-77,5%
Fornecedores c/c	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%	20,4%	-39,0%				-85,1%
Fornecedores imobilizado	-8,9%	-30,6%	-89,7%	621,1%	-98,9%	-69,7%				-99,8%
Outros credores	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	-0,1%	-0,7%				-28,5%

Un: Euros

Gráfico 46



Observada a evolução da dívida de curto prazo no período compreendido entre 2010 e 2015 conclui-se que a estratégia do município em matéria de controlo desta componente do endividamento, independentemente da natureza das suas rubricas, tem sido eficaz, ao comportar uma redução de (-) 12.925.197 €, isto é, na ordem dos (-) 78% (de 16.685.700 € para 3.760.504 €), mantendo-se a mesma tendência na gerência de 2015, que aponta para (-) 300.188 € que no ano anterior.

Os resultados alcançados demonstram também que a diminuição dos níveis da dívida de curto prazo até finais de 2014 permaneceram em patamares anuais de redução significativos, tanto ao nível de fornecedores - conta corrente e imobilizado – como de outros credores, não assumindo a mesma expressividade em 2015, como seria previsível, uma vez estabilizado o nível da dívida inerente à atividade operacional na componente “fornecedores” e posicionado o prazo médio de pagamento muito aquém dos 30 dias.

Acresce ainda que, uma vez isoladas as dívidas de “Outros Credores” que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo no final da gerência de 2015 somaria cerca de 590.000 €. Ora, um montante com esta ordem de grandeza é muito inferior à cadênciaria mensal de faturação do Município da Maia, o que evidencia a concretização de pagamentos dentro de um prazo médio muito reduzido, que atualmente se fixa em 4 dias.

Numa análise circunscrita à evolução desta rubrica na gerência em apreço verifica-se que a dívida de curto prazo, ao totalizar 3.760.504 €, diminuiu (-) 7,4% em relação a 2014, sobretudo devido à influência da dívida a “Fornecedores c/c” que ao ascender a 372.752 € reduz “per si” (-) 238.151 €, (-) 39%.

Com valor manifestamente residual surge a dívida a “Fornecedores de imobilizado”, a somar apenas 16.196 € e a traduzir um decréscimo face ao ano anterior de (-) 37.285 €.

Com significativa materialidade apresenta-se o débito a “Outros Credores” no valor 3.371.556 €, impondo uma variação de apenas (-) 24.752 € em relação ao final do ano passado.

Efetivamente, em termos de preponderância de cada uma das rubricas no cômputo geral da dívida de curto prazo, o agregado de “Outros Credores” assume-se como o mais relevante na gerência de 2015, com um peso na ordem dos 90%. Sobre esta questão reiteram-se as considerações feitas em anteriores relatos quanto à sua componente mais influente, a dos “Credores de Transferências das Autarquias”, cuja maior parcela, no montante de 3.171.281 €, diz respeito a comparticipações de investimento devidas à LIPOR, estando este débito a ser dirimido em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Em termos de cumprimento do que está legalmente imposto quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias - artigo 98.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 -, assinala-se o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

O prazo médio de pagamento do município no final do exercício de 2015 posiciona-se nos 4 dias, continuando assim em níveis francamente satisfatórios.

Quadro 53

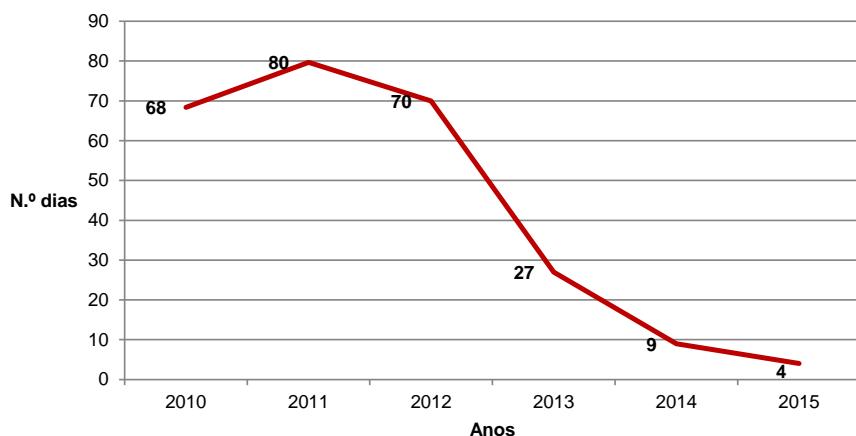
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$	68	80	70	27	9	4

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 47

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Considerando as implicações em matéria de endividamento municipal numa lógica de grupo municipal decorrentes do regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que revogou entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, importa que se faça uma nota prévia às principais alterações introduzidas.

Este diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Com esta alteração do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Outra das alterações significantes ao endividamento refere-se ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Assim, para estes casos, foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supra referidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

Destaca-se ainda que no Orçamento do Estado para 2015 foi previsto no n.º 8 do seu artigo 98.º que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 54

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2012	2013	2014
Município (+)	56.928.774	53.881.244	53.386.380
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-484.616	-427.474	-359.740
SMAS (+)	15.531.132	15.269.867	15.090.302
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-484.560	-427.416	-327.676
Total da Receita Cobrada Líquida	71.490.731	68.296.221	67.789.267
Média dos últimos três anos	69.192.073		
Limite da Dívida Total <=	103.788.109		

Un:Euros

(*) valor ainda não confirmado pela DGAL

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas.

Em tal conformidade, o apuramento do limite da dívida total para cada município em 2015, é realizado de acordo com os seguintes requisitos:

«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».

Para efeitos de apuramento da receita anual corrente líquida cobrada no Município, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzida da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados, em cada um dos anos.

Releva-se ainda que o limite apresentado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2014 seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».

ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Observando as disposições legais plasmadas no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- Neste caso tais entidades apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo;

A este propósito assume particular relevância assinalar que os três Fundos de Investimento Imobiliários 100% detidos pelo Município da Maia, nomeadamente o FII Maia Golfe, o FII Maia Imo e o FII Praça Maior, relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, não obstante estarem devidamente refletidos no Balanço Municipal desde a data da sua constituição ao justo valor.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao seu valor da dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No quadro seguinte sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

Quadro 55

ENTIDADES PARTICIPADAS	
Ano de 2015	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100,00%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor	10,53%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,95%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,46%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%
Maialhova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	25,00%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	
Eixo Atlântico	5,19%
Entidades Regionais	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100,00%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	100,00%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100,00%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	51,00%
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,75%
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	0,06%
Empresas Participadas	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0,22%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,24%
Hospital do Lidor S.A.	10,00%
Águas do Norte, S.A. (1)	1,28%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,0001%
Cooperativas e Fundações	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100,00%
Fundação do Desporto	4,09%
Fundação da Juventude	1,50%
Entidades de outras natureza	
FEII Maiaimo	100,00%
FEII Maiagolfe	100,00%
FII Praça Maior	100,00%

(1) Setor Empresarial do Estado

Das entidades acima identificadas e participadas pelo município, à exceção das empresas abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Norte, S.A., e Metro do Porto, S.A, todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal - no final do exercício de 2015.

Contudo, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Deste modo, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades adiante mencionadas no Quadro 56.

Dá-se nota que apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, não foi possível avaliar o contributo atualizado de duas entidades, em concreto, da Maianova e da Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto.

Todavia, regista-se que por força da pouca materialidade de tais participações do Município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, não se encontra prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste domínio.

Quadro 56

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRAS DE EQUILÍBRIOS ANUAIS	
EM PRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
Primus	0,06%
Empresas participadas:	
Net	0,22%
Hospital Lidor	10,00%

Merece aqui uma breve referência a empresa TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), que no fecho de contas semestral de 2015 apresentou uma contribuição relevante para a dívida do grupo municipal, situação entretanto ultrapassada no final do exercício económico, dado o seu reposicionamento em situação de equilíbrio anual impulsionado pela operação financeira efetuada pelo Município da Maia, em cumprimento das obrigações que decorrem da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Com efeito, reafirma-se que perante a necessidade de dar cumprimento à citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA, o município aprovou a contratação de um empréstimo para a aquisição dos terrenos números 1 e 4 à TECMAIA, no montante de 9.200.000 €, tendo por finalidade a amortização por parte da TECMAIA do seu serviço de dívida naquele exato montante.

Deste modo, a realização desta operação garantiu uma diminuição do passivo da TECMAIA o que permitiu melhorar substancialmente os seus resultados, contribuindo para posicionar a entidade com resultados líquidos antes de impostos positivos.

Remete-se neste âmbito para uma explicação mais detalhada da operação integrada na análise da dívida total do grupo municipal.

Acrescenta-se ainda que em reunião realizada no dia 30 de dezembro de 2015 o órgão executivo deliberou proceder à dissolução e liquidação daquela entidade participada, deliberação aprovada pelo órgão deliberativo na 6.^a sessão extraordinária realizada na mesma data.

Quanto ao Hospital Lidor regista-se que foi declarado insolvente por sentença proferida no dia 03 de Maio de 2013, nos termos do artigo 36.^º, alínea a), do C.I.R.E. – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

No apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, dizendo estas últimas respeito a cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

Quadro 57

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO	
Ano 2015	
Identificação	Contribuição
Município (1)	37.990.422
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	19.145.018
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	19.145.018
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	8.424.236
Lipor	8.308.242
Área Metropolitana Porto	0
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	104.565
AdePorto - Agência de Energia do Porto	6.226
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	358
Maianova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	748
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	0
Eixo Atlântico	4.097
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	126.100
Net	92
Primus	2
Hospital Lidor	126.006
Cooperativas e Fundações (5)	401.087
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	2.688
Fundação do Conservatório de Música	324.097
Fundação do Desporto	13.202
Fundação da Juventude	61.099
Entidades de outra natureza (6)	19.171.399
FEII Maiaimo	6.263.345
FEII Maiagolfe	9.145.002
FII Praça Maior	3.763.051
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	85.258.261
LIMITE LEGAL (8)	103.788.109
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-18.529.848
MARGEM UTILIZÁVEL (álgebra b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 20%	2.344.229
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL A 31 DEZEMBRO 2014 (11)	92.066.962
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]	9.152.930

Un: Euros

Analisados os resultados obtidos, conclui-se que no final da gerência de 2015 a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – é de 85.258.261 €, o que posiciona o município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 18.529.848 €.

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2014 verifica-se uma redução do montante global da dívida em (-) 6.808.701 €, isto é, (-) 7,4%.

A variação da dívida total do grupo municipal em relação ao ano transato é justificada sobretudo pelo contributo do total da dívida do município “*per si*”, cuja redução da sua dívida individual de médio e longo prazo, contratada em exercícios anteriores, permitiu absorver parte significativa do aumento da dívida de médio e longo prazo resultante do financiamento bancário para a compra de terrenos à TECMAIA, tendo-se registado nas demais entidades participadas, à exceção da Lipor e do Serviços Municipalizados, que apresentam reduções de dívida na ordem dos (-) 712.000 € e (-) 539.000 €, respetivamente, variações positivas e negativas que não assumem materialidade no cômputo global da variação obtida. Importa por isso promover uma apreciação circunstanciada à contribuição individual do município.

Como foi sinalizado no capítulo da análise ao endividamento “*stricto sensu*”, no final do ano é visível uma alteração da tendência de redução do total da dívida individual do município, motivada pela concretização de duas operações já anteriormente relatadas - a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), e a imposição legal de subscrição e realização do Fundo de Apoio Municipal (FAM). O impacto destas operações na dívida individual do município foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento dos respetivos serviços de dívida oportunamente negociados.

Se a operação de subscrição do Fundo de Apoio Municipal é uma questão menor na matéria em apreço, uma vez que o Orçamento do Estado para 2015 previu que o montante referente à contribuição de cada município para este fundo não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo, pelo contrário, assume particular relevância.

É importante que se perceba os fundamentos subjacentes a esta operação financeira. Como se disse antes, a celebração deste empréstimo foi determinada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que decorrem para a autarquia da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA.

Desta forma, tal como foi explanado no capítulo do “*Endividamento Stricto Sensu*”, a defesa do superior interesse público ditou a conveniência da aquisição à TECMAIA dos lotes de terreno números 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e a competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e consequentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal, na medida em que afetaria consideravelmente o tecido empresarial local, com o inerente e forte impacto no investimento, empregabilidade e também na arrecadação de receita fiscal provinda da derrama.

Assim, esta operação teve como pressuposto que o seu impacto em matéria de endividamento municipal numa lógica de grupo, não compromettesse, nem a ultrapassagem do limite da dívida total nem a utilização da margem disponível, legalmente estabelecidos.

Para o efeito, a génesis da operação consubstanciou-se na complementaridade da concretização de duas operações - por um lado, a contratação do referido empréstimo por parte do município da Maia, para a aquisição dos terrenos à TECMAIA, no montante de 9.200.000 €, e por outro, a amortização por parte da TECMAIA do seu atual serviço de dívida naquele exato montante. Daqui resultou, como era pressuposto, uma substancial diminuição do contributo daquela sociedade para o endividamento municipal. É pois a complementaridade destas operações que assegura o cumprimento daqueles requisitos legais.

Considerando o exposto, dada a complementaridade das operações e uma vez celebrada a escritura de aquisição dos terrenos no final da gerência de 2015 e a inerente concretização da amortização da dívida por parte da TECMAIA, ficaram integralmente cumpridos os objetivos desta operação.

Recorde-se o pressuposto da operação, isto é, a sua condição “sine qua non” de que o endividamento do grupo municipal não seria prejudicado, salvaguardando-se assim o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis.

Deste modo, a integral materialização desta operação garantiu que o aumento da dívida individual do município fosse acompanhado pela diminuição do passivo da TECMAIA e, consequentemente, pela redução da sua contribuição para o endividamento do grupo, não havendo assim um efeito negativo no que à dívida total do município – grupo municipal – respeita, o que torna a operação inócuia em matéria de dívida do grupo.

Por outro lado, a realização desta operação ao garantir uma diminuição do passivo da TECMAIA, permitiu a esta entidade melhorar substancialmente os seus resultados, contribuindo para no final do exercício de 2015 posicioná-la com resultados líquidos antes de impostos positivos, determinando assim que deixasse de relevar para efeitos de apuramento da dívida total do grupo municipal, como legalmente se impõe.

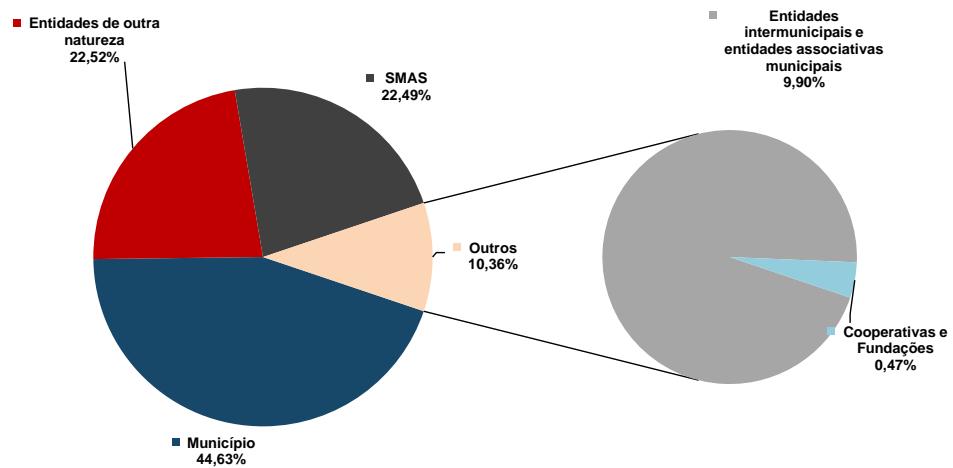
Como nota final sobre o contributo das entidades participadas para a dívida do grupo, importa também enunciar que a dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior iniciada na gerência de 2015, na sequência de proposta aprovada pelo órgão executivo na reunião realizada no dia 15 de junho de 2015 e homologada pelo órgão deliberativo na 3.ª sessão ordinária realizada no dia 25 de junho do mesmo ano, foi concretizada no início de 2016 mediante a celebração da escritura de dissolução e consequente liquidação realizada no dia 29 de janeiro de 2016.

Observado o peso do endividamento de cada uma das entidades na dívida total do grupo municipal, retratado no Gráfico 48, verifica-se que a dívida do Município “stricto sensu” continua a ter a maior expressividade ao absorver cerca de 44,6% do seu conjunto, logo seguida pela dos Fundos de Investimento Imobiliários e dos SMAS, ambos com níveis de endividamento a rondar os 22,5% da dívida total. Sucedete-se o diferencial dos 10%, sob o título “Outros”, a agregar os débitos de várias entidades onde se destaca o contributo da Lipor.

Em matéria de endividamento dos SMAS uma especial referência à sua natureza considerando que cerca de 97% do seu valor, 18.496.554 €, reporta-se a uma dívida de médio e longo prazo à EDP, montante este que respeita à dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988.

Gráfico 48

CONTRIBUTO POR NATUREZA DE ENTIDADE
Ano de 2015



Para uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal, insere-se o Quadro 58 demonstrativo da dívida total de operações orçamentais diferenciada em função do seu grau de exigibilidade.

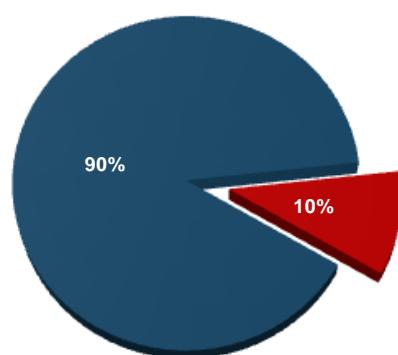
Quadro 58

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
Ano 2015				
Identificação	% (a)	Dívidas a terceiros de MLP (b)	Dívidas a terceiros de CP (c)	Contribuição (d) = (b)+(c)
Município (1)	100%	34.192.554	3.797.868	37.990.422
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)		18.496.554	648.464	19.145.018
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	18.496.554	648.464	19.145.018
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		6.737.040	1.687.196	8.424.236
Lipor	10,53%	6.671.038	1637.204	8.308.242
Área Metropolitana Porto	5,56%	0	0	0
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,95%	66.002	38.564	104.565
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,46%	0	6.226	6.226
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%	0	358	358
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	25,00%	0	748	748
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento		0	0	0
Eixo Atlântico	5,19%	0	4.097	4.097
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		0	126.100	126.100
Net	0,22%	0	92	92
Primus	0,06%	0	2	2
Hospital Lidor	10%	0	126.006	126.006
Cooperativas e Fundações (5)		29.767	371.320	401.087
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%	0	2.688	2.688
Fundação do Conservatório de Música	100%	0	324.097	324.097
Fundação do Desporto	4,09%	0	13.202	13.202
Fundação da Juventude	150%	29.767	31332	61099
Entidades de outra natureza (6)		17.223.890	1.947.509	19.171.399
FEIM Maiaimo	100%	6.252.729	10.616	6.263.345
FEIM Maigolfe	100%	8.345.160	799.842	9.145.002
FII Praça Maior	100%	2.626.000	1.137.051	3.763.051
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		76.679.804	8.578.457	85.258.261
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				

Un: Euros

Gráfico 49

PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE
Ano de 2015



■ Dívidas a terceiros de MLP ■ Dívidas a terceiros de CP

Nos gráficos subsequentes ilustram-se, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 50

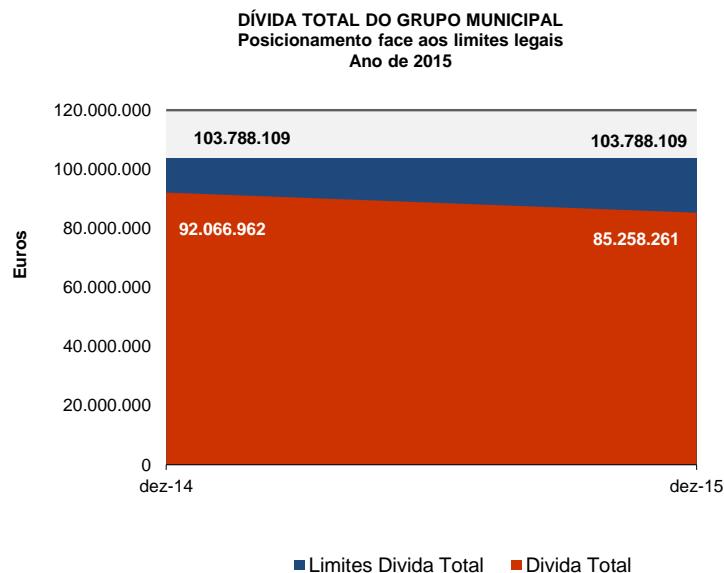
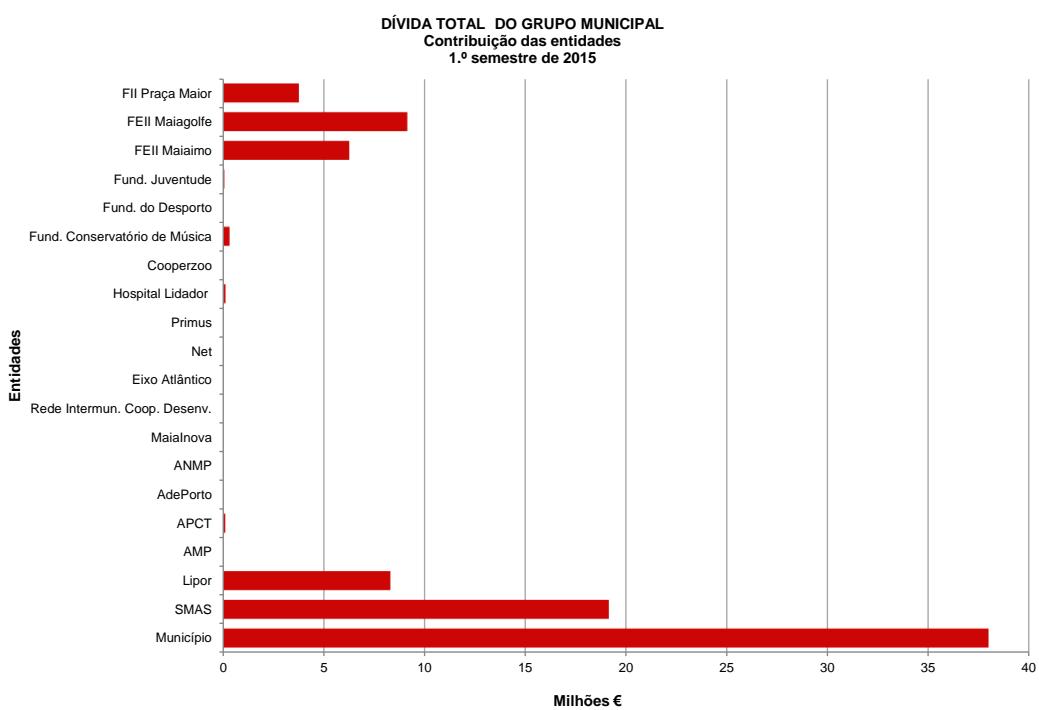


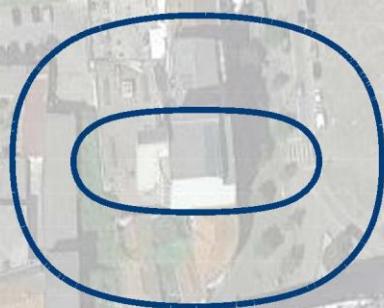
Gráfico 51





maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA



maia

CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

O Balanço é a ferramenta contabilística, por excelência, de aferição da posição económica e financeira de uma entidade, seja esta de natureza pública ou privada. Neste mapa, é possível encontrar informação acerca da composição atual do património/ativo e a expressão de cada uma das suas partes (imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), assim como acerca das fontes de financiamento que lhe estão subjacentes (fundos próprios ou capitais alheios/passivo). Da articulação destas duas partes é possível inferir acerca da capacidade da entidade para se autofinanciar e, por sua vez, da capacidade de manutenção da sua atividade de modo sustentável e equilibrado, cumprindo com as suas obrigações perante terceiros pontualmente.

Apresenta-se de seguida o balanço municipal à data de 31 de dezembro de 2015, bem como o comparativo reportado ao exercício anterior.

Quadro 59

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	420.414.058	100,00%	403.719.647	100,00%	16.694.411	4,14%
Imobilizado	398.690.741	94,83%	390.661.835	96,77%	8.028.906	2,06%
Circulante						
Existências	410.856	0,10%	401.626	0,10%	9.230	2,30%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	3.082.994	0,73%	3.778.455	0,94%	-695.461	-18,41%
Disponibilidades	15.227.220	3,62%	7.082.923	1,75%	8.144.298	114,98%
Acréscimos e Diferimentos	3.002.246	0,71%	1.794.807	0,44%	1.207.439	67,27%
Passivo	121.693.581	100,00%	112.437.740	100,00%	9.255.841	8,23%
Provisões para riscos e encargos	11.450.877	9,41%	9.549.789	8,49%	1.901.088	19,91%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	30.570.661	25,12%	24.993.084	22,23%	5.577.577	22,32%
Curto Prazo	13.899.595	114,2%	12.669.467	11,27%	1.230.128	9,71%
Acréscimos e Diferimentos	65.772.449	54,05%	65.225.401	58,01%	547.048	0,84%
Fundos Próprios	298.720.476	100,00%	291.281.906	100,00%	7.438.570	2,55%
Património	305.197.001	102,17%	304.308.268	104,47%	888.733	0,29%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-16.605.750	-5,56%	-16.098.965	-5,53%	-506.785	3,15%
Reservas	19.579.164	6,55%	18.481.382	6,34%	1.097.782	5,94%
Resultados Transitados	-15.676.526	-5,25%	-14.498.124	-4,98%	-1.178.401	8,13%
Resultado Líquido do Exercício	6.226.587	2,08%	-910.654	-0,31%	7.137.241	-783,75%

Un.: Euros

Em resumo conclui-se que o Ativo Líquido Total a 31 de dezembro de 2015 atingiu o montante de 420.414.058 € a que corresponde, em termos brutos, um valor de 663.672.610 €, e que representa uma variação líquida de (+) 16.694.411 € relativamente ao comparável Ativo Líquido de 2014, sobretudo devido às componentes de imobilizado e disponibilidades, que sozinhas concorrem com um aumento de 16.173.204 €.

Aumentam também, seguindo a mesma tendência, quer o Passivo quer os Fundos Próprios que, no final de 2015, atingiram os montantes de 121.693.581 € e de 298.720.476 €, respetivamente, sendo que no primeiro dos membros do balanço referidos a subida teve origem sobretudo nas Dívidas a Terceiros,

enquanto no segundo fica a dever-se sobretudo ao resultado líquido do período em análise, no valor de (+) 6.226.587 €.

Segue-se uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

ATIVO

IMOBILIZADO

Analisado em detalhe o Ativo Líquido, verifica-se que o Imobilizado continua a ser a componente com maior expressão financeira, ao representar 94,83% do seu total, equivalendo-lhe o montante de 398.690.741 €.

Em termos líquidos, as rubricas de Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros aumentam o suficiente para mais do que compensar a diminuição das restantes rubricas Bens de Domínio Público e Imobilizações Incorpóreas, donde globalmente o Imobilizado apresenta um aumento de (+) 8.028.906 € face ao período homólogo, tal como se demonstra detalhadamente no quadro seguinte.

Quadro 60

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2015/2014						
Rubricas	2015	%	2014	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	94.414.740	23,68%	98.384.467	25,18%	-4,03%	-3.969.727
Imobilizações Incorpóreas	290.861	0,07%	374.689	0,10%	-22,37%	-83.829
Imobilizações Corpóreas	285.707.304	71,66%	277.244.757	70,97%	3,05%	8.462.546
Investimentos Financeiros	18.277.837	4,58%	14.657.922	3,75%	24,70%	3.619.915
TOTAL	398.690.741		390.661.835		2,06%	8.028.906

Un.: Euros

No que se reporta à estrutura, mantém-se a predominância das Imobilizações Corpóreas, que consomem 71,66% do total do Ativo Líquido Imobilizado, seguidas dos Bens de Domínio Público, que figuram com 23,68%, e, por fim, os Investimentos Financeiros e as Imobilizações Incorpóreas, que continuam a representar em conjunto menos de 5% do total.

A título meramente elucidativo, inserem-se dois gráficos ilustrativos da estrutura e evolução do Ativo Líquido Imobilizado entre 2014 e 2015.

Gráfico 52

Estrutura do Activo Líquido do Imobilizado 2015

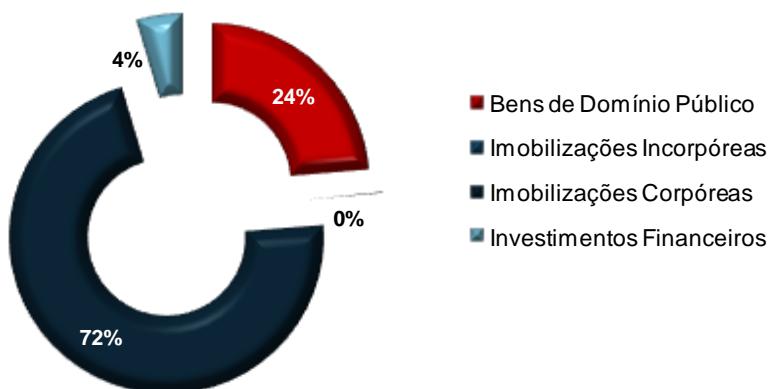
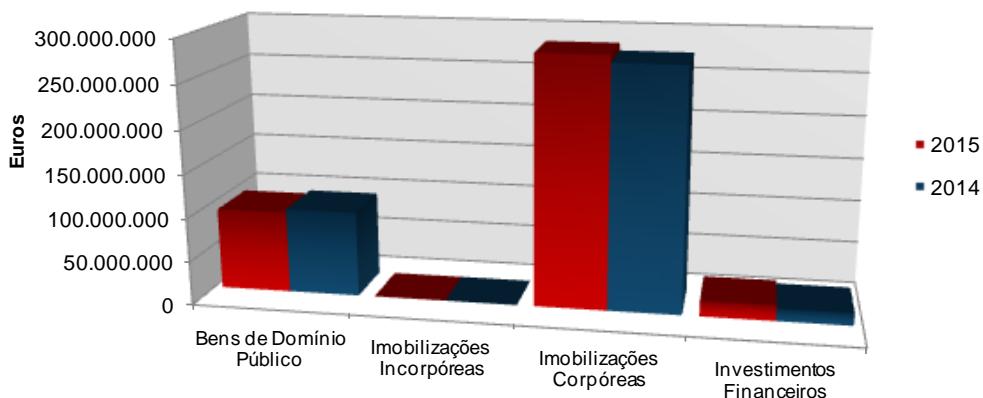


Gráfico 53

Ativo Líquido Imobilizado - Variação 2015/2014



Em termos absolutos, as variações mais acentuadas ocorreram na rubrica de Imobilizações Corpóreas, (+) 8.462.546 €, logo seguidas dos Bens de Domínio Público, (-) 3.969.727 €, depois pelos Investimentos Financeiros, que aumentam (+) 3.619.915 €, e por último as Imobilizações Incorpóreas, com (-) 83.829 €.

Seguindo precisamente esta sequência, versa a análise deste relatório primeiramente sobre as Imobilizações Corpóreas, que no exercício em apreço apresentam, como foi referido, um aumento de (+) 8.462.546 €.

Desde logo é incontornável, no comportamento desta rubrica em 2015, a aquisição de dois lotes de terreno ao TECMAIA, dando cumprimento à deliberação municipal nesse sentido - tema que, por sua vez, foi já amplamente explorado no capítulo deste relatório de análise detalhada da despesa do exercício, em particular no capítulo da dívida do Município. A inscrição desses terrenos no Imobilizado Corpóreo

municipal representa um aumento de (+) 9.243.582 € donde, como é visível, o seu impacto não pode ser de forma alguma negligenciado.

Além deste efeito, não será de todo despiciente o aumento das aquisições de Imobilizado em Curso (em concreto nas rubricas de escolas, pavilhões desportivos, habitação social e outras construções), cuja variação conjunta ascende a cerca de 2.924.420 €. Este efeito, conjugado com o da aquisição dos terrenos acima referidos, acaba por mais do que compensar o efeito das amortizações que, só por si, tenderia a fazer diminuir o valor do Ativo Líquido Imobilizado.

Passando à análise da evolução dos Bens de Domínio Público, é constatável uma diminuição do seu valor de (-) 3.969.727 €, decorrente do facto de as amortizações regulares deste imobilizado mais do que compensarem os aumentos da rubrica, em termos brutos - vindos sobretudo de Outras Construções e Infraestruturas, contendo custos suportados designadamente com melhorias de arruamentos e viadutos do Município.

Analisando a variação dos Investimentos Financeiros, importa referir que esta é em grande parte explicada pelo registo contabilístico da subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), (+) 2.990.301 €; conforme já houve ocasião de explicar no relatório de gestão semestral, a subscrição deste fundo reveste-se de caráter obrigatório (imposto pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal). A finalidade deste fundo é contribuir para prevenir e recuperar de situações de rutura financeira os municípios que se encontrem (efetiva ou potencialmente) em situação de incumprimento, assegurando o respeito pelo limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), através de mecanismos de reequilíbrio orçamental, reestruturação da dívida e assistência financeira.

Também de acordo com Nota Explicativa no âmbito da Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM emitida pelo SATAPOCAL, de maio de 2015, o registo contabilístico deve ser feito, do lado do Ativo e justamente na rubrica de Investimentos Financeiros, pelo montante total da subscrição do fundo a que o Município se encontra obrigado por força de lei e independentemente da realização dessa subscrição vir a ser feita paulatinamente. Seguindo essa instrução, assim procedeu também a Câmara Municipal da Maia.

Ainda na rubrica de Investimentos Financeiros, é possível encontrar refletidas as participações detidas pelo Município, avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (aplicação da proporção do capital social detida ao montante dos Capitais Próprios das participadas, sempre que estes sejam positivos). Das variações ocorridas nos capitais próprios de cada uma das referidas entidades participadas com Capital Próprio positivo, evidenciam-se os aumentos dos capitais próprios das empresas Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., Maiambiente – Empresa Municipal de Ambiente e EMEM – Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, conforme se demonstra no Quadro imediato.

Quadro 61

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado	Variação	
Partes de capital				31-Dez-15	31-Dez-14
EM EM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124.699	421.343	359.237	62.106
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22.938	0	0	-
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1.496.394	3.020.852	2.793.379	227.473
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Patrimonial	100%	12.811.338	8.202.744	7.759.245	443.499
MACMAI	100%	149.639	0	0	0
TECM AIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2.799.390	0	0	0
		17.404.398	11.644.939	10.911.862	733.078

Un.: Euros

Ainda sobre os investimentos financeiros, cumpre recordar também que continuam aqui incluídos, à semelhança de 2014, os Fundos de Investimento Imobiliário; estes permanecem valorizados ao custo, líquido de amortizações e de provisões associadas, por alteração da política contabilística ocorrida em 2014 - motivada pela entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei 73/2013, de 3 de setembro). Em 2015, a manutenção deste critério levou a que fossem efetuados ajustamentos nos Investimentos Financeiros associados aos Fundos apenas no sentido de os atualizar pelo seu valor, redundando contabilisticamente numa diminuição do valor deste ativo, em (-) 110.093 € - no caso em concreto, correspondente apenas ao Maia Imo, por ser o único com Capitais Próprios positivos -, bem assim como corrigidas as Provisões anteriormente constituídas em (-) 29.123 € - correspondentes aos restantes dois fundos, Maia Golfe e Praça Maior, que se mantêm com Capitais Próprios negativos.

No quadro seguinte, são apresentados detalhadamente os elementos financeiros que estiveram na origem dos movimentos contabilísticos efetuados.

Quadro 62

INVESTIMENTOS FINANCEIROS - Fundos de Investimento Imobiliário (MEP)						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital Próprio Ajustado	Variação		
Outras Aplicações Financeiras				Investimentos Financeiros	Provisões	
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	1.255.383	1.365.476	-110.093	-
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLF"	100%	5.500.000	-1.526.816	-1.441.546	-	85.270
Fundo de Investimento Imobiliário "PRAÇA MAIOR"	100%	5.000.000	-3.000.639	-3.056.786	-	-56.147
		16.500.000	-3.272.072	-3.132.856	-110.093	29.123

Un.: Euros

Concluídos os Investimentos Financeiros, finaliza-se a análise do imobilizado com uma referência às Imobilizações Incorpóreas, que continuam a ter uma importância diminuta, ao representarem apenas 0,07% do total do Ativo Imobilizado, não carecendo por isso de nenhuma observação de pormenor.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza a 31 de dezembro de 2015 o montante de 18.721.070 €, representando 4,45% do total do ativo líquido, repartido entre existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades.

A parcela das disponibilidades é a mais relevante do ativo circulante, absorvendo cerca de 81% do seu total, seguindo-se as dívidas de terceiros de curto prazo (com 17%) e, residualmente, as existências (com 2%).

Com exceção das dívidas de terceiros de curto prazo, cujo valor no final de 2015 diminuiu em relação ao ano anterior, quer as existências, quer as disponibilidades aumentam face ao exercício anterior, apresentando estas últimas uma variação com incontornável materialidade - (+) 8.144.298 €.

Atenta a importância desta rubrica, insere-se uma apreciação detalhada das Dívidas de Terceiros, de acordo com o Quadro 63.

Quadro 63

	DÍVIDAS DE TERCEIROS						Variação 2015/2014	
	2015		2014		Ativo Bruto	Provisões		
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido		
Empréstimos Concedidos	76.566	0	76.566	82.153	0	82.153	-6,80%	
Clientes/Contrib e Utentes c/c	1.180.462	0	1.180.462	1.499.009	0	1.499.009	-21,25%	
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	6.746.327	6.418.762	327.565	6.638.856	6.393.286	245.570	33,39%	
Clientes/Contrib./Utentes - Cobrança Duvidosa	5.237.131	4.932.617	304.514	5.207.846	4.967.011	240.835	26,44%	
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	1.509.196	1.486.145	23.051	1.431.010	1.426.275	4.734	386,93%	
Estado	118.861	0	118.861	312	0	312	38046,51%	
Outros Devedores	1.379.540	0	1.379.540	1.951.412	0	1.951.412	-29,31%	
Dev. de Transferências para as A. L.	322.748	0	322.748	717.143	0	717.143	-55,00%	
Devedores Diversos - Outros	1.056.792	0	1.056.792	1.234.269	0	1.234.269	-14,38%	
TOTAL	9.501.756	6.418.762	3.082.994	10.171.741	6.393.286	3.778.455	-18,41%	

Un.: Euros

Da observação do quadro supra são detetáveis variações de sinal simétrico em diversas rubricas, que acabam por consolidar-se numa diminuição global de (-) 695.461 €.

Em detalhe, aumentam em valor absoluto as rubricas de Estado, (+) 118.549 €, Clientes/Contribuintes/ Utentes – Cobrança Duvidosa, (+) 63.679 € e Outros Devedores – Cobrança Duvidosa, (+) 18.317 €; em sentido contrário, observam diminuições as rubricas que compõem Outros Devedores, (-) 571.872 €, Clientes/ Contribuintes e Utentes c/c, (-) 318.547 €, e Empréstimos Concedidos, (-) 5.587 €.

Dentre as diversas rubricas individualmente consideradas, a que mantém maior expressão em termos líquidos continua a ser Clientes, Contribuintes e Utentes – C/c, com origem na cobrança de receita associada à emissão de alvarás de licenciamento e de loteamento e respetivas taxas municipais de urbanização; observa uma diminuição apreciável no período considerado, mantendo-se destacado o saldo individual da Siderurgia Nacional - Empresa de Produtos Longos, S.A., que só por si apresenta um débito de 649.912 € (dívida transportada de 2014).

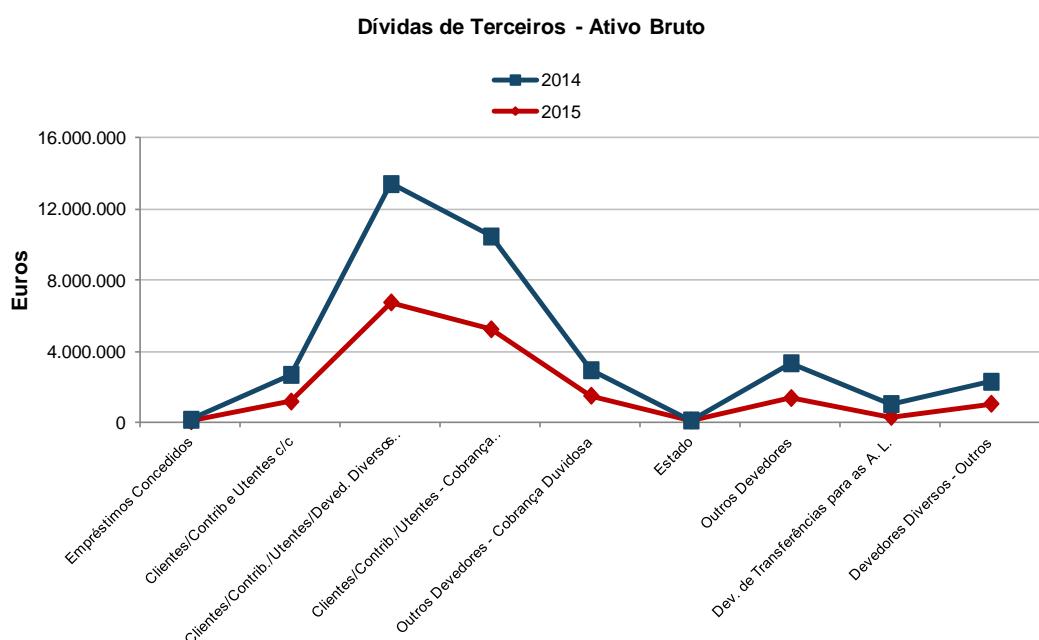
Nas que viram o seu valor reduzir entre 2014 e 2015 destaca-se ainda a rubrica de Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, cuja variação de (-) 394.395 € se deve na maior parte (215.632,73 €) ao facto do reembolso de pedidos de pagamento submetidos no âmbito da atribuição de Fundos Comunitários que se encontravam pendentes no fim de 2014 ser superior ao montante que ficou

em igual situação no fim de 2015, muito por força do encerramento do quadro comunitário – em especial, relacionados com o financiamento de despesas com construção, ampliação e/ ou beneficiação de Centros Escolares. Com expressão menor, diminuiu também o saldo correspondente à dívida do Estado na qualidade de devedor de transferências para as autarquias locais, (-) 178.762,05 € - destacando-se uma correção do saldo final de 2014 cujo valor se cifrou em 109.590 €.

Regista-se ainda uma observação para os empréstimos concedidos, que no exercício de 2015 apresentam uma diminuição de 5.587 €, em virtude de ter ocorrido o reembolso de parte do saldo transitado de anos anteriores no âmbito do programa FINICIA.

Para uma melhor percepção das oscilações das Dívidas de Terceiros em 2015 face ao ano anterior, ilustra-se a análise efetuada com a representação gráfica que se insere.

Gráfico 54



Completa-se a apreciação do Ativo Circulante com alusão às disponibilidades, cujo montante a 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 15.227.220 €, dos quais 12.809 € referem-se a valores em Caixa, e 15.214.411 € resultam de depósitos em Instituições Financeiras.

O significativo aumento verificado em Disponibilidades, mais concretamente em depósitos bancários, advém do próprio resultado da atividade, acompanhado de uma dinâmica de tesouraria geradora de fluxos de caixa excedentários.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apreciação se faz de seguida.

Quadro 64

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	2.964.371
Juros a Receber	12.828
Impostos e Taxas	1960.762
Subsídios Correntes	392.231
Instalações Desportivas	15.412
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	583.136
Custos Diferidos	37.875
Prémios de Seguros	0
Rendas Antecipadas	523
Outros Custos Diferidos	37.352
TOTAL	3.002.246

Un.: Euros

O reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa apresenta, no final de 2015, o valor de 3.002.246 €, sendo imputado o montante de 2.964.371 € a Acréscimos de Proveitos e o de 37.875 € a Custos Diferidos.

Nos Acréscimos de Proveitos destaca-se a rubrica de Impostos e Taxas, que responde sozinha por 66% do total contabilizado nesse item, diferenciando-se o I.M.T. - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis, com 1.256.959 €, a Derrama com 255.663 €, o I.M.I. - Imposto Municipal s/Imóveis, com 217.722 €, e por último o I.U.C. - Imposto Único de Circulação, com 211.814 €. Residualmente, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e a Contribuição Especial conjuntamente respondem por 18.605 €.

Com expressão materialmente relevante surgem logo de seguida os Outros Acréscimos de Proveitos, cujo valor de 583.136 € está relacionado em grande parte (426.925 €) com o reconhecimento do proveito referente aos recebimentos esperados por parte dos encarregados de educação correspondentes ao fornecimento de refeições escolares, CAF e SAF do último trimestre do exercício (primeiro período do ano letivo 2015/ 2016).

Em terceiro lugar, ordenando por valor absoluto de contributo para o valor apurado final, vem a rubrica de Subsídios Correntes que regista um saldo de (+) 392.231 € resultantes do reconhecimento da receita a arrecadar no âmbito do Programa de Expansão Pré-Escolar, (+) 65.715 €, do Fornecimento de refeições escolares, (+) 9.403 €, de Atividades de Enriquecimento Curricular, (+) 228.660 €, e Outros, (+) 2.150 €.

PASSIVO

Sem prejuízo de uma análise mais detalhada da dívida do Município da Maia, remetida pela sua importância para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão (versando sobre as variações mais expressivas e os respetivos fundamentos), considera-se contudo da maior pertinência uma análise sumária do passivo.

Sem perder de vista a relação direta ou indireta com as referências que constam do capítulo específico da dívida do Município, o qual atende apenas às operações de natureza orçamental, justifica-se neste ponto uma análise resumida do passivo, que atende a ambas as naturezas de operações - orçamentais e não orçamentais.

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo do Município da Maia totalizou 121.693.581 €, apresentando uma expressiva variação de (+) 9.255.841 € para a qual contribuíram todas as rubricas que o compõem, porém com contributos de materialidade distinta.

Desde logo, e de forma determinante, a oscilação das Dívidas a Terceiros em (+) 6.807.705 €, que representa um aumento na ordem de (+) 32% face ao período homólogo, com impacto mais significativo nas dívidas de médio e longo prazo que, representando em valor absoluto uma parcela maior, crescem também a um ritmo maior relativamente ao ano anterior - (+) 22,32% -, ao passo que as de curto prazo, sendo de valor menor, crescem menos também – apenas (+) 9,71%.

Seguindo a tendência, surgem as Provisões para Riscos e Encargos exibindo um aumento de (+) 1.901.088 €, devido ao reforço das provisões para Processos Judiciais em Curso e das Provisões para Outros Riscos e Encargos.

Neste último caso não pode deixar de ser referido que o aumento acontece por via do reforço das Provisões associadas às participações do Município na Fundação Conservatório de Música da Maia (reforçada em 40.925 €) e no Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., (também reforçada em 1.430.708 €); encontra-se também refletida nesta rubrica a anulação, por força da extinção da empresa municipal Academia das Artes da Maia, E.E.M., da Provisão que havia sido constituída em exercícios anteriores, no montante de 271.499 €. Por último, encontra-se também incluso o reforço da Provisão associada à posição financeira dos Fundos de Investimento Imobiliário (designadamente o seu Passivo) – como já houve ocasião de ilustrar através do Quadro 57 inserido na análise aos Investimentos Financeiros (Ativo), foram corrigidas as Provisões constituídas relacionadas com a posição financeira dos Fundos de Investimento Imobiliário Maia Golfe e Praça Maior (diminuída globalmente em 29.123 €).

Também a rubrica de Acréscimos e Diferimentos (passivos) registou um aumento em relação ao ano anterior, de (+) 547.048 €, com origem nos agrupamentos de Remunerações a Liquidar, Juros a Liquidar, Rendas e Subsídios para Investimentos, cuja análise mais pormenorizada se insere no capítulo dos acréscimos e diferimentos de natureza passiva.

DÍVIDAS A TERCEIROS

Dada a sua importância e inerente materialidade financeira – representam 36,43% do passivo - a rubrica de Dívidas a Terceiros será alvo de análise mais aprofundada, auxiliada pelos quadros que seguidamente se inserem.

Quadro 65

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2015	2014	Variação
Divida de Médio e Longo Prazo	36.755.669	29.716.463	23,69%
Divida de Curto Prazo	7.714.587	7.946.088	-2,91%
Total	44.470.256	37.662.551	18,08%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Tal como referido anteriormente, a Dívida Total a Terceiros apresenta um aumento de (+) 6.807.705 €, resultante da diminuição da componente de curto prazo, no valor de (-) 231.501 €, ser mais do que compensada pelo aumento ocorrido na componente de médio e longo prazo, de (+) 7.039.206 €, incluindo-se nesta última a dívida de médio e longo prazo exigível no curto prazo.

A componente da dívida de médio e longo prazo, no montante de 36.755.669 €, representa cerca de 82,7% do total da dívida a terceiros e ostenta uma variação positiva de (+) 23,69%, tendo contribuído para esta evolução de modo determinante o contrato de empréstimo no montante de 9.200.000 €, celebrado com o BPI para aquisição de dois lotes de terreno que eram propriedade do Tecmaia – já amplamente explicado na análise ao Imobilizado, bem assim como em capítulo anterior versando a análise detalhada à despesa de capital efetuada no exercício.

Também neste item se encontra incluída a parcela do Fundo de Apoio Municipal subscrita e que não foi realizada até ao fim de 2015 – 2.563.115 €.

A diminuição da dívida de curto prazo representa menos de 1% do passivo total reportado a 31 de dezembro de 2015, razão pela qual não se justifica uma análise exaustiva deste item.

Acrescenta-se uma nota final à análise do Quadro antecedente, para referir que a informação aqui evidenciada tem em consideração a natureza da dívida, independentemente da exigibilidade da mesma.

Quadro 66

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
	2015	2014	Variação
Operações Orçamentais			
Curto Prazo	3.797.868	4.098.056	-7,33%
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	372.752	610.903	-38,98%
Fornecedor immobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	16.196	53.481	-69,72%
Adiantamento por conta de vendas	8.164	8.164	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	-
Outros Credores	3.371.556	3.396.308	-0,73%
Sub-Total	3.797.868	4.098.056	-7,33%
Operações Não Orçamentais			
Curto Prazo	3.916.719	3.848.032	1,78%
Clientes e Utentes c/ Cauções	1.900.116	1.861.879	2,05%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	849.722	799.330	6,30%
Estado e Outros Entes Públicos	228.228	247.866	-7,92%
Outros Credores	938.652	938.957	-0,03%
Sub-Total	3.916.719	3.848.032	1,78%
TOTAL	7.714.587	7.946.088	-2,91%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Comparativamente ao ano anterior, e no que respeita às operações orçamentais de curto prazo, verifica-se uma diminuição de (-) 7,33% na dívida constituída.

As operações não orçamentais referem-se a operações de tesouraria e a cauções em dinheiro, caracterizando-se por cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Representa-se graficamente a variação das dívidas a terceiros, nas suas duas grandes componentes, tendo como referência o transato ano de 2014.

Gráfico 55



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja composição em 2015 se pode verificar no Quadro 67.

Quadro 67

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	3.310.726
Remunerações a Liquidar - ano seguinte	2.542.450
Juros a Liquidar	147.346
Outros Acréscimos de Custos	620.929
Proveitos Diferidos	62.461.723
Rendas:	10.612.022
Processo de antecipação de rendas	9.465.271
Outras rendas	8.251
Direito de Superfície	1.138.500
Subsídios para Investimentos	48.698.463
Outros Proveitos Diferidos	3.151.238
TOTAL	65.772.449

Un: Euros

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 65.772.449 €, distribuindo-se maioritariamente (95%) por Proveitos Diferidos, e em bastante menor dimensão por Acréscimos de Custos.

A parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a remunerações a pagar em 2016 a título de férias e subsídio de férias, cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal – que, por sua vez, foram já amplamente explicadas em capítulo anterior deste relatório. Os valores especializados atendem às obrigações que se constituem a 31 de dezembro de 2015, pelo que contemplam já os efeitos da reversão das reduções remuneratórias em vigor em 2014 e entretanto declaradas inconstitucionais já no decurso de 2015.

Em Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos os custos imputáveis a 2015 referentes ao fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros, no valor total de 620.929 €.

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que representam cerca de 74% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva: respeitam às comparticipações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado na medida dos pedidos de pagamento efetuados e cujos proveitos vão sendo reconhecidos em linha com as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento.

Outra das parcelas com materialidade diz respeito ao processo de cessão de créditos das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, levado a efeito em 2004 pela empresa Espaço Municipal, E.E.M., de que resultou uma transferência de verba para os cofres do Município da Maia, verba essa que é anual e gradualmente imputada a proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, relativamente ao património immobilizado da Autarquia que em cada ano é amortizado.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais apresentam em 31 de dezembro de 2015 um saldo 298.720.476 €, tendo aumentado (+) 7.438.570 €, relativamente ao antecedente ano de 2014.

Na origem daquela variação positiva estão sobretudo os Resultados Líquidos do Exercício no montante de (+) 6.226.587 € - a que corresponde uma variação de (+) 7.137.241 € face ao registado em 2014.

A justificação mais pormenorizada dos movimentos ocorridos no decurso do exercício de 2015 em cada uma das contas que compõem a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28 do presente Relatório de Gestão.



maia

CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados disponibiliza informação acerca da performance da entidade: dos custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em apreço, assim como dos proveitos e ganhos obtidos nos processos criadores de bens e serviços (públicos) consumidores desses gastos – e, inherentemente, da capacidade dos últimos para cobrir os primeiros na íntegra.

No Quadro 68 apresentam-se os resultados do Município em 2015, analisando-se de seguida os factos mais relevantes que contribuíram para a formação do Resultado Líquido do Exercício.

Quadro 68

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2015	2014	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	809.407	869.073	-6,87%
Fornecimento e Serviços Externos	15.450.003	14.412.051	7,20%
Custos com Pessoal	18.578.297	18.634.654	-0,30%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	4.769.920	3.062.897	55,73%
Amortizações do Exercício	16.423.696	16.433.896	-0,06%
Provisões do Exercício	1.068.938	239.266	346,76%
Outros Custos e Perdas Operacionais	134.242	78.171	71,73%
(A)	57.234.502	53.730.007	6,52%
Custos e Perdas Financeiras	1.012.223	1.169.725	-13,46%
(C)	58.246.725	54.899.732	6,10%
Custos e Perdas Extraordinárias	2.110.135	5.205.014	-59,46%
(E)	60.356.860	60.104.746	0,42%
Resultado Líquido do Exercício	6.226.587	-910.654	-783,75%
	66.583.447	59.194.092	12,48%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	5.534.471	5.763.732	-3,98%
Impostos e Taxas	38.883.601	33.570.478	15,83%
Trabalhos para a própria entidade	100	0	-
Proveitos Suplementares	29.196	23.787	22,74%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.835.906	14.027.957	5,76%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	3.904	9.046	-56,85%
(B)	59.287.178	53.394.999	11,04%
Proveitos e Ganhos Financeiros	868.324	473.571	83,36%
(D)	60.155.502	53.868.570	11,67%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	6.427.945	5.325.522	20,70%
(F)	66.583.447	59.194.092	12,48%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	19.545.310	16.338.154	-
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	2.052.676	-335.008	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-143.899	-696.155	-
Resultados Correntes: (D-C)	1.908.777	-1.031.162	-
Resultados Líquido do Exercício:	6.226.587	-910.654	-

Un.: Euros

Da observação do quadro antecedente verifica-se desde logo que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2015, positivo e no montante de 6.226.587 €, reflete a manutenção de tendência de melhoria que já vinha sendo observada, tendência que se acentuou agradavelmente no ano em apreço.

Conclui-se que a variação positiva dos Resultados Líquidos verificada entre 2014 e 2015 (7.137.241 € positivos) resulta de uma melhoria de performance ao nível de todas as naturezas de resultados, sendo

esta variação atribuível em (+) 2.387.684 € à atividade de natureza operacional, (+) 552.255 € à de natureza financeira e (+) 4.197.302 € à de natureza extraordinária.

Começando pela análise do Resultado Operacional, para a sua variação positiva contribuíram sobretudo o aumento dos ganhos operacionais, (+) 5.892.179 €, que mais do que compensa o aumento dos custos da mesma natureza no montante de (+) 3.504.495 €.

Assim, e analisando em detalhe o aumento dos custos operacionais, destacam-se primeiramente as rubricas cuja variação seguiu a tendência global (de aumento) entre 2014 e 2015, destacando-se desde já e em primeiro lugar as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais: comparativamente com 2014 cresceram (+) 1.707.024 €. A maior parte desta oscilação é explicada pelo aumento das transferências para as empresas municipais – designadamente para a Espaço Municipal, ao abrigo de contrato programa para o efeito celebrado com vista à realização de obras de conservação, de caráter extraordinário, nos empreendimentos municipais de habitação social e cuja execução se iniciou em 2014, originando em 2015 a atribuição de subsídio no montante de 1.577.883 €. A este valor, somam-se 57.389 € pagos à Município - para reposição do equilíbrio de contas de 2013, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 40º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto -, e 125.446 € pagos à empresa municipal Academia das Artes da Maia, com vista à liquidação dos passivos da mesma, condição necessária à sua extinção.

Logo de seguida apresentam-se, por ordem decrescente das variações positivas, os Fornecimentos e Serviços Externos com uma variação de (+) 1.037.952 €. Esta rubrica encerra em si itens diversos, versando este relato primeiramente sobre os que, à semelhança da rubrica agregadora, também sofreram variações positivas de 2014 para 2015, a saber a Eletricidade, (+) 294.497 €, os Trabalhos Especializados, (+) 194.373 €, o Contencioso, Registos e Notariado, (+) 183.452 €, a Água, (+) 177.492 €, e a Conservação e Reparação, (+) 113.002 €; com aumentos em valor absoluto individualmente inferiores a 100.000 €, seguem depois os Encargos de Cobrança, (+) 77.598 €, os Honorários, (+) 49.632 €, a Vigilância e Segurança, (+) 45.774 €. Se nos casos da Água e Eletricidade, os aumentos ficam a dever-se tão só aos aumentos das tarifas, já nos Trabalhos Especializados anota-se que o aumento teve origem em encargos associados a atividades no âmbito cultural, designadamente a Bienal da Maia 2015 e o Plano Estratégico de Desenvolvimentos Artístico e Fomento da Cultura. No Contencioso, registos e notariado o aumento fica a dever-se em grande parte ao pagamento de sentença ditada em 08/04/2015 pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, no montante de 186.053 € (na sequência da inhabitabilidade de uma habitação em Vila Nova da Telha, em razão de intempérie e com responsabilidades atribuíveis ao Município).

Em sentido contrário – tendente à diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos – encontra-se no topo a rubrica de Rendas e alugueres, com uma variação de (-) 54.729 €, logo seguida da Publicidade e propaganda, com (-) 45.361 €.

As variações nas restantes rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e não elencadas somam um aumento global de 2.222 € donde se considera desnecessária uma análise exaustiva das razões para estas variações.

Retomando a análise dos Custos Operacionais, aumentam também de modo expressivo e em terceiro lugar por ordem de grandeza das variações, as Provisões do Exercício, com um aumento de

(+) 829.672 €, fruto essencialmente da variação registada em Processos Judiciais em Curso (que aumenta 982.127 €, mais do que compensando a diminuição das Provisões constituídas para Cobranças Dúvidosas, (-) 152.456 €.

Residualmente e sem expressão materialmente relevante, aumentam ainda os Outros Custos e Perdas Operacionais em (+) 56.071 €.

Elencando agora as rubricas de custos operacionais que observaram uma tendência de diminuição entre 2014 e 2015, e não obstante o impacto destas diminuições ser relativamente inócuo ao nível da evolução do cômputo global dos custos operacionais, identificam-se desde logo os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas com uma redução de (-) 59.667 €, seguidos dos Custos com Pessoal, que observam também uma diminuição, (-) 56.356 €, e, por último, as Amortizações do Exercício que diminuem no período observado (-) 10.200 €.

Relativamente à evolução dos Custos com Pessoal, são incontornáveis as limitações impostas pelos sucessivos Orçamentos de Estado, desde 2010 a esta parte. Explicados que já foram os constrangimentos legais em vigor à data deste reporte, em capítulo próprio de análise à despesa do exercício, não é por isso de todo surpreendente que também ao nível dos gastos contabilizados seja visível essa redução que, não obstante a reversão da redução remuneratória em 20%, acaba por mais do que compensar o aumento de gastos gerado no imediato – quer por aposentação, quer por via da adesão de alguns funcionários ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local, cujas compensações legalmente previstas foram suportadas neste ano.

A evolução das amortizações do exercício pauta-se por uma lógica de continuidade e manutenção nos critérios que vinham sendo observados em 2014.

No lado dos Proveitos Operacionais, regista-se um aumento muito significativo comparativamente com os valores observados em 2014, com destaque claro para a rubrica de Impostos e Taxas cuja variação de (+) 5.313.124 € foi determinante na performance global dos Proveitos e Ganhos desta natureza. Esta variação, que já se antecipava como cenário provável na análise que foi feita em capítulo anterior deste relatório à receita cobrada em 2015, surge alinhada com os aumentos que já então se constataram e fica a dever-se sobretudo ao aumento observado nos Impostos Diretos, designadamente na Derrama, (+) 3.133.741 €, e no Imposto Municipal Sobre as Transações Onerosas de Imóveis, (+) 2.601.642 €, logo seguidos pelo aumento do Imposto Municipal de Imóveis, (+) 603.379 €. Em termos globais, estes aumentos mais do que compensam a diminuição dos proveitos reconhecidos no período correspondentes a Impostos Indiretos – que reduzem, face ao valor observado em 2014, (-) 863.627 €.

De seguida apresenta-se a rubrica de Transferências e Subsídios Obtidos, com uma variação de (+) 807.949 € que fica a dever-se na sua maior parte a Transferências Obtidas de Administrações Públicas – o aumento da Participação no IRS e do Fundo Social Municipal mais do que compensam a diminuição do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do montante atribuído no exercício ao abrigo do Acordo de Cooperação do Pré Escolar com a DREN. Acresce a estas Transferências o financiamento atribuído por Empresas (Brisa) no montante de 264.563 €, através de protocolo celebrado com vista à ampliação da escola da Pícua (Granja).

Os proveitos com origem nas “Vendas e Prestações de Serviços” diminuíram (-) 229.261 €. Neste item incluem-se os serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos; isto é, aqui se encontram os proveitos advindos dos Complexos Desportivos Municipais, da Bilheteira On-line (atividades culturais), Férias Culturais e Férias Desportivas, reembolsos (por parte dos Encarregados de Educação) das despesas com o fornecimento das refeições escolares, e faturação da Componente de Apoio à Família e Serviço de Apoio à Família.

As restantes rubricas apresentam oscilações cuja materialidade não requer uma análise tão aprofundada.

Abordando-se seguidamente o Resultado Financeiro, que apresenta no final do ano de 2015 um aumento de (+) 552.255 €, conclui-se que o contributo dos resultados desta natureza para o resultado líquido, embora interessante, não é comparável com o do resultado operacional.

Para o referido aumento, concorreram, por um lado, o decréscimo de (-) 157.502 € verificado nos Custos e Perdas Financeiras, decréscimo por sua vez adveniente da redução dos Juros Suportados – diminuíram (-) 148.118 € -, das Perdas em Entidades Participadas – que diminuíram face ao observado em 2014 (-) 38.632 € - e de Outros Custos e Perdas Financeiras, que contrariamente às restantes rubricas observaram uma tendência de aumento de (+) 29.248 €.

Os Proveitos Financeiros apresentam em 2015 um aumento no montante de 394.753 €, essencialmente proveniente das rubricas de Ganhos em Entidades Participadas, (+) 252.059 €, Rendimentos de Participações de capital, (+) 112.260 €, e de Juros Obtidos, (+) 55.445 € cujos aumentos mais do que compensam a diminuição dos Outros Proveitos e Ganhos Financeiros – (-) 24.793 € - e de Rendimentos de Imóveis – (-) 215 €.

Da redução de gastos e do aumento de rendimentos de natureza financeira resulta invariavelmente uma melhoria do Resultado Financeiro que, somando-se à performance dos Resultados Operacionais já analisada, se traduz numa melhoria dos Resultados Correntes.

Prosseguindo a tendência positiva verificada na generalidade dos resultados por natureza do exercício económico de 2015, também os Resultados Extraordinários se apresentam com uma melhoria significativa de (+) 4.197.303 €.

A performance dos Resultados Extraordinários resulta em simultâneo da redução dos Custos e Perdas desta natureza, em (-) 3.094.879 €, paralelamente com o aumento dos Proveitos e Ganhos na mesma linha, no montante de (+) 1.102.423 €.

Contribui para este comportamento a evolução das correções relativas a exercícios anteriores (diminui o registo de gastos e aumenta o de rendimentos) cujas variações respondem diretamente por uma melhoria nos resultados extraordinários de 3.927.951 € - correspondentes 94% da variação observada entre os dois exercícios.

Finaliza-se a apreciação da demonstração dos resultados do exercício económico de 2015, com a ilustração gráfica das variações de custos e de proveitos no 2015 tendo como referência o período antecedente.

Gráfico 56

Variação dos Custos e Perdas do Exercício

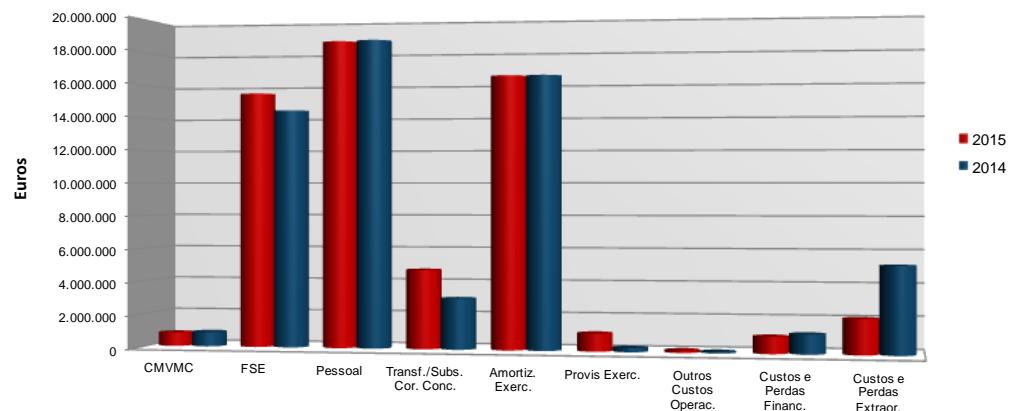
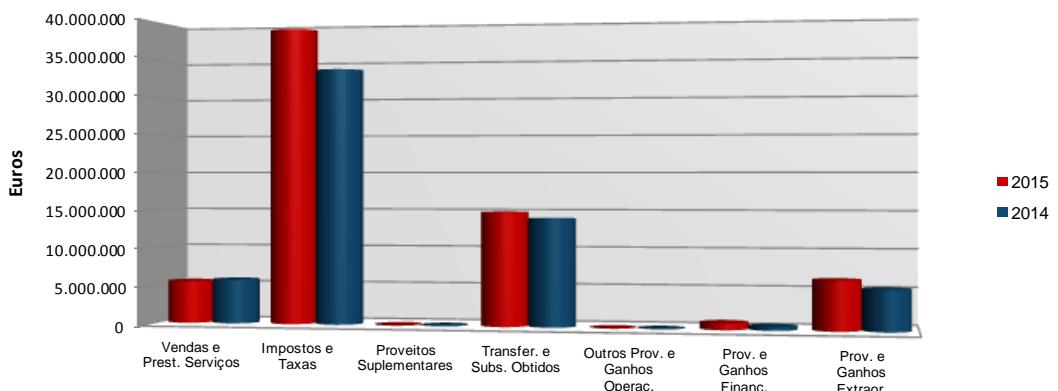


Gráfico 57

Variação dos Proveitos e Ganhos do Exercício





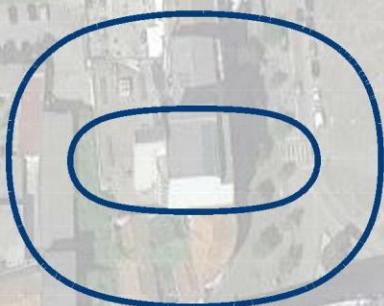
maia
CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS



De acordo com o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Registando-se em 2015 um resultado líquido positivo no montante de (+) 6.226.587 €, deverá o mesmo ser transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (cujo saldo acumulado permanece negativo).



maia

CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS

1	COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DESPESAS	Cobertura das Despesas	INDICADORES		2013		2014		2015		VARIAÇÃO 2013/2014	VARIAÇÃO 2014/2015	OBSERVAÇÕES	
			Receita Total	Despesa Total	56 154 535	99,80%	56 020 498	94,21%	75 209 366	112,03%				
2		Cobertura da Despesa Corrente	Receita Corrente	Despesa Corrente	54 380 650	136,29%	53 843 637	135,60%	59 429 555	145,19%	-0,50%	7,07%		
			Despesa Corrente		39 900 136		39 706 547		40 932 490					
3	Cobertura da Despesa de Capital	Receita de Capital			1 764 133	10,78%	2 142 253	10,84%	15 779 810	60,22%	0,60%	455,37%		
		Despesa de Capital			16 366 347		19 755 884		26 202 792					
4	Cobertura da Despesa por Empréstimos	Passivos Financeiros (Receita)			0,00	0,00%	0,00	0,00%	9 200 000,00					
		Despesa Total			56 266 483		59 462 432		67 135 282		13,70%	100,00%	100,00%	
5	Cobertura da Despesa por Transferências do O.E.	Fundos Municipais			11 710 017	20,81%	11 385 642	19,15%	12 055 425		17,96%	-8,00%	-6,22%	
		Despesa Total			56 266 483		59 462 432		67 135 282					
6	Cobertura da Despesa por Receitas Cobradas pelo Município	Receita Cobrada Localmente			9 044 428	16,07%	8 527 303	14,34%	9 375 913		13,97%	-10,79%	-2,61%	
		Despesa Total			56 266 483		59 462 432		67 135 282					
7	Cobertura da Despesa Líquida de Amortização de Empréstimos por Receitas Cobradas e Transferidas	(Receita Total-Passivo Financeiro)			56 154 535	115,14%	56 020 498	107,30%	66 009 366		105,41%	-6,81%	-1,76%	
		(Despesa Total - Amortizações de Empréstimos)			48 771 634		52 209 391		62 622 838					
8	ESTRUTURA DA RECEITA	Grau de Dependência Receita Total da Receita Própria	Receita Própria		40 577 892	72,26%	39 671 932	70,82%	45 195 174		60,09%	-2,00%	-15,14%	
		Receita Total			56 154 535		56 020 498		75 209 366					
9		Grau de Dependência Receita Total da Receita Corrente	Receita Corrente		54 380 650	96,84%	53 843 637	96,11%	59 429 555		79,02%	-0,75%	-17,79%	
		Receita Total			56 154 535		56 020 498		75 209 366					
10		Grau de Dependência Receita Total da Receita Cobrada Localmente	Receita Cobrada Localmente		9 044 428	16,11%	8 527 303	15,22%	9 375 913		12,47%	-5,49%	-18,10%	
		Receita Total			56 154 535		56 020 498		75 209 366					
11		Grau de Dependência Receita Total de Impostos Directos	Impostos Directos		31 522 714	56,14%	31 136 938	55,58%	35 813 674		47,62%	-0,99%	-14,33%	
		Receita Total			56 154 535		56 020 498		75 209 366					
12		Grau de Dependência da Receita Total de Fundos Municipais	Fundos Municipais		11 710 017	20,85%	11 385 642	20,32%	12 055 425		16,03%	-2,54%	-21,13%	
		Receita Total			56 154 535		56 020 498		75 209 366					

INDICADORES ORÇAMENTAIS

		INDICADORES		2013		2014		2015		VARIAÇÃO 2013/2014	VARIAÇÃO 2014/2015	OBSERVAÇÕES
13	ESTRUTURA DA RECEITA	Independência da Receita Total - Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	0,00		0,00		9 200 000,00		12,23%	100,00%	
			Receita Total	56 154 535	0,00%	56 020 498	0,00%	75 209 366			100,00%	
14		Grau de Dependência da Receita Total de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	Venda de Bens e Serviço Correntes e de Investimento	3 252 919		3 213 946		3 448 670		4,59%	-0,96%	
			Receita Total	56 154 535	5,79%	56 020 498	5,74%	75 209 366			-20,07%	
15		Grau de Dependência da Receita Corrente de Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	34 542 583		33 742 573		38 891 681		65,44%	-1,34%	
			Receita Corrente	54 380 650	63,52%	53 843 637	62,67%	59 429 555			4,43%	
16		Grau de Dependência da Receita Corrente de Transferências Correntes	Transferências Correntes	13 917 346		14 186 076		14 300 170		24,06%	2,95%	
			Receitas Correntes	54 380 650	25,59%	53 843 637	26,35%	59 429 555			-8,67%	
17		Grau de Execução da Receita Corrente	Receitas Correntes Executadas	54 380 650		53 843 637		59 429 555		105,81%	0,88%	
			Receitas Correntes Orçadas	57 337 590	94,84%	56 276 556	95,68%	56 165 730			10,59%	
18		Evolução da Receita Corrente	Receita Total Corrente ano n	54 380 650		53 843 637		59 429 555		110,37%	4,24%	
			Receita Total Corrente ano n-1	57 254 287	94,98%	54 380 650	99,01%	53 843 637			11,48%	
19		(Impostos,Taxas, Multas e Outras Penalidades)	(Impostos,Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n)	34 542 583		33 742 573		38 891 681		115,26%	8,49%	
			(Impostos,Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n-1)	38 362 092	90,04%	34 542 583	97,68%	33 742 573			17,99%	
20	ESTRUTURA DA DESPESA	Estrutura da Despesa - Capital/Total	Despesa de Capital	16 366 347		19 755 884		26 202 792		39,03%	14,22%	
			Despesa Total	56 266 483	29,09%	59 462 432	33,22%	67 135 282			17,47%	
21		Estrutura da Despesa - Investimentos/Total	Investimentos	4 114 484		4 443 804		14 773 375		22,01%	2,20%	
			Despesa Total	56 266 483	7,31%	59 462 432	7,47%	67 135 282			194,45%	
22		Estrutura da Despesa - Aquisição Bens Capital/Total	Aquisição de bens de capital (PPI)	6 914 714		10 856 710		19 475 682		29,01%	48,57%	
			Despesa Total	56 266 483	12,29%	59 462 432	18,26%	67 135 282			58,89%	
23		Independência da Despesa - Transferências Capital/Total	Transferências de Capital (Despesa)	1 943 049		1 530 077		1 687 720		2,51%	-25,49%	
			Despesa Total	56 266 483	3,45%	59 462 432	2,57%	67 135 282			-2,30%	
24		Estrutura da Despesa - Pessoal/Total	Pessoal	19 098 164		18 567 367		18 535 977		27,61%	-8,00%	
			Despesa Total	56 266 483	33,94%	59 462 432	31,23%	67 135 282			-11,58%	

INDICADORES ORÇAMENTAIS

		INDICADORES		2013		2014		2015		VARIAÇÃO 2013/2014	VARIAÇÃO 2014/2015	OBSERVAÇÕES
25	ESTRUTURA DA DESPESA	Estrutura da Despesa - Remunerações Certas e Permanentes/Total	Remunerações Certas e Permanentes	14 695 191		13 920 851		13 836 532		20,61%	-10,36%	-11,97%
26			Despesa Total	56 266 483	26,12%	59 462 432	23,41%	67 135 282				
27		Estrutura da Despesa - Bens e Serviços Correntes/Total	Aquisição de bens e serviços correntes	13 942 798		15 434 196		16 281 316		24,25%	4,75%	-6,57%
28			Despesa Total	56 266 483	24,78%	59 462 432	25,96%	67 135 282				
29		Estrutura da Despesa - Serviço da Dívida/Total	Serviço da Dívida	8 500 795		7 734 243		4 718 687		7,03%	-13,91%	-45,96%
30			Despesa Total	56 266 483	15,11%	59 462 432	13,01%	67 135 282				
31		Estrutura da Despesa - Amortização Empréstimos/Total	Amortizações de Empréstimos	7 494 849		7 253 041		4 512 444		6,72%	-8,43%	-44,90%
32			Despesa Total	56 266 483	13,32%	59 462 432	12,20%	67 135 282				
33		Independência da Despesa - Transferências Correntes/Total	Transferências Correntes (Despesa)	2 619 793		2 899 632		3 010 830		7,36%	11,22%	0,72%
34			Despesas Correntes	39 900 136	6,57%	39 706 547	7,30%	40 932 490				
35	RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Estrutura da Despesa - Pessoal/Fundos Municipais Correntes	Pessoal	19 098 164		18 567 367		18 535 977		45,28%	-2,31%	-3,16%
36			Fundos Municipais Correntes	10 932 327	47,86%	39 706 547	46,76%	40 932 490				
37	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRIDAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Evolução da Despesa Corrente	Despesas Correntes Executadas	39 900 136		39 706 547		40 932 490		90,00%	4,43%	0,00%
38			Despesas Correntes Orgadas	46 294 390	86,19%	44 116 856	90,00%	45 480 983				
39	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRIDAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Evolução da Despesa Corrente	Despesa Corrente ano n	39 900 136		39 706 547		40 932 490		103,09%	0,95%	3,59%
40			Despesa Corrente ano n-1	40 477 164	98,57%	39 900 136	99,51%	39 706 547				
41	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRIDAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Evolução da Despesa em Investimento	Investimento ano n (PPI)	6 914 714		10 856 710		19 475 682		179,39%	23,01%	14,25%
42			Investimento ano n-1 (PPI)	5 417 250	127,64%	6 914 714	157,01%	10 856 710				
43	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRIDAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Despesa com Pessoal dos Fundos Municipais Correntes	Pessoal	19 098 164		18 567 367		18 535 977		157,81%	-3,37%	-6,52%
44			Fundos Municipais Correntes	10 932 327	174,69%	10 998 856	168,81%	11 745 630				
45	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRIDAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Aquisição de Bens e Serviços Correntes com os Fundos Municipais Correntes	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	13 942 798		15 434 196		16 281 316		138,62%	10,03%	-1,22%
46			Fundos Municipais Correntes	10 932 327	127,54%	10 998 856	140,33%	11 745 630				
47	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRIDAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Despesa com Pessoal com a Receita Cobrada Localmente	Pessoal	19 098 164		18 567 367		18 535 977		197,70%	3,12%	-9,20%
48			Receita Cobrada Localmente	9 044 428	211,16%	8 527 303	217,74%	9 375 913				
49	RELAÇÃO DAS RECEITAS CORRIDAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação dos Bens e Serviços Correntes com a Receita Cobrada Localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	13 942 798		15 434 196		16 281 316		173,65%	17,41%	-4,06%
50			Receita Cobrada Localmente	9 044 428	154,16%	8 527 303	181,00%	9 375 913				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

38		GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	INDICADORES	2013		2014		2015		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
										2013/2014	2014/2015	
38		Grau de Financiamento do Investimento por Fundos Municipais de Capital	Fundos Municipais de Capital	777 690		386 786		309 795		-68,32%	-55,35%	
			Investimento (PPI)	6 914 714	11,25%	10 856 710	3,56%	19 475 682	1,59%			
39		Grau de Financiamento do Investimento por Venda de Bens de Investimento	Venda de bens de Investimento	103 838		6 680		57 310		0,29%	-95,90%	378,26%
			Investimento (PPI)	6 914 714	1,50%	10 856 710	0,06%	19 475 682	0,29%			
40		Grau de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros	Passivos Financeiros (Receita)	0,00		0,00		9 200 000,00		47,24%	100,00%	100,00%
			Investimento (PPI)	6 914 714	0,00%	10 856 710	0,00%	19 475 682	47,24%			
41		Grau de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente	Receita Corrente	54 380 650		53 843 637		59 429 555		165,65%	-3,86%	7,42%
			Despesa de Funcionamento	33 904 632	160,39%	34 916 892	154,21%	35 877 115	165,65%			
42		Grau de Cobertura da Despesa de Investimento por Receita de Capital	Receita de Capital	1 764 133		2 142 253		15 779 810		72,75%	-13,84%	324,59%
			Despesa de Investimento	8 871 498	19,89%	12 502 843	17,13%	21 690 348	72,75%			
43	SERVIÇO DE DÍVIDA MLP	Relação dos Juros Pagos com a Receita Total	Juros	1 008 506		483 389		206 854		0,31%	-51,95%	-63,68%
			Receita Total Cobrada	56 154 535	1,80%	56 020 498	0,86%	66 009 366	0,31%			
44		Relação dos Juros Pagos com a Despesa Total	Juros	1 008 506		483 389		206 854		0,36%	-54,64%	-56,08%
			Despesa Total Paga	56 266 483	1,79%	59 462 432	0,81%	57 935 282	0,36%			
45		Relação do Serviço da Dívida com a Receita Total	Serviço Dívida	8 714 820,30		7 947 895,66		4930763		7,47%	-8,58%	-47,35%
			Receita Total Cobrada	56 154 535	15,52%	56 020 498	14,19%	66 009 366	7,47%			
46		Relação do Serviço da Dívida com a Despesa Total	Serviço Dívida	8 714 820		7 947 896		4 930 763		8,51%	-13,70%	-36,33%
			Despesa Total Paga	56 266 483	15,49%	59 462 432	13,37%	57 935 282	8,51%			

INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	INDICADORES		2013		2014		2015		VARIAÇÃO 2013/2014	VARIAÇÃO 2014/2015	OBSERVAÇÕES							
										SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO																
Solvabilidade I	Solvabilidade II	Solvabilidade Adaptado	Autonomia Financeira	Liquidez Geral	Liquidez Imediata	Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Prazo Médio de Recebimento	Prazo médio de Pagamento	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Fundo Patrimonial	Activo Líquido	303 448 541	426 136 650	291 281 906	403 719 647	298 720 476	420 414 058	247,33%	347,33%	259,06%	359,06%	245,47%	345,47%	4,74%	-3,79%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.	
										Passivo	Passivo	122 688 109	122 688 109	112 437 740	112 437 740	121 693 581	121 693 581									Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.	
Solvabilidade I	Solvabilidade II	Solvabilidade Adaptado	Autonomia Financeira	Liquidez Geral	Liquidez Imediata	Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Prazo Médio de Recebimento	Prazo médio de Pagamento	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	Passivo	321 276 829	426 136 650	305 335 180	403 719 647	325 999 318	420 414 058	261,86%	347,33%	271,56%	359,06%	267,89%	345,47%	3,38%	-1,35%	Trata-se de uma adaptação do indicador anterior, atendendo às características dos bens do domínio público (em especial, a sua intranferibilidade e a repercussão de tal situação em termos de falta de liquidez). A diferença entre o indicador anterior e o actual dá-nos a cobertura do passivo total pelos bens do domínio público.	
										Passivo	Passivo	122 688 109	122 688 109	112 437 740	112 437 740	121 693 581	121 693 581									Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.	
Solvabilidade I	Solvabilidade II	Solvabilidade Adaptado	Autonomia Financeira	Liquidez Geral	Liquidez Imediata	Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Prazo Médio de Recebimento	Prazo médio de Pagamento	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Activo Circulante	Disponibilidades	13 971 604	10 715 374	11 263 004	7 082 923	18 721 070	15 227 220	68,81%	52,77%	55,91%	88,90%	134,69%	109,55%	29,19%	51,51%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota: não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes.	
										Passivo Circulante	Passivo Circulante	20 304 318	20 304 318	12 669 467	12 669 467	13 899 595	13 899 595									É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%	
Solvabilidade I	Solvabilidade II	Solvabilidade Adaptado	Autonomia Financeira	Liquidez Geral	Liquidez Imediata	Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Prazo Médio de Recebimento	Prazo médio de Pagamento	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Dívidas a Fornecedores	Clientes, Contribuintes e Utentes e Outros Devedores	2.946.314	8.560.948	1.072.384	9.372.134	654.552	8.983.580,79	x 365	x 365	x 365	x 365	9	85	4	-64,80%	-53,18%	Resolução Conselho Ministras 34/2008 e Despacho 9870/2009 do Min. Fina
										Aquisições	Proveitos	40 318 548	40 182 657	41 689 656	40 249 162	54 354 430	44 725 872										
Solvabilidade I	Solvabilidade II	Solvabilidade Adaptado	Autonomia Financeira	Liquidez Geral	Liquidez Imediata	Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Prazo Médio de Recebimento	Prazo médio de Pagamento	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro).	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12	9 489 148	6 280 179	4 573 853	1 070 175	6 625 315	907 350	x 365	x 365	x 365	x 365	93	155	66	-58,19%	68,74%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a terceiros (resultantes da execução orçamental, ou seja, excluindo OT e cauções prestadas em dinheiro).
										Aquisição de Bens e Serviços e Transferências e subsídios no ano	Aquisição de Imobilizado no ano	37 090 631	14 760 148	42 764 672	21 311 284	36 710 937	12 753 044										

INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

(Continuação)

11		IMOBILIZAÇÕES	INDICADORES	2013		2014		2015		VARIAÇÃO 2013/2014	VARIAÇÃO 2014/2015	OBSERVAÇÕES
11		Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	333 165 628	81,38%	316 274 990	80,96%	329 291 137	82,59%	-0,51%	2,02%	Aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
			Imobilizado Líquido	409 418 402		390 661 835		398 690 741				
12		Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	303 448 541	74,12%	291 281 906	74,56%	298 720 476	74,93%	0,60%	0,49%	Avalia a cobertura do imobilizado pelo Fundo Patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser < 100%.
			Imobilizado Líquido	409 418 402		390 661 835		398 690 741				
13		Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	29 717 086	7,26%	24 993 084	6,40%	30 570 661	7,67%	-11,86%	19,85%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do activo imobilizado.
			Imobilizado Líquido	409 418 402		390 661 835		398 690 741				
14		Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	20 304 318	4,96%	12 669 467	3,24%	13 899 595	3,49%	-34,61%	7,50%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.
			Imobilizado Líquido	409 418 402		390 661 835		398 690 741				
15		Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	409 418 402	96,08%	390 661 835	96,77%	398 690 741	94,83%	0,72%	-2,00%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	426 136 650		403 719 647		420 414 058				
16		Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	104 859 821	24,61%	98 384 467	24,37%	94 414 740	22,46%	-0,97%	-7,85%	Permite aferir da importância relativa dos bens de domínio público (que, por isso, são, em princípio, insusceptíveis de serem transmitidos) no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	426 136 650		403 719 647		420 414 058				
17		ENDIVIDAMENTO	Passivo	122 688 109	28,79%	112 437 740	27,85%	121 693 581	28,95%	-3,27%	3,93%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
			Activo Líquido	426 136 650		403 719 647		420 414 058				
18		Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	29 717 086	6,97%	24 993 084	6,19%	30 570 661	7,27%	-11,23%	17,46%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
			Activo Líquido	426 136 650		403 719 647		420 414 058				
19		Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	29 241 289	6,86%	24 728 752	6,13%	28 381 866	6,75%	-10,74%	10,22%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	426 136 650		403 719 647		420 414 058				
20		Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	20 304 318	4,76%	12 669 467	3,14%	13 899 595	3,31%	-34,14%	5,35%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
			Activo Líquido	426 136 650		403 719 647		420 414 058				
21		Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	S/VAR.	S/VAR.	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	426 136 650		403 719 647		420 414 058				
22		Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	29 717 086	24,22%	24 993 084	22,23%	30 570 661	25,12%	-8,23%	13,01%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
			Passivo	122 688 109		112 437 740		121 693 581				
23		Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	20 304 318	16,55%	12 669 467	11,27%	13 899 595	11,42%	-31,91%	1,37%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.
			Passivo	122 688 109		112 437 740		121 693 581				



maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As anotações que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontram omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2014 e o Balanço Final de 2015.

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 10 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

Conforme informação da Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna – Administração Eleitoral (SGMAI-AE), que sucedeu nas atribuições da extinta Direção – Geral de Administração Interna, faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da Lei n.º 13/99 de 22 de Março, com a data de referência de 31 de dezembro de 2015, sendo apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- 113 590 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- 44 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 27 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 10 de dezembro de 2012, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 4.ª sessão ordinária realizada no dia 26 do mesmo mês, o Regulamento da Macro Estrutura Organizacional desta Câmara Municipal e o consequente organograma, cuja publicação ocorreu em 07 de fevereiro de 2013, Diário da República n.º 27, 2.ª Série (Ver organograma anexo).

Em cumprimento do Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de outubro, e da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto, que adapta à administração local a Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, com nova redação dada pela Lei n.º64/2011, de 22 de dezembro, a Assembleia Municipal da Maia, na 4.ª sessão ordinária, realizada no dia 26 de dezembro, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 10 de dezembro de 2012, de aprovar o regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal, constituído por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal e quatro Departamentos Municipais, e um número máximo de 14 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao publicado. Este regulamento vigora a partir da data de homologação pela Assembleia Municipal.

Após a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mapas de pessoal são anuais, e aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2015 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 31 de outubro de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal de 10 de dezembro de 2014.

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

O Órgão Executivo Municipal é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes e por dez Vereadores, nomeadamente:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

-
- Senhor Jorge Luís Ferreira Catarino
 - Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
 - Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
 - Eng.^a Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
 - Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
 - Professora Ana Virgínia da Costa Pereira
 - Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.^o António Domingos da Silva Tiago
- Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, encontrando-se esta última em fase de implementação, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade. As atividades do Departamento são asseguradas por quatro divisões:

- Divisão de Administração Geral;
- Divisão de Finanças e Património, que integra a Unidade de Contratação Pública e a Unidade de Planeamento, Controlo e Gestão (Unidades Flexíveis de 3.^º Grau);
- Divisão de Recursos Humanos;
- Divisão dos Assuntos Jurídicos e Contencioso, que integra a Unidade de Notariado, Registo e Contraordenações (Unidade Flexível de 3.^º Grau).

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído atualmente por 20 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Regista-se que no início do ano 2015 procedeu-se à desmaterialização e à implementação das guias de receita individuais em formato digital.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontram em funcionamento parcial as aplicações de “Obras Municipais”, a implementação do arquivo documental no “Sistema Integrado Documento e Atendimento (ATE)”, com desmaterialização dos documentos, encontra-se na fase final.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da ação: 04/12/2012 Período Abrangido: 01/01/2009 a 30/09/2013 Entidade: TC N.º Processo 02/2012-Audit.1.^a S

- Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento foram aprovados em 2014 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 31 de outubro e 10 de dezembro, respetivamente.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

NOTA 8.2.2 – VALORES COMPARATIVOS

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efetuaram-se em 2015 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, assegurando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Imobilizado

Os investimentos financeiros entidades detidas maioritariamente pelo Município da Maia encontram-se, contabilizados nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

Desde 2014, com a entrada em vigor do RFALEI, o Município deixou de apresentar os seus Fundos de Investimento Imobiliário Especiais Fechados ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, que resulta na prática no cenário que aconteceria se a totalidade do Património desses fundos fosse inscrito no Ativo e do Passivo no Município. Na prática, os Ativos dos Fundos são apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para os casos em que os Passivos ultrapassam os Ativos valorizados ao Custo, foram constituídas provisões.

O demais imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abrange os registos inerentes à elaboração de planos de pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2015 qualquer movimento.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Por limitações impostas pelo software informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Todavia, e não obstante o constrangimento existente na aplicação de património, foram criadas referências de movimento específicas com vista a retratar no Mapa do Ativo Bruto a quantificação exata dos aumentos efetivamente verificados no Imobilizado. (páginas 12 e 13 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 14 a 355 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 356 a 366 dos Anexos Documentais – Volume I).

NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 367 a 417 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Quadro 69

Entidades Societárias Participadas							
2015							
Designação	Sede	Parcela Detida (1)		Resultados do Último Exercício			
		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidor, 14.º Piso 4470-202 Maia	124.699,47	100%	421.343	62.106	2015	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	2.000.000,00	100%	3.020.852	357.473	2015	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811.337,98	100%	8.202.744	48.568	2015	-
Águas do Norte, S.A. (4)	Praça 26 de Maio, 82 4810-539 Guimarães	1946.805,00	1,28%	281.713.520	13.444.321	2015	-
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia , CRL (5)	Parque Zoológico da Maia, Rua da Estação S/Nº 4470-184 Maia	2.000,00	13,33%	2.044	3.827	2015	-
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,75%	3.352.799	35.349	2015	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	Rua de Salazar, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,22%	585.072	-95.320	2015	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Engº Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Monteira da Maia	2.799.390,00	51%	-2.159.929	320.685	2015	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (3)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	209.089.401	14.094.939	2015	-
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	100,00	0,06%	153.355	-64.102	2015	Entidade que se encontra em liquidação
Metro do Porto, S.A. (2) (4)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-2.409.265.432	-188.570.874	2015	-
Hospital do Lidor S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiro s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a esta entidade foi informado que as contas de 2015 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm caráter provisório.

(3) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município.

(4) Setor Empresarial do Estado

(5) Considerando a forma jurídica da entidade, para efeitos de apuramento do endividamento é enquadrável no art.º 54 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Quadro 70

Entidades não Societárias Participadas							
2015							
Designação	Sede	Contribuição		Resultados do Último Exercício			
		Inicial	Exercício	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Apartado 1510-4435 996 Baguim do Monte	19.378,30	673.817,86	47.609.005	2.449.506	2015	-
Área Metropolitana do Porto (2)	Avenida dos Aliados, 236 1º 4000-065 Porto	19.917,00	61493,00	7.642.020	978.220	2014	-
ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marnoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	4.340,00	5.854,00	1965.144	111659	2015	-
Fundação da Juventude (1)	Largo de S. Domingos, n.º 16-22, 4050- 545 Porto	24.939,90	-	4.894.293	-340.432	2015	-
Fundação do Desporto	Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 11495-165 Algés	149.639,37	20.000,00	833.748	125.270	2015	-
Fundação Conservatório de Música da Maia	Rua João Maia - Quinta da Gruta Santa Maria de Avioso 4475-643 Maia	25.000,00	-	-230.384	-40.925	2015	-
MAIAINOVA - Associação para Inovação e Desenvolvimento do Concelho da Maia (2)(5)	Rua Engº Frederico Ulrich, 2650 4470 - 605 M oreira Maia	5.000,00	5.000,00	36.487	-16.411	30-09-2014	-
Adeporto - Agência de Energia do Porto (1)	Rua Gonçalo Cristóvão, 347, sala 218 4000-270 Porto	15.125,00	12.100,00	304.220	36.613	2015	-
Turismo do Porto e Norte Portugal, E.R. (2)	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1500,00	1500,00	4.086.378	752.852	2014	-
APCTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (2)	Rua Engº Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	10.000,00	-	10.164.384	-120.119	2014	-
CD-ARICD Rede Intermunicipal Cooperação para o Desenvolvimento (3) (4)	Paços do Concelho de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas	-	-	-	-	2014	-
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís, 55 4050-074 Porto	15.000,00	-	1373.647	164.399	2015	-
Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia	Rua Drº Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia	-	-	32.006.460	831421	2015	-

Un.: Euros

(1) Relativamente a esta entidade foi informado que as contas de 2015 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(2) Relativamente a esta entidade, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, enviamos os elementos do exercício anterior.

(3) A associação CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, informou o ano de 2014 que não realizou qualquer despesa nem obteve qualquer proveito durante esse exercício económico, não tendo havido contas a apresentar. Esta entidade não prestou qualquer informação à data de fecho de contas, deste exercício económico.

(4) Esta entidade não tem expressividade na conta de investimentos financeiros, em virtude de não ter existido qualquer obrigação aquando da sua constituição a título de contribuição inicial.

(5) A contribuição do exercício resulta, da incorporação dos ativos financeiros, da Academia das Artes da Maia- Produções Culturais EM , em consequência do processo de dissolução/liquidação da empresa.

NOTA 8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA «OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS»

Quadro 71

INVESTIMENTOS FINANCEIROS - Fundos de Investimento Imobiliário (MEP)					
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital Próprio Ajustado	Variação	
				Investimentos Financeiros	Provisões
Outras Aplicações Financeiras				2015	2014
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	1255.383	1.365.476	-10.093
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLF"	100%	5.500.000	-1526.816	-1441.546	85.270
Fundo de Investimento Imobiliário "PRAÇA MAIOR"	100%	5.000.000	-3.000.639	-3.056.786	-56.147
	16.500.000	-3.272.072	-3.132.856	-110.093	29.123

Un.: Euros

De acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), os Fundos de Investimentos Imobiliários constituídos pelo Município passaram a integrar, desde 2014, o perímetro de consolidação de contas, sendo-lhes aplicável as regras estabelecidas no POCAL.

No período de 2015, as alterações nos valores dos Capitais Próprios dos Fundos traduziram-se em dois registos contabilísticos distintos:

- a reversão das provisões constituídas em anos anteriores, no montante de 29.123 €, decorrente da variação dos Capitais Próprios dos Fundos de Investimento Imobiliário com situação líquida negativa – o reforço da Provisão associada ao FII PRAÇA MAIOR, (+) 56.147 €, e reversão da provisão associada ao MAIA GOLFE, (-) 85.270 €;
- o ajustamento ao valor pelo qual está mensurada a participação no Fundo MAIA IMO cujos Capitais Próprios, permanecendo positivos, diminuíram em valor entre 2014 e 2015, (-) 110.093 €.

Em conformidade com o quadro apresentado, o valor de 1.255.383 € capitalizado em Fundos de Investimento está relacionado com o Maia Imo, único Fundo cujo valor dos Ativos ao custo líquido de depreciações e amortizações é superior ao Passivo.

Em 2014, por força da entrada em vigor da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, os Fundos de Investimento Imobiliário passaram a integrar o endividamento municipal e o perímetro de consolidação do grupo municipal. A partir desse ano, o município passou a refletir nas suas demonstrações financeiras todos os Ativos e Passivos dos Fundos, tal como se esses Ativos e passivos integrassem o património municipal de acordo com as regras estabelecidas no POCAL, procedimento que se mantém neste exercício.

NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2015 ao valor bruto de 6.746.327 €.

NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPECTIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 56 dos Anexos Documentais – Volume II).

NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

Quadro 72

PROVISÕES				
2015				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0			0
291 Provisões para cobranças duvidosas	6.393.286	25.475		6.418.761
292 Provisões para riscos e encargos	9.549.789		1.901.088	11.450.877
39 Provisões para depreciação de existências	0			0
49 Provisões para investimentos financeiros	495			495
Total de Provisões	15.943.570	1.926.564	0	17.870.134

Un: Euros

O valor das Provisões no final do exercício de 2015 aumentou 1.926.564 € relativamente ao ano anterior, nomeadamente nas Provisões para Riscos e Encargos, que exibiu um aumento de 1.901.088 €.

Esta variação fica a dever-se ao reforço das Provisões para Outros Riscos e Encargos – nomeadamente as que se encontram associadas ao Fundo de Investimento Imobiliário MAIA GOLF (já referido anteriormente, no montante de 85.270 €) e às participações no capital da Fundação Conservatório de Música da Maia e do Tecmaia - Parque e Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. (em 40.925 € e 1.430.708 € respetivamente); estes reforços mais do que compensam as reversões associadas à posição financeira do FII PRAÇA MAIOR, no montante de (-) 56.147 €, e à extinção da empresa municipal Academia das Artes da Maia – cuja provisão associada à detenção do capital constituída em anos anteriores ascendia a 271.499 €.

Para Processos Judiciais em Curso, foram também reforçadas as Provisões constituídas em anos anteriores no montante de 671.831 €, por se entender ser o mais adequado às expectativas futuras.

Quanto às Provisões para Cobranças Duvidosas, a oscilação de (+) 0,40% é consequência dos regulares movimentos de reduções e aumentos verificados ao longo do exercício de 2015, no âmbito do controlo da antiguidade das dívidas de terceiros e avaliação do inerente risco de incobrabilidade.

Os montantes mais significativos respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a Lipor, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €;
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-geral de Finanças em ação inspetiva – 1.360.720 €.

À data de 31 de dezembro de 2015 mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, cujos desfechos e respetivos efeitos financeiros se desconhecem, configurando por isso ativos e passivos contingentes, caracterizados nos seguintes moldes:

- Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia

O objeto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respetivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objeto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de comparticipações para investimento, no montante de 3.171.281 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na ótica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efetuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, atualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

- Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em Setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 4.191.423.71 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e

Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância que justifica a não constituição de provisão.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

Quadro 73

FUNDO PATRIMONIAL				
2015				
		Saldo Inicial	Aumento	Redução
51	Património	304.308.268	931.170	42.437
51.1	Património Inicial	240.777.705	931.170	42.437
51.11	Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0
51.12	Correcções ao Balanço Inicial	50.886.676	931.170	42.437
51.2	Património Adquirido	63.530.562	0	0
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	-16.098.965	686.362	1.193.147
56	Reservas de Reavaliação	0	0	0
57	Reservas	18.481.382	1.104.113	6.331
57.1	Reservas Legais	3.343.714	0	0
57.5	Subsídios	1.411.481	919.855	3.825
57.6	Doações	4.947.824	184.258	2.506
57.7	Reservas decorrentes da transferências ativos	2.123.267	0	0
57.8	Cedências	3.496.554	0	0
57.9	Outras	3.158.540	0	0
59	Resultados Transitados	-14.498.124	0	1.178.401
88	Resultado Líquido do Exercício	-910.654	7.137.241	0
Totais		291.281.906	9.858.887	2.420.317
298.720.477				

Un: Euros

Dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, conclui-se que no final de 2015 o Fundo Patrimonial apresenta uma melhoria apreciável de posição (aumenta 7.438.571 €), por via da incorporação do Resultado Líquido do período, que aumentou (+) 7.137.241 €, que, juntamente com o Património e as Reservas (que aumentam respetivamente 888.733 € e 1.097.782 €), mais do que compensam as diminuições nas restantes rubricas - contas 55 – Ajustamentos de partes de Capital em Empresas, (-) 506.785 €, e 59 – Resultados Transitados, (-) 1.178.401 €.

Na conta 55 – Ajustamentos de partes de capital em empresas foram contabilizados os valores imputáveis ao Município da Maia na variação dos capitais próprios de entidades participadas, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial – destaca-se, em 2015, o ajustamento feito à participação (e resultados) do Tecmaia.

Enunciam-se de seguida as variações ocorridas em Ajustamentos de Partes de Capital mais relevantes que deram origem aos registo efetuados nas entidades participadas, com exceção dos Fundos de Investimento Imobiliário:

- (-) 130.000 €: MAIAMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.;
- (+) 267.747 €: ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M. (PELA SUA EXTINÇÃO);
- (+) 394.931 €: ESPAÇO MUNICIPAL - RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M.;
- (-) 1.039.490 €: TECMAIA - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, S.A., NA PROPORÇÃO DE 51% DO CAPITAL DETIDO PELO MUNICÍPIO DA MAIA
- Residualmente, (+) 27 €: PRIMUS E MUNICIPIA.

As Correções ao Balanço Inicial efetuadas no decurso de 2015 contribuíram positivamente para o Fundo Patrimonial em (+) 888.733 €, fixando-se os aumentos em 931.170 €, originados, principalmente pelo registo do edifício da creche e infantário de Vermoim da Santa Casa da Misericórdia da Maia, pelo valor patrimonial tributário de 511.290 €, a que se juntam diversas parcelas de terreno e um espólio artístico disponível na Casa do Alto. As reduções registadas, no valor de 42.437 €, respeitam às amortizações de anos transatos desse mesmo espólio.

A rubrica de Subsídios apresenta um aumento apreciável – (+) 916.030 € -, que corresponde na maior parte (744.186 €) ao valor do montante atribuído pela Brisa para financiamento de afetação de terreno municipal (não amortizável por natureza) à construção da Escola da Granja; a restante variação corresponde a subsídios à construção dos Centros Escolares de Folgosa e Mandim (pedidos de pagamento realizados).

A rubrica de Doações demonstra uma oscilação de (+) 181.752 €, que tem como principal origem o registo do terreno destinado ao parque da ponte de Moreira, no valor de 110.020 €.

Na componente de Resultados Transitados destacam-se as contabilizações do Resultado Líquido do Exercício de 2014, no valor de (-) 910.654 €, bem assim como o registo de (-) 267.747 € relativos à consumação da extinção da empresa municipal Academia das Artes da Maia – PC, EEM.

NOTA 8.2.29—DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Quadro 74

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2015	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	55.560	346.066
Compras	618	796.844
Regularização de Existências	0	21.175
Existências Finais	55.488	355.368
Custos no Exercício	689	808.718

Un.: Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Quadro 75

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS							
Custos e Perdas		2015	2014	Proveitos e Ganhos		2015	2014
681	Juros suportados	392.593	540.711	781	Juros obtidos	127.733	72.287
682	Perdas em entidades participadas	571.397	610.029	782	Ganhos em entidades participadas	495.685	243.627
683	Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	11.201	11.417
684	Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784	Rendimentos participações capital	167.584	55.324
685	Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de cambio favoráveis	0	0
687	Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	11	14
688	Outros custos e perdas financ.	48.233	18.985	787	Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros		1.012.223	1.169.725	788	Outros proveitos e ganhos financ.	66.110	90.902
Resultados Financeiros		-143.899	-696.155	Total de Proveitos Financeiros		868.324	473.571
Total		868.324	473.571				

Un: Euros

Os Resultados Financeiros entre 2014 e 2015 demonstram uma notável variação positiva de (+) 552.255 €, não obstante permanecerem ainda com sinal negativo.

Para esta performance contribuiram, por um lado a redução dos Custos Financeiros em (-) 157.502 €, e por outro o aumento dos Proveitos da mesma natureza, (+) 394.753 €.

No lado dos Proveitos e Ganhos são de registar os Ganhos em entidades participadas (que aumentam 252.059 € face ao observado em 2014), e cuja performance em 2015 fica a dever-se predominantemente os desempenhos, ajustados pelo Método da Equivalência Patrimonial, de algumas das empresas participadas pelo Município, a saber: a Município, (+) 1.640 €, a Espaço Municipal, (+) 48.568 €, a Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, (+) 62.106 € e a Maiambiente, (+) 357.473 €. A este valor (469.787 €) acrescem 25.898 € recebidos da EMEM – Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, a título de comissão sobre os proveitos operacionais prevista no contrato programa celebrado com o Município.

Reforçam este movimento de melhoria do resultado ainda os Rendimentos de participações de capital e os Juros Obtidos, que aumentam respetivamente 112.260 € e 55.445 €.

Por sua vez, a evolução dos Custos e Perdas Financeiras é influenciada, além da diminuição dos juros suportados, pela redução das Perdas em entidades participadas em (-) 38.632 € face ao observado em 2014, perdas que por sua vez se distribuem em 2015 principalmente pelas participações na Tecmaia (391.217 €), nos Fundos de Investimento Imobiliário (139.216 €) e na Fundação Conservatório de Música da Maia (40.925 €).

NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 76

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS					
Custos e Perdas	2015	2014	Proveitos e Ganhos	2015	2014
691 Transferências capital concedidas	1.687.720	1.530.077	791 Restituição de impostos	0	0
692 Dividas incobráveis	0	0	792 Recuperação de dívidas	0	0
693 Perdas em existências	1.630	837	793 Ganhos em existências	23.341	249
694 Perdas em imobilizações	2.105	64.215	794 Ganhos em imobilizações	1.290.055	183.1029
695 Multas e penalidades	2.040	0	795 Benefícios de penalidades contr.	366.303	431.680
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	64.931	796 Reduções de amortiz.e provisões	444.644	46.080
697 Correções relativas exerc. anteriores	378.260	3.171.840	797 Correções relativas exerc. anteriores	2.352.299	1217.929
698 Outros custos e perdas extraor.	38.379	373.114	798 Outros proveitos e ganhos extraor.	1.951.303	1798.555
Total de Custos Extraordinários	2.110.135	5.205.014	Total de Proveitos Extraordinários	6.427.945	5.325.522
Resultados Extraordinários	4.317.810	120.508			
Total	6.427.945	5.325.522			

Un:Euros

Os Resultados Extraordinários, mantendo-se em linha com o último ano, apresentam no final de 2015 um valor positivo de (+) 4.317.810 € superior em 4.197.303 € ao valor observado no ano anterior.

Do lado dos Proveitos surgem com mais significado as Correções relativas a Exercícios Anteriores, com um aumento no valor de 1.134.371 € face ao observado em 2014; grande parte destes registo é explicada pelo facto de, no caso do Imobilizado financiado por Fundos Comunitários, o proveito (subsídio ao investimento) ser registado apenas quando a totalidade do financiamento aprovado é recebido, cumulativamente pelo montante correspondente aos anos decorridos desde que o equipamento foi disponibilizado. Em 2015 ocorreu justamente o encerramento de diversos projetos relacionados com a construção e recuperação de diversos Centros Escolares – os registo desta natureza representam 1.857.385 € dos 2.352.299 € totais registados nesta rubrica. Logo de seguida surgem as Reduções de Amortizações e Provisões, que aumentam também 398.564 € no comparativo dos dois exercícios; inversamente, diminuem dentro deste grupo os Ganhos em Imobilizações em (-) 540.974 €.

A este aumento global dos proveitos de natureza extraordinária junta-se, na composição dos resultados extraordinários do período, a redução dos custos da mesma natureza. Para tal contribuíram a redução das correções ao exercício anterior, de (-) 2.793.580 €; de registar ainda a diminuição de (-) 334.735 € dos Outros Custos e Perdas Extraordinárias.

NOTA 8.2.33 – OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

No que diz respeito aos investimentos financeiros detidos por conta dos Fundos de Investimento Imobiliário – Maia Imo, Maia Golf e Praça Maior – importa salientar os seguintes factos:

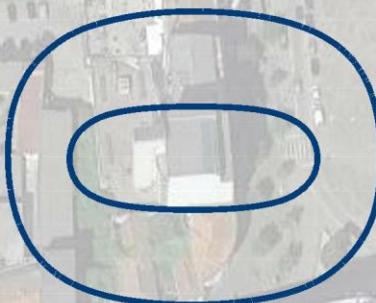
- O processo de dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior foi encetado no exercício económico de 2015, tendo tido o seu desfecho a 29 de janeiro de 2016 com a celebração da respetiva escritura de dissolução;

- Quanto aos demais fundos de investimento imobiliário estão em cursos negociações tendo como objetivo a sua reversão, que significará o retorno ao património municipal dos bens que o compunham.

Sobre esta matéria reiteram-se as considerações enunciadas no relato do exercício de 2014, designadamente no que reporta à valorização destes ativo no balanço das contas individuais do Município.

Com efeito, por força da entrada em vigor do RFAL, a partir de 2014 o Município deixou de apresentar os seus Fundos de Investimento Imobiliários Especiais Fechados ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, tal como esses Fundos tivessem a totalidade do Património e do Passivo no Município. Em consequência, os Ativos dos Fundos foram, e continuam a estar, apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para os casos em que os Passivos ultrapassam os Ativos valorizados ao Custo, foram constituídas provisões.

Por tal razão, o grande impacto financeiro nas contas do Município, por via da mencionada alteração, ocorreu na gerência de 2014.



maia

CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo do exercício económico de 2015 foram concretizadas vinte e três modificações (vinte e duas ao orçamento de despesa e uma Revisão), cujos documentos se anexam, as quais se sintetizaram em:

- Vinte e duas alterações ao Orçamento da Despesa;
- Vinte e duas alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Vinte e duas alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Uma alteração ao Orçamento da Receita;
- Uma Revisão ao Orçamento da Receita
- Uma Revisão ao Orçamento da Despesa
- Uma Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;

NOTA 8.3.2 – MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efetuadas da seguinte forma:

- Plano Plurianual de Investimentos 22 alterações e uma Revisão.
- Plano de Actividades Mais Relevantes 22 alterações.



maia

CÂMARA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 420.414.058 euros e um total de fundos próprios de 298.720.476 euros, incluindo um resultado líquido de 6.226.587 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 67.135.282 euros de despesa paga e um total de 75.210.893 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município da Maia em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 8.1 Conforme referido no ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, existem Activos e Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização e à semelhança do procedimento adoptado em exercícios anteriores, foram apenas objecto de divulgação, procedimento com o qual concordamos;
- 8.2 Apesar de previsto no POCAL e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto são relevantes os avanços verificados no ano para a implementação da Contabilidade de Custos, estando os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços, a ser apurados através doutros meios, à semelhança dos anos anteriores;
- 8.3 O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos de prestação de contas evidenciam, no final de 2015, um Activo no montante de 68.165.729 euros, Fundos Próprios de 32.006.460 euros e um Passivo de 36.159.269 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 14.260.419 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas; e

Município da Maia

8.4 Conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, por força da entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de Setembro, os Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados, constituídos em 2007, 2008 e 2010 no qual o Município da Maia é o único subscritor e titular das Unidades de Participação, passaram a integrar o Endividamento Municipal, bem como o Grupo Municipal para efeitos de Contas Consolidadas. Esta alteração de política de contabilização dos Fundos foi efectuada pelo Município da Maia no exercício anterior, passando desde esse período a estar reflectidos nas suas Demonstrações Financeiras todos os Activos e Passivos dos Fundos, tal como se integrassem o património Municipal de acordo com as regras do POCAL.

Outras Matérias

9 A Certificação Legal das Contas da participada Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação), emitida por outro auditor e com referência ao final de 2015, contém:

- i) uma reserva por limitação de âmbito consequência do não reconhecimento de eventuais perdas por imparidade em Contas a Receber, não passíveis de quantificação rigorosa à data, mas cujo efeito estimado poderá rondar os 275.000 euros; e
- ii) uma ênfase alertando para a existência de Passivos Contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios seguintes, relativamente aos quais, dada a sua incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação.

Apesar do Capital Próprio desta participada, nessa data, se apresentar negativo em 2.159.929 euros, o Município da Maia reconhece nas suas demonstrações financeiras os efeitos daí resultantes, procedimento com o qual concordamos.

10 Os Relatórios de Auditoria do exercício de 2015, emitidos por outros auditores, relativamente a cada um dos Fundos de Investimento Imobiliário, os quais se encontram ajustados nas demonstrações financeiras apresentadas pelo Município, evidenciam o seguinte:

- a) Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior – uma reserva por desacordo em virtude do património do Fundo ser inferior a 5.000.000 euros (ascende a 4.116.352 euros), sendo ainda referido que decorrem os processos tendentes à entrada em liquidação;

Município da Maia

- b) Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe – uma escusa de opinião, em virtude da informação disponível indicar manifesta incapacidade da entidade prosseguir em continuidade, e não ter sido possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada que ateste a adequação da aplicação do referido princípio, nem quantificar os efeitos na perspectiva de liquidação das eventualmente existentes, possivelmente materiais e profundos; e
- c) Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO – uma ênfase alertando para o facto de a recuperabilidade do valor pelo qual os imóveis se encontram registados nas demonstrações financeiras do fundo, estar dependente da concretização dos pressupostos de avaliação utilizados na determinação desse valor.

Entretanto, em 29 de Janeiro de 2016 foi celebrada a escritura de dissolução do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior.

Não obstante e dada a política contabilística adoptada na contabilização destes Fundos pelo Município da Maia, mencionada no parágrafo 8.4 anterior, os impactos à data de 31 de Dezembro de 2015 já se encontram reflectidos nas Demonstrações Financeiras do Município.

11 As demonstrações financeiras apresentadas relacionam-se com a actividade do Município da Maia a nível individual, tendo sido preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Pese o facto dos investimentos financeiros terem sido registados pelo método da equivalência patrimonial, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, custos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas.

Maia, 21 de Abril de 2016

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.
Representada por:


Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia

CÂMARA MUNICIPAL